

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA**

Clarissa Antunes

**BRIZOLA: UM PERCURSO NA
IMPrensa DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
(1961 - 1964)**

Passo Fundo

2013

Clarissa Antunes

**BRIZOLA: UM PERCURSO NA
IMPRENSA DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
(1961 - 1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para a obtenção do grau de mestre em História, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2013

AGRADECIMENTOS

Ao ler, pela primeira vez, a citação de Marcel Proust, “A sabedoria não nos é dada; é preciso descobri-la por nós mesmos depois de uma viagem que ninguém nos pode poupar ou fazer por nós”, considerei-a, um tanto quanto exagerada. Entretanto, no decorrer desta pesquisa, percebi a verdade presente nas palavras de Proust, pois por mais que recebamos preciosos auxílios, em dado momento, é necessário encarar a árdua tarefa de investigação das fontes por nós mesmos.

Embora a viagem em busca do conhecimento seja solitária, ao longo dela encontramos várias pessoas que a tornam mais agradável, cômoda, segura, e, que, por mais incrível que pareça ao leitor, nos ajudam a compreender o que vemos ao longo do caminho, conferindo-nos a capacidade de ver com novos olhos, aquilo que antes nos parecia tão comum. E, é por isso, que devo agradecer àqueles que participaram comigo desta caminhada.

Agradeço à minha orientadora, Ana Luiza Setti Reckziegel, por seus valiosos conselhos, por sua criteriosa orientação e paciência ao ouvir minhas inquietações. Devido à sua constante atenção, consegui por as ideias borbulhantes em ordem e passá-las ao papel.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, por acreditar em uma recém-formada, um tanto idealista, ao conceder-me a possibilidade de realizar este Mestrado.

Aos mestres do curso de Licenciatura em História e do Mestrado, por nutrir, atentamente, a sede de conhecimento de seus alunos e, em especial à professora Ironita Policarpo, pelo incentivo inicial da caminhada.

Aos funcionários do Arquivo Histórico e à Liana, do *Diário da Manhã*, por permitirem e auxiliarem no acesso às fontes indispensáveis à pesquisa.

Aos colegas de trabalho e de curso, compreensivos, companheiros nesta jornada, por suas palavras de incentivo e por entenderem minhas ausências. À amiga Fabiana Siqueira, por seus olhos e ouvidos sempre atentos e disponíveis.

Aos meus pais, Dircélia e João Batista, pelo incentivo constante, por sua dedicação, doação, e sacrifícios. Devo tudo que sou a vocês, meus mais leais amigos e companheiros desde sempre.

A Deus, que guarda toda a História e escreve as páginas da minha vida a cada dia.

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar de que forma foi retratada a trajetória de Leonel Brizola, no período de 1961 a 1964, por meio dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*, que circulavam na cidade de Passo Fundo, RS, nesta época. A fim de analisar os fatos conforme foram reproduzidos na imprensa do período, realizaremos uma breve discussão sobre as relações presentes na associação entre a História e a mídia, levando-se em consideração que tais discursos, produzidos pelos meios de comunicação, revelam posições políticas e nos permitem inferir o contexto da época, essencial para compreensão dos fatos e discursos proferidos no período, bem como suas repercussões, tanto durante a Campanha da Legalidade, quanto mais tarde, na trama que levou à derrubada do governo João Goulart, em 31 de março de 1964. Para isso, descreveremos, de maneira breve, a carreira política, e as principais ações de Leonel Brizola, quando governador do Rio Grande do Sul, a partir das notícias nos periódicos *O Nacional* e *Diário da Manhã*. A pesquisa abordará a forma adotada pela imprensa passo-fundense para noticiar desde a Legalidade, ocorrida entre 25 de agosto de 1961 a 07 de setembro de 1961, e a figura de Leonel Brizola, então governador e líder do movimento no Rio Grande do Sul, até o golpe civil-militar de 1964.

Palavras-chave: *História, Política, Imprensa, Brizola.*

ABSTRACT

The aim of this study is to verify how it was portrayed the trajectory of Leonel Brizola, in the period 1961-1964, via the newspapers *O Nacional* e *Diário da Manhã*, that were circulating in the city of Passo Fundo, RS. In order to examine the facts as they were reproduced in the press, we will perform a brief discussion about the relationships present in the association between history and media taking into account that such discourses produced by the media reveal political positions and allow us to infer the context of the time. The research will tackle the form adopted by the *passo-fundense* press to report from the *Legality*, occurred between August 25th and September 07th 1961, and the figure of Brizola, then governor and leader of the movement in Rio Grande do Sul, to the civil-military coup of 1964.

Keywords: History, Politics, Press, Brizola.

"A realidade social é mais rica, mais variada, complexa do que a imagem simplificada que propõem todos os sistemas de explicação."

RÉMOND, R.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora
ED – Esquerda Democrática
FD – Frente Democrática
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MTR – Movimento Trabalhista Renovador
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PDC – Partido Democrata Cristão
PL – Partido Libertador
PR – Partido Republicano
PRL – Partido Republicano Liberal
PRP – Partido de Representação Popular
PRR – Partido Republicano Riograndense
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SUPRA – Superintendência de Reforma Agrária
UDN – União Democrática Nacional
USB – União Socialista Brasileira

SUMÁRIO

Introdução	10
CAPÍTULO 1 LEONEL BRIZOLA: OS PRIMEIROS PASSOS NA POLÍTICA	17
1.1 O “gurizinho” Itagiba	17
1.2 O estudante.....	19
1.3 O candidato (1946)	22
1.4 O deputado estadual – A bandeira pela Educação (1947- 1950)	24
1.5 Candidatura a prefeito de Porto Alegre (1951)	29
1.6 Secretário de Obras – O primeiro plano de Obras do Estado (1952-1954)	30
1.7 Deputado Federal – discursos inflamados (1954)	32
1.8 Prefeito de Porto Alegre – “Nenhuma criança sem escola” (1955-1958)	35
CAPÍTULO 2 BRIZOLA GOVERNADOR – As ações do governador Brizola na visão da imprensa regional (1959-1961)	49
2.1 A vitória ao governo do Estado (1958)	49
2.2 A polêmica das encampações.....	53
2.3 Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul: A inclusão social pela educação	65
2.4 Um projeto desestabilizador: a reforma agrária	71
CAPÍTULO 3 A LEGALIDADE E A PROJEÇÃO NACIONAL DE BRIZOLA	78
3.1 A renúncia de Jânio e a reação de Brizola: a Legalidade na imprensa regional	78
3.2 A Legalidade e a região: registros da imprensa	90
CAPÍTULO 4 BRIZOLA APÓS A LEGALIDADE: A IMPRENSA NO ATAQUE	144
4.1 Brizola: pós Legalidade na imprensa de Passo Fundo (1961)	144
4.2 Brizola no <i>Diário da Manhã</i> : 1962 – 1963.....	167
4.3 Brizola em <i>O Nacional</i> : 1962 – 1964.....	170

Considerações Finais	177
Referências Bibliográficas.....	180

INTRODUÇÃO

O estudo da sociedade implica na compreensão dos processos de transformação, mudança, “crise e ruptura”, bem como as permanências. Toda permanência ou transformação é fruto do agente humano, da sociedade. Assim é preciso ater-se à ação ou mesmo à inércia dos grupos sociais, que auxiliam a compreender as condições de nossa realidade.

A temática principal da pesquisa será verificar de que maneira a ação política de Brizola foi retratada na imprensa regional, no período compreendido entre 1961 e 1964.

Sua atuação durante o episódio da Legalidade foi marcante e conferiu-lhe visibilidade no cenário político nacional, sendo que se verifica uma progressiva radicalização em seus discursos, que, aliado a outros políticos e partidos esquerdistas, cobravam do presidente João Goulart o cumprimento das reformas de base, tanto alardeadas em sua campanha à vice-presidência.

Buscando analisar este posicionamento dos jornais, recorreremos aos periódicos *O Nacional* e *Diário da Manhã*, ambos de publicação diária nos anos 1960 e que abrangiam a região norte do Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina.

Como marco inicial para a delimitação temporal, analisaremos os jornais passo-fundeses a partir de 1961, ano da Crise da Legalidade, em que o então governador gaúcho, Leonel Brizola destacou-se como articulador da Campanha pela Legalidade, em que apoiava a posse do vice-presidente João Goulart, após a renúncia do presidente Jânio Quadros; o marco final desta pesquisa será março de 1964, quando se dá o Golpe Civil-Militar no Brasil, em 31 de março, após tentativas fracassadas de implantar as reformas de base, pelo então presidente, João Goulart.

A análise da publicação na região de Passo Fundo justifica-se por ser importante polo regional, constituído de oito municípios¹, contando com um amplo hospital, extensa malha ferroviária e rodoviária, moderno sistema de urbanização, além de um potencial educacional considerada promissora². Passo Fundo distinguia-se entre os demais municípios da região, razão pela qual era denominada pela imprensa de Metrópole da Serra.³

¹ Eram distritos de Passo Fundo, no período de análise: Sertão, Coxilha, Tapejara, Água Santa, Ametista, Marau e Ernestina.

² Dentro do período a que se propõe esta pesquisa, ou seja, 1961-1964.

³ IN: BENEVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p.16.

Como a pesquisa trata, também, da trajetória política de Leonel Brizola no período supracitado, faz-se necessário também, explicitar nosso entendimento sobre política e sua aplicação neste trabalho. De maneira geral, podemos denominar como política, todas as ações humanas baseadas em relações de poder. Mas como compreender a abrangência da política nas sociedades? Segundo Rémond⁴, o campo político não possui fronteiras fixas e são inúteis todas as tentativas de traçar-lhe limites. Assim, o conceito de política é complexo, pois envolve outras dimensões da experiência humana, como a economia, a cultura e o social, não restringindo-se à relação do indivíduo com o Estado.⁵

A autoridade política apresenta-se legitimada pela vontade da maioria, e não por meio da violência ou da vontade arbitrária. Desta forma, compreender as esferas e formas de atuação do poder político nos ajuda a visualizar melhor o quadro completo da História e de sua função dentro dela.

Explicar as transformações sociais esclarecendo seus comos e porquês leva a perceber que a situação de hoje é diferente da de ontem. Isso pode nos permitir, seja uma grande satisfação proporcionada pelo conhecimento, seja um melhor embasamento de nossas atuações concretas na sociedade, ou mesmo as duas coisas.⁶

O poder político exerce a regulamentação dos padrões das interações sociais e para isso utiliza a autoridade como seu principal recurso; esta, pois, advém do Estado, que por sua vez, possui duas formas distintas de exercer este poder: o poder coercitivo e o poder simbólico. A relação social do poder não pode se reduzir à violência por vontade arbitrária de mando, mas a um status social a ser vivido e desenvolvido, ou seja, uma autoridade envolta em justificativas e razões que a explicam e legitimam.⁷ É no seio dessa autoridade que o poder se concretiza como produto primeiro das relações de poder, tendo como função a organização e acomodação humana na tarefa da convivência.⁸

Para compreender um determinado período, bem como a atuação das forças políticas nele contidas, torna-se essencial acompanhar o desempenho de algumas figuras proeminentes no cenário político, sem, contudo, privilegiar unicamente a narrativa dos grandes feitos, datas

⁴ RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 443.

⁵ ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2011, p. 17.

⁶ BORGES, Vavy Pacheco, 1993, p. 54.

⁷ RÉMOND, René, 1996, p. 443- 444.

⁸ BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p. 13.

e figuras, pois o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos⁹ é que nos dá a visão geral para compor o grande quadro da política local, que é expressa nas fontes históricas.

Um dos recursos fundamentais para compreender a sociedade e a forma de atuação do poder político é a análise dos fatos apresentados na grande imprensa, procurando definir os interesses que movem essa parcela da sociedade em meio à vida diária.

Antes de analisar os fatos ou os discursos produzidos sobre eles na imprensa, faz-se necessário ponderar sobre as relações entre a História e a imprensa. Compreender as relações entre a mídia e a História, não é uma tarefa simples, pois é necessário reconhecer as limitações e as possibilidades analíticas no uso dos jornais pela pesquisa histórica.¹⁰

Ao tratar com os discursos produzidos pela mídia, ou por qualquer outra fonte histórica, o historiador deve levar em consideração, que não está diante de uma descrição fidedigna e imparcial da realidade, mas sim, de uma descrição dos fatos que é comprometida com interesses e compromissos ideológicos assumidos por seu relator/participante. Para isso, podemos destacar Nora¹¹, quando afirma que é preciso ter a noção de que a notícia na contemporaneidade não é apenas o relato imparcial, pois a formulação de uma leitura sobre um acontecimento não atua apenas como informação, mas agrega consigo um discurso que vem a exercer uma atuação ao se inserir em determinada trama.

Para Paul Bois¹² não há dúvida: é a história que define a região, o que faz uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história. Esta ênfase na história como fator constituinte da região, remete para a importância maior dos fatores sociais em confronto com os fatores de ordem física ou da paisagem¹³. O presente estudo atém-se à ideia de que a região, enquanto estrutura, possui uma identidade própria que a diferencia e identifica, com fatores singulares em uma totalidade, e que faz, a todo o momento, referência ao sistema do qual foi recortada.

Com relação à análise da imprensa, destacamos dois aspectos de suma importância para concretizá-la, a partir de 1950: a imprensa sempre dependeu comercialmente de anunciantes para existir, assim, podemos dizer que os aspectos econômicos influenciam na

⁹ BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 12, n°23/24, set. 91, ago. 92, p. 16-18.

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 14.

¹¹ LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988, p. 179.

¹² *In*: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p.115.

¹³ *Idem*.

posição política retratada. O segundo aspecto refere-se aos interesses do jornalista, redator das notícias, uma vez que este possui ideologias e ambições, pois

Para a formação de uma opinião pública, faz-se necessário considerar também o sujeito pessoal ou coletivo que deseja se comunicar na intenção de disseminar no “espaço público” aquilo pelo qual quer que socialmente seja conhecido e compreendido pelo “público”, ou, que seja apropriado por um segmento específico da sociedade; em segundo lugar, que haja meios pelos quais esta comunicação se estenda o mais rápido e na maior abrangência possível a uma massa de pessoas que conjuntamente formam o público alvo desta comunicação.¹⁴

Embora organizados como empresas jornalísticas estruturadas, deve-se levar em conta que

Principalmente os jornais, mas, de modo geral, os meios de comunicação, não se limitavam a reportar fatos e divulgar correntes políticas que se enfrentavam. Embora se organizassem em moldes empresariais, isso não os tornava “espectadores da história” ou “fontes de informação”, mas agentes, por vezes secundários, coadjuvantes, embora por outras vezes centrais, da formação dos grupos, das facções e mesmo dos partidos políticos.¹⁵

Também contribuía para isso, que o perfil do “jornalista” da década de 1960 era também o do ativista, do militante, do batalhador. Mas não em nome de uma suposta “causa jornalística”, mas em nome das posições distribuídas entre os principais partidos, entre os agentes das disputas políticas e ideológicas.¹⁶

Uma vez que o pesquisador compreende o potencial, de uma publicação, de formar e expressar opiniões, também compreende as possibilidades desta mídia como fonte histórica, pois reproduz os discursos de parte da sociedade do período, já que, devido à sua periodicidade, é possível exercer a inserção dos fatos cotidianos relatados num contexto mais amplo, fornecendo uma visão histórica mais rica de determinado período.

Realizadas estas reflexões acerca da imprensa, consideramos conveniente caracterizar o contexto, no qual estão inseridas as fontes.

¹⁴ CRUZ, Márcio. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. *Revista do programa de estudos pós-graduados em ciências sociais da PUC - SP*. Disponível em <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/>. Acesso em: 12/04/2012.

¹⁵ GRIJÓ, Luiz Alberto; “A ‘LEGALIDADE’ NA IMPRENSA.” In: NOLL, Maria Izabel (et al.) *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 30.

¹⁶ Idem, p. 30.

No início do século XX, a imprensa brasileira passou de artesanal a industrial e surgiram as grandes empresas jornalísticas, quando as notícias passaram a ser compreendidas como mercadorias.¹⁷ O estilo adotado assemelhava-se mais ao literário, influência direta do jornalismo francês, voltado para a crítica e opinião, o que durou até meados de 1940.

É possível observar que, a partir da década de 1950, a imprensa brasileira sofreu transformações, mudando do já conhecido “jornal de opinião”, para o “jornal de informação”. Entretanto, em Passo Fundo, este processo se deu de forma diferente.

Segundo observamos, não houve uma transposição direta, essa mudança não atingiu os periódicos locais na sua totalidade, permanecendo muito forte e nítida a tendência de “jornal de opinião”. Em relação à área política mais precisamente, não só permaneceu essa característica, como também, os periódicos comportaram-se e agiram como partidos políticos, procurando desse modo, ‘representar valores e interesses de segmentos da sociedade’.¹⁸

Assim, falar sobre os jornais de Passo Fundo significa, também, falar sobre o posicionamento de seus proprietários, pois os periódicos normalmente refletiam as posições político-partidárias e/ou ideológicas de seus proprietários.¹⁹

Os periódicos, *O Nacional* e *Diário da Manhã*, constituíam-se representantes das opiniões políticas vigentes. Apesar de algumas semelhanças, a atuação política os colocava, frequentemente, em campos opostos, o que contribuirá significativamente para a compreensão dos fatos do presente estudo.

O jornal *O Nacional*, era controlado por Múcio de Castro, que até os anos 1950 era um apaixonado defensor do trabalhismo e, após romper com o PTB, por volta de 1960, e aderir ao Movimento Trabalhista Renovador – MTR de Fernando Ferrari passou a demonstrar um caráter de oposição não só aos grandes nomes do trabalhismo regional e nacional, como Brizola, mas também à Executiva Municipal do PTB, sob a liderança de César Santos.²⁰ Embora mais sutil, Múcio de Castro não se furtava a demonstrar suas opiniões políticas em seu jornal, mas a maneira como o fazia era muito mais cínica, ácida, do que seu rival e opositor, Túlio da Fontoura.²¹

¹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 29.

¹⁸ BENEVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p. 17.

¹⁹ GRIJÓ, Luiz Alberto; “A ‘LEGALIDADE’ NA IMPRENSA.” In: NOLL, Maria Izabel (et al.) *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 30.

²⁰ BENEVEGNÚ, Sandra Mara, 2006, p. 18.

²¹ Idem.

Já o *Diário da Manhã*, de propriedade de Túlio da Fontoura, refletia seus posicionamentos, sendo um periódico conhecido por sua oposição ao trabalhismo, e também ao PTB. Era claramente contrário a Getúlio Vargas e seu legado trabalhista, devido a isso acabou tornando-se alvo da ira popular, tendo suas instalações destruídas, em virtude da inconformidade do povo com o suicídio de Vargas.²²

As divergências entre Múcio de Castro e Túlio da Fontoura eram antigas e de caráter político. Ao assumir a prefeitura em 1928, Nicolau Vergueiro passou a criticar a gestão anterior, encabeçada por Armando Araújo Annes. Herculano Annes, irmão de Armando e na época proprietário de *O Nacional*, iniciou uma campanha de críticas acirradas a Nicolau Vergueiro, que as rebatia na *Gazeta*, gerenciada por Túlio da Fontoura. Múcio de Castro era então funcionário de *O Nacional* e tomou para si as divergências de Herculano Annes se tornando ferrenho opositor de Túlio da Fontoura, defensor de Nicolau Vergueiro.²³ Em 1957, houve uma tentativa de reconciliação por parte de Celso Fiori e Alady Barleze de Lima, que acabou mal sucedida já que Túlio, sem delongas concordou, o que não aconteceu com Múcio, intransigente na malquerença.²⁴

As diferenças ideológicas mostravam-se mais intensamente em determinados acontecimentos, em sua grande maioria, de caráter político, em demonstrações claras de que atuavam em campos políticos opostos (PTB e PSD).

A fim de organizar a pesquisa realizada, a presente dissertação foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, “Leonel Brizola: Os Primeiros Passos Na Política” compreende a trajetória pessoal e política da personagem analisada, Leonel Brizola, traçando-lhe um perfil que visa compreender as opções políticas adotadas em sua carreira.

O segundo capítulo, “Brizola Governador – As Ações Do Governador Brizola Na Visão Da Imprensa Regional (1959-1961)”, discorrerá sobre a vitória eleitoral de Brizola e como esta foi retratada na imprensa passo-fundense; e considerará ainda, as realizações de Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul.

O terceiro capítulo, “A Legalidade E A Posição Nacional De Brizola”, discorrerá, brevemente, sobre as personagens principais para o acontecimento da Crise da Legalidade e, as repercussões desta no Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo, “Brizola Após A Legalidade: A Imprensa No Ataque”, faz uma análise de como Brizola foi retratado pela imprensa passo-fundense no período pós

²² BENVENÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p. 19.

²³ Ibidem.

²⁴ Ibidem.

Legalidade, relacionando e classificando as notícias divulgadas pelos periódicos *Diário da Manhã* e *O Nacional*, de forma a evidenciar a mudança de posicionamento destes em relação à Brizola.

Esclarecidos os pontos de abrangência da pesquisa passaremos aos fatos políticos que marcaram a vida de Leonel Brizola entre 1961 e 1964, como retratados pela imprensa passo-fundense.

1 LEONEL BRIZOLA: OS PRIMEIROS PASSOS NA POLÍTICA

Este capítulo visa traçar um perfil político de Leonel Brizola, de seu nascimento na localidade de Cruzinha, passando por sua educação, engajamento no PTB e organização deste no interior do Rio Grande do Sul, o início da vida política, até a candidatura ao governo estadual do Rio Grande do Sul, em 1958. Optamos por retratar parte da história de vida de Brizola, ao traçar seu perfil político, porque entendemos que aquela tenha sido em grande parte, responsável por muitas de suas escolhas enquanto pessoa pública e agente de transformação social.

1.1 O “gurizinho” Itagiba

A história de Leonel de Moura Brizola, figura política retratada nesta dissertação inicia-se em 22 de janeiro de 1922, quando, numa casa humilde, no interior de Cruzinha, hoje situada no município de Carazinho²⁵, nasceu o quinto filho de Oniva e José Brizola, que receberia o nome de Itagiba, escolhido pela mãe. Conhecidos da família contam que havia um acordo entre José e Oniva, de que se revezariam na escolha do nome dos filhos. Mas o pai não gostou do nome e criou-se um impasse. Ficou acertado que o nome definitivo seria dado quando ocorresse o batizado da criança, até então era chamado apenas de “gurizinho”. Mais tarde, conta-se que ele mesmo escolheu seu nome, quando, com cerca de dois ou três anos, numa brincadeira com um pedaço de madeira, teria dito: “*Eu sou Leonel Rocha! Eu sou Leonel Rocha!*”, e assim teria prestado homenagem ao líder maragato Leonel Rocha.²⁶ A situação da família era precária, pois o título de propriedade das terras não estava bem definido²⁷, a casa de madeira havia sido construída por José, então agricultor e tropeiro de gado, logo após o casamento com Oniva, filha de um professor primário de Nonoai.

²⁵ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos* (1922/2004) / Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p 17.

²⁶ Leonel Rocha, um dos principais líderes federalistas de Palmeira das Missões e região, comandante famoso por seus ataques rápidos e certos, devido ao seu conhecimento da região, veterano dos embates de 1893-1895 e futuro participante da marcha da Coluna Prestes.

²⁷ BANDEIRA, Moniz. Brizola e o trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Nesta época, predominava uma tensa atmosfera social, “provocada pelas guerras e rebeliões que irrompiam com frequência em quase todo o Estado,”²⁸ isto, levando-se em conta a Guerra dos Farrapos ou Revolução Farroupilha (1835-1845), a Revolução Federalista (1893-1895) e a Revolução Estadual, de 1923, que logo teria início.

Os maragatos eram a facção contrária ao presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, no poder do Rio Grande do Sul havia mais de vinte anos. Em 23 de janeiro de 1923, Brizola contava apenas um ano e três dias quando eclodiu a revolução na região de Carazinho e Passo Fundo, em protesto à reeleição de Borges. É verdade que “tais revoltas significavam transtornos permanentes e afetavam toda a população, sobretudo porque os conflitos costumavam se prolongar indefinidamente, mesmo depois de declarados os armistícios”²⁹.

A respeito da morte do pai de Leonel Brizola, José de Oliveira Brizola, muito já foi dito, tanto, que já ganhou o “status” de lenda. Figura indispensável na construção do caráter de Brizola, José, embora ausente, contribuiu, e muito, para a formação do espírito combativo e inconformista do filho. O que se sabe é que José foi uma figura de destaque entre o grupo de Leonel Rocha, deixando em casa a mulher e os filhos.

Após mais de oito meses longe de casa, José regressou aos seus, sendo recebido por soldados chimangos, que o esperavam, de “tocaia”. Sabe-se que mesmo depois de assinado o Tratado de Pedras Altas, que selou a paz, as represálias eram comuns, e que, não podendo vingar-se dos chefes dos altos comandos, os comandados e suas famílias eram perseguidos, numa espécie de “recado sangrento” ao lado inimigo.

José teria sido pego de surpresa, por um contingente de soldados mandados pelo coronel Victor Dumoncel Filho, a caminho de Cruzinha num capão já próximo de casa, onde havia uma sanga, para dar água aos cavalos, fato que não pode passar despercebido ao bom leitor, que nisto pode vislumbrar a cena do pai de família desarmado e à mercê de inimigos, conhecidos por seus modos cruéis.

De toda a maneira, a caminho para o Quartel-General de Santa Bárbara tinha de subir a pequena coxilha, na qual ficava a casa da família Brizola. Oniva, provavelmente antevendo ali uma desforra sangrenta, teria ido, com os cinco filhos, caminhando atrás da tropa de soldados, tentando talvez, comover os soldados e impedir uma eventual execução. Aconselhada pelo marido a voltar para casa, já que José estava sendo levado em seu próprio

²⁸ LEITE FILHO, F. C. *El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo, Aquariana, 2008, p. 27.

²⁹ Idem.

cavalo e nem sequer havia sido amarrado, retornou um pouco mais tranquila, acompanhada de um moço, criado da família, chamado Otávio.

Dizem alguns que José foi degolado, embaixo de uma árvore, outros, que recebeu um tiro na nuca, mas fato é que nunca chegou vivo ao seu destino. No dia seguinte, rodeada por conhecidos, Oniva dirigiu-se ao Quartel de Santa Bárbara (em torno de 30 km de distância), para suplicar clemência, mas recebe a notícia de que seu marido havia sido executado.³⁰

Pela falta de documentos e pela paixão que este assunto desperta, não é possível dosar o quanto de verdade e lenda estão presentes neste relato. Entretanto, Leonel Brizola sempre foi o filho mais inconformado com a morte cruel do pai, muito embora sua mãe nunca incentivasse o espírito de vingança, temendo ainda mais desgraças para a família. Pouco tempo depois, a família perde a posse das terras na justiça e Oniva casa-se com João G. Estery, também viúvo, com seis filhos, todos criados e dispostos a ajudar a manter a casa, e todos vão morar na promissora localidade de São Bento³¹.

Juntamente com os irmãos, Leonel, trabalhava descarregando madeira de trens e caminhões, tendo sido alfabetizado em casa pela mãe, que concluía até o 2º ou 3º ano primário. Estudou na pequena Escola Primária de São Bento, até o 2º ano primário.

Quando a irmã, Francisca casou-se e foi morar em Passo Fundo, Leonel a seguiu, indo estudar no colégio Fagundes dos Reis, em 1931, e auxiliava o cunhado no açougue deste. Permaneceu ali por três anos, contando com bons resultados escolares, sendo que o resultado final do ano foi de 8,9.³² Terminados os exames, voltou a São Bento, mas o desejo de seguir estudando fez com que se transferisse outra vez, agora para Carazinho.

1.2 O estudante

Comovidos com o esforço do menino, que então contava com quase dez anos de idade, o pastor metodista Isidoro Pereira e sua esposa, Elvira, o tomam aos seus cuidados, matriculando-o no Colégio da Igreja Metodista. A cidade de Carazinho contava, então, com

³⁰ SILVA, José Wilson da. *Afinal quem é Brizola? Amigo ou Inimigo?* Porto Alegre, 1989.

³¹ LEITE FILHO, F. C, 2008, p. 26.

³² GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: histórias de um pombo-correio: a revoada do exílio*. 1ª edição. Porto Alegre, 1992, p. 21.

aproximadamente 14 mil habitantes³³. É neste ambiente que Brizola começa a ter uma educação formal, aprendendo com as maneiras gentis de dona Elvira e as palavras do pastor Isidoro, como na vez em que aprendeu a colocar pasta de dentes na escova: o pastor fazia a barba logo cedo, antes de sair para o trabalho e chamou o menino, que prontamente respondeu. “*Leonel, eu comprei esta pasta de dentes novinha, mas estou sem meus óculos de leitura. Por favor, leia as instruções para mim.*” Leonel, lê as instruções: “*Aqui diz que deve-se usar um centímetro de pasta de dentes na escova.*” “*Leonel, eu não estou bem lembrado de quanto é um centímetro, por favor, pegue uma régua para mim.*” O menino volta com a régua e coloca um centímetro de pasta na escova, recebendo os agradecimentos do pastor Isidoro, que tinha conseguido ensinar o menino a usar a quantidade correta, sem nenhuma repreensão.³⁴ Enfim, Brizola passa a conhecer algum conforto, já que até então havia tido uma vida com mais sofrimentos do que regalias. Mas o que é bom, dizem, dura pouco, e assim foi sua estadia com a família Pereira, que logo teve de transferir-se da cidade. Na convivência com aquela família, havia aprendido a ler a Bíblia, e teve os primeiros “contatos com a oratória”³⁵.

Desejoso de continuar os estudos, numa conversa com alguns mascates ficou sabendo de um colégio em Porto Alegre que fornecia alimentação, roupas e inclusive os livros necessários. O aluno podia até mesmo escolher o curso que desejasse. Junto com a mãe e o pastor Isidoro, que afiançou a boa conduta do menino, consegue uma carta de recomendação e uma passagem de trem para Porto Alegre, com o então prefeito de Carazinho, Albino Hillebrand e, com a bênção da mãe, o menino de quatorze anos segue rumo à capital do Estado, em 20 de fevereiro de 1936.

Ao chegar, se hospedou no Hotel Guaíba. Havia escolhido o curso de técnico rural, no Instituto Pinheiro Machado, um pequeno patronato no morro Santana, mas foi informado de que a escola havia sido extinta e que agora, em seu lugar, funcionava a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Além disso, havia chegado fora de época e não tinha recursos suficientes para se manter na cidade até o início das aulas. Assim, preferiu procurar trabalho, enquanto esperava pela reabertura das matrículas e logo começou a trabalhar como carregador de malas e como ascensorista, tentando manter-se no minúsculo quarto da pensão que ocupava, então.

³³ Segundo fonte do IBGE, em 1940 no município de Carazinho haviam 14.744 habitantes, em: OLIVEIRA, Francisco Antônio Xavier. *Dicionário Histórico e Geográfico de Carazinho*, Passo Fundo, UPF Editora, 1992, p. 63.

³⁴ Brizola Tempos de Luta. Diretor: Tabajara Ruas. Rio de Janeiro: Walper Ruas Produções, 2008. 1 DVD.

³⁵ LEITE FILHO, F. C, 2008, p. 27.

Permaneceu pouco tempo no antigo Instituto Pinheiro Machado e somente ao efetuar a matrícula na Escola Técnica de Viamão é que Leonel verificou que ainda não possuía certidão de nascimento. Escreveu para a mãe, que efetuou o registro juntamente com algumas testemunhas. A pedido do filho fez uma pequena alteração, excluindo o segundo nome, já que antes era conhecido como Leonel Itagiba, em homenagem a um irmão mais velho que havia falecido no parto.³⁶

Três anos depois, em 1939, concluiu o Curso de Técnico Rural e viajou para Porto Alegre, onde hospedou-se numa modesta pensão e conseguiu um emprego como operário, auxiliar de montagem numa refinaria de óleo.³⁷ Meses depois, prestou concurso para o Ministério da Agricultura, sendo nomeado fiscal dos moinhos, na região de Passo Fundo.

Inconformado com o salário e, dizem, com uma desilusão amorosa, retornou a Porto Alegre para continuar os estudos. Conseguiu emprego como jardineiro no Parque da Redenção, e terminou o ensino fundamental. Pediu licença no cargo público para prestar serviço militar: alistou-se no 3º Regimento de Aviação do Exército, e após o ano de serviço obrigatório, voltou a trabalhar e estudar, concluindo o curso científico. Ainda conseguiu, em 1944, formar-se no curso de piloto, profissão que acabou nunca exercendo.

Em 1945, passou no vestibular para a Escola de Engenharia e formou-se em 1949.

Ao que parece, quem não gostou de ter o funcionário dividido entre a função pública e os estudos foi o novo diretor da Divisão de Parques e Jardins. Sem conseguir argumentar com o superior, o jeito foi marcar uma audiência com o diretor-geral da Prefeitura, Dr. Bozanno, além de Egídio Costa, prefeito em exercício e Clóvis Pestana, o antigo prefeito. Pressionado entre os estudos e o emprego, decidiu-se pelos estudos. Tudo parecia resolvido, quando Brizola faz uma declaração polêmica: *“Olha, os Srs. fazem que nem porco: comem e viram o coxo. O Dr. Pestana se formou em Engenharia trabalhando na prefeitura e, depois, se formou em Direito, também trabalhando na prefeitura, mas ele me nega esse direito”*.³⁸ A confusão estava armada: Pestana precisou ser contido para não agredir a socos o “guri desaforado”. Na saída da prefeitura, considerando-se já um desempregado, a sorte lhe sorriu, pois encontrou ali o secretário de Educação do município, Antônio Brochado da Rocha, que o levou para trabalhar com ele, enquanto ocupou o cargo.³⁹

³⁶ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 23.

³⁷ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 31.

³⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 25.

³⁹ GUARAGNA, João Carlos, 1992, p. 27.

1.3 O candidato (1946)

Eram tempos de grande efervescência política, o que Brizola logo percebeu pela divisão ideológica na universidade: haviam vários grupos, como os liberais, os conservadores, aqueles que se identificavam com Luís Carlos Prestes e o Partido Comunista e ainda o dos líderes sindicalistas, que, na época, lideravam o movimento “queremista”⁴⁰, com quem Brizola parecia se identificar mais. Estes, entretanto, ficaram isolados após a queda de Vargas, o que o levou a escolher entre PSD e PTB, os dois partidos criados por Getúlio. Segundo Bodea⁴¹, a constituição do Partido no Rio Grande do Sul era feita a partir de três vertentes: a sindicalista, a doutrinária-pasqualinista e a pragmática-getulista.⁴²

Um manifesto publicado pelo PTB agradou o jovem Brizola, que compareceu ao endereço da sede do partido, no centro de Porto Alegre. Foi imediatamente aceito e encarregado de organizar a “Ala Moça” do partido. Em suas próprias palavras:

Conseguimos a sede e fazíamos assembléias [sic] com muita gente. Era gente humilde, gente pobre, o operariado. Eu me sentia emocionado no meio daquelas multidões. Estava junto com a minha gente. Os discursos eram, naturalmente, emocionais, muita substância não tinham, mas traduziam o sentimento social, que nos tocava numa tendência socialista, embora indefinida. Dizíamos que o PTB não era aquele PSD, que nada tinha a ver com os trabalhadores. O PTB iria realmente lutar pelas idéias [sic] sociais do Dr. Getúlio, em defesa da legislação do trabalho, da garantia do trabalho. Era essa a tônica dos discursos, pronunciados com muita emoção.⁴³

A incumbência de organizar o PTB pelas cidades do Rio Grande do Sul foi dividida entre José Vecchio, Leopoldo Machado, Francisco Santos, Sílvio Sanson e Valdemiro Lemos, que como Brizola, eram de origem pobre. Muitas vezes, tudo era feito com base do improviso, sem muito planejamento e contando com uma generosa dose de amorismo e do talento de Brizola para as falas, conforme entrevista concedida posteriormente, a respeito da formação

⁴⁰ Aqui, entendido como um movimento popular, que exigia a permanência de Getúlio Vargas na presidência da República. Ver: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴¹ FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 57.

⁴² BODEA, Miguel. Trabalhismos e populismos no Rio Grande do Sul, IN: FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 57.

⁴³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 49.

do partido na cidade de Rio Grande, onde não encontraram o apoio de chefes políticos e decidiram organizar o PTB através de uma mobilização numa praça pública:

Procuramos uns e outros. Foi em vão. Ao meio-dia, quando fomos almoçar numa pensão, Leopoldo Machado disse: “Vecchio, sabe de uma coisa? Vamos organizar o PTB na praça. Vamos convocar um comício para logo mais à noite. Eu vou com o Leonel para o porto e vais com o Wilson para o outro lado”. E assim fizemos. Quando chegamos ao porto, o pessoal ainda estava comendo. Eu me agarrei às grades e comecei a falar: “Nós estamos aqui para convidá-los para um grande comício, logo mais, na Praça Tamandaré. Vamos criar o PTB, o partido dos trabalhadores o partido que vai defender a obra social de Getúlio Vargas. Porque esse PSD está traindo o Dr. Getúlio” O pessoal começou a se achegar, a se aproximar, a multidão se formando, e dentro de pouco tempo estavam ali reunidos de 300 a 500 trabalhadores. E Leopoldo tomou então a palavra. À noite cerca de 10.000 pessoas se aglomeraram na Praça Tamandaré. E ali mesmo organizamos o Diretório municipal do PTB, com gente indicada diretamente pela própria massa.⁴⁴

Aos poucos, mais e mais nomes foram somando-se aos filiados do PTB, uns trazendo os outros, esse foi o caso de Alberto Pasqualini, que trouxe consigo todo o seu grupo da União Social Brasileira, o que conferiu maior conteúdo doutrinário ao crescente partido.

O esforço pelo interior do Estado não foi em vão: em 1947, o presidente da Ala Moça, Brizola, foi indicado como candidato a Deputado Estadual, apoiado por José Vecchio, que patrocinou alguns cartazes, e com a ajuda de colegas da faculdade e amigos da Ala Moça, fez sua campanha sem “um tostão no bolso”, falando nas caravanas do partido e ajudando a colar cartazes. Acabou eleito, aos 24 anos, com 3.839 votos, defendendo os direitos dos estudantes e começando assim, sua carreira política.

O jornal *O Nacional* de 31 de dezembro de 1946 comentou a presença de Brizola com uma manchete na contracapa: “Em Passo Fundo o acadêmico Leonel Brizola, Presidente da Ala Moça do PTB”, e a seguir dava detalhes dos demais acompanhantes de Brizola, bem como elogiava a postura do jovem candidato, que visitara a redação do jornal no dia anterior.⁴⁵

Foi nessa época, na campanha pelas estradas das longínquas cidades e vilas do interior, que conviveu intensamente com João Goulart e alguns líderes sindicais, como José Vecchio, Leopoldo Machado e Sílvio Sanson, além de José Diogo Brochado da Rocha, Fernando Ferrari, Egídio Michaelsen e também com as mais diversas classes de pessoas. As conversas, fruto dessa convivência, forneceram os dados necessários para que Brizola

⁴⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 50.

⁴⁵ *O Nacional*, 31 de dezembro de 1946.

organizasse uma espécie de agenda, contendo o diagnóstico de cada setor produtivo e necessidades sociais dos gaúchos.

O entusiasmo de Brizola ao assumir o cargo de Deputado Estadual pode ser comprovado através dos anais da Assembleia, por meio de suas intervenções empolgadas em quase todas as sessões do plenário⁴⁶ que abrangem os mais diversos temas como a falta de vagas no ensino médio, incentivos à lavoura de trigo, a gratuidade do ensino, críticas ao uso abusivo de carros oficiais, entre outros. A Assembleia, naquela época, ainda era um antigo prédio construído na época da Colônia, conhecido como o “Casarão da Duque”, por sua localização, na Rua Duque de Caxias, número 1029.

Seu entusiasmo chegava a causar preocupações, já que Brizola nunca fora exatamente comedido: dono de um comportamento impetuoso, e quase incontrolável, teria feito o velho Getúlio declarar, irônico, sobre o perfil contestador de Brizola a José Vecchio: “*Vecchio, faz como eu, não te mete em política*”.⁴⁷

1.4 Deputado Estadual – A bandeira pela Educação (1947 – 1950)

Em seu primeiro mandato, deparou-se com a tarefa de adaptar a Constituição do Estado ao período pós Estado Novo, instalada em 10 de março de 1947. A ênfase de sua campanha eleitoral havia sido a educação “não se pode entender como um estudante militar tem tudo – livros, fardamento, pensão e até um ordenado – e nós não temos nada”⁴⁸, dizia Brizola em sua campanha pelo interior do Estado. Cumprindo sua promessa, segundo Darcy Ribeiro, Brizola, já em seu primeiro discurso levantou “a bandeira da educação, que nunca mais largaria, e passaria a constituir sua marca registrada nos governos e plataformas Brasil afora”⁴⁹.

A soma dos deputados constituintes das bancadas do PTB e do PL, respectivamente 23 e 5, garantiram a maioria de 28 votos necessários para assegurar que a futura Constituição fosse modelada de acordo com as vontades dos dois partidos. Veio do PL a iniciativa de sugerir tal acordo, desde que, em troca os petebistas apoiassem sua proposta de um regime parlamentarista. Inicialmente o PTB não se opôs, apenas exigia que a forma de governo escolhida fosse “amplamente democrática”, mas o deputado Pasqualini alertou que tal forma

⁴⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 31.

⁴⁷ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 31.

⁴⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 27.

⁴⁹ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 41.

de governo contrariava as disposições da Constituição Federal, ao que a bancada do PL não cedeu, pois via os benefícios desta emenda de maneira pedagógica para sua cartilha, ainda que fosse derrubada pelo STF.

Um acordo foi sugerido por Pasqualini: em troca do apoio ao parlamentarismo, o PL apoiaria o PTB na aprovação de um capítulo que tratasse “Da Ordem Econômica e Social”, considerado de suma importância para garantir que o Executivo promovesse as reformas sociais dos trabalhadores rurais e urbanos. Foi assim que Brizola apoiou a redação do artigo 174 da Constituição Estadual de 1947, futuro embasamento legal para os projetos de reforma agrária que implantaria, quando governador do estado, alguns anos depois. O texto, proposto por Pasqualini ficou redigido da seguinte forma:

O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso de conveniência social... a lei facilitará a fixação do homem à terra estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativadas com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares não socialmente aproveitadas.⁵⁰

Em seu discurso de estreia, em 12 de março, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o cenário perfeito para o sucesso de Brizola estava montado. A ele caberia a tarefa de discursar, exigindo a criação de um número maior de vagas para os estudantes de segundo grau, por parte da administração estadual, por ser o mais jovem e mais familiarizado com o tema. As galerias estavam ocupadas por numerosos estudantes, que haviam encaminhado a solicitação à bancada trabalhista e aguardavam ansiosos, o resultado do pronunciamento do colega, já aluno da Escola de Engenharia.

Inicialmente, devo pedir o beneplácito dos nobres colegas para a indicação que apresentamos, recomendando aos poderes competentes que solucionem a situação angustiada de várias dezenas de rapazes que, embora tenham concluído o primeiro ciclo do curso secundário, devido à falta de vagas no Ginásio do Estado (Brizola referia-se ao Colégio Júlio de Castilhos) não conseguiram matricular-se no segundo ciclo. Por tão insignificante motivo não se justifica que centenas de jovens vejam-se na contingência de interromper os seus estudos, a despeito dos sacrifícios que, constantemente, a mocidade civil do Rio Grande do Sul e do Brasil enfrenta para estudar.⁵¹

⁵⁰ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 32.

⁵¹ Idem, p. 282.

O ensino era algo imprescindível, e, segundo Brizola

[...] 80% dos universitários do Rio Grande são legítima e verdadeiramente trabalhadores, que estudam. Aqui estão as verdadeiras causas e não a carência de valores; há, e muitos, verdadeiros gênios até; se aproveitados Julgo, Sr. Presidente, imprescindível que esta Assembléia [sic] de representantes do povo conheça, de perto, e muito bem de perto, este problema. Lembremo-nos, srs. [sic] representantes, que esses jovens, que hoje se assentam nos bancos acadêmicos, fatalmente, daqui a menos de vinte anos, estarão dirigindo a ciência, a economia, como também, a política do Rio Grande. De nada nos valerá lutarmos hoje pelo nosso desenvolvimento, em todos os setores, se amanhã não possuímos homens suficientemente, em qualidade e quantidade, para prosseguirem o nosso caminho. Para que obtenhamos bons profissionais, em todos os ramos da nossa atividade, além das condições que dizem respeito ao ensino propriamente dito, é indispensável zelar pela sanidade orgânica e moral da juventude, além de proporcionar-lhe todos os instrumentos necessários para desenvolver seus conhecimentos. [...] Afora uma minoria bem situada na vida, filhos da fortuna, o que em nada os desmerece, desde que tenham convicções, a maioria, a imensa maioria, comprime-se em verdadeiros cortiços, em alojamentos insuportáveis, alimentando-se não como e quando necessita, mas como lhe permitem os seus minguados recursos. [...] Essas brutalidades, Sr. Presidente, constituem a causa do desencanto da juventude. Essas brutalidades têm extirpado toda a alegria de viver, e a sua angústia a tem jogado, muitas vezes, para o campo das ideologias exóticas, na esperança de ver minorados os seus sofrimentos. [...] Não podemos compreender por que certas classes de estudantes, como aqueles nossos valorosos colegas, que empreenderam a carreira militar, gozem de tantas prerrogativas e tantas garantias, em paradoxal contraste com a pobreza e desamparo de tantos milhares de rapazes, que se debatem desesperados, com toda a sorte de tropeços e dificuldades, comprometendo profundamente a sua vitalidade. Aqueles sempre dispostos a dar a sua vida para defender a pátria; e estes deverão sacrificá-la, antes mesmo de poder servi-la.⁵²

O resultado foi satisfatório: na mesma sessão, ficou estabelecido entre os partidos e os estudantes que as reivindicações quanto à criação de vagas, contratação de professores e ampliação do número de salas de aula seriam atendidas. Mas quanto ao primeiro, ainda haviam divergências relativas ao modo de criar vagas a curto prazo. Segundo Pereira,

Ainda nessa direção, Brizola foi responsável pelo encaminhamento da emenda constitucional que, aprovada, converteu-se no artigo 191 da Constituição. Este previa o ensino gratuito em todos os níveis nas instituições estaduais. Além disso, cobrou o respeito à lei que garantia que os estudantes regularmente matriculados na Universidade ou no ciclo que atualmente se corresponde ao ensino médio tivessem o direito de se ausentarem do trabalho nos dias das provas sem que estes tivessem qualquer tipo de prejuízo nos seus vencimentos.⁵³

⁵² PEREIRA, Bernard José Alves. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 43.

⁵³ Idem, p. 43.

No dia seguinte, quarta sessão da Constituinte, um tema ainda mais espinhoso surge: moradores e empresários do 4º Distrito de Porto Alegre, endereço da maioria das indústrias da capital, entre elas a Metalurgia Wallig, denunciaram os frequentes cortes de energia, que causavam grandes prejuízos, por meio de telegrama, endereçado ao deputado Edgar Luiz Schneider, que determinou a leitura do mesmo em plenário. A mensagem dos moradores dizia: “E o pior é que, embora não consumamos energia, temos de pagar. A única solução seria o governo encampar essa companhia, a fim de evitar maiores prejuízos e desemprego dos trabalhadores.”⁵⁴

Brizola imediatamente se propôs a tratar da denúncia pessoalmente, ainda naquela tarde, e seu oferecimento foi aceito, pois já havia convencido a bancada trabalhista de sua capacidade no caso das reivindicações dos estudantes.

A matéria era mais complexa do que inicialmente se mostrava, pois tratava-se de enfrentar os interesses de uma multinacional estadunidense. A bancada do PTB fez o que pode: com seus onze integrantes, fez um manifesto, por meio do qual solicitavam a formação de uma comissão especial para exame das causas e das providências necessárias, pois a situação agravava-se a tal ponto que empresas estabelecidas na zona mais industrial da cidade eram obrigadas a parar durante algumas horas do dia devido ao racionamento de energia, o que gerava desemprego e insatisfação das lideranças sindicais, estreitamente ligadas aos trabalhistas.

Certamente o assunto não resolvido pelo então deputado Brizola ficou muito bem guardado em sua memória, já que uma de suas primeiras providências quando governador foi convocar uma equipe de planejamento, que deveria buscar meios de superar o atraso, derivado da escassez de energia, que impedia o Estado de crescer.

Foi de suma importância a sua atuação na constituinte, onde a maioria de todas as bancadas representadas na Assembleia era de fazendeiros e da pecuária tradicional.

Neste mesmo mandato, João Goulart também foi eleito deputado estadual, promovido e patrocinado por seu padrinho político, Getúlio Vargas. Jango foi de extrema importância para o PTB, pois durante toda a sua campanha, percorreu os municípios do interior gaúcho, criando diretórios em cada localidade, muitos dos quais, financiados do próprio bolso.⁵⁵

Brizola e Jango tinham estilos diferentes: Brizola passou a integrar a bancada de oposição ao governo do Estado, sempre representando a população mais carente de Porto

⁵⁴ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 34.

⁵⁵ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 57.

Alegre (sem descuidar dos estudos) enquanto Jango, empenhado nas dificuldades de estabelecer contatos e apoio político à campanha de Vargas, pouco comparecia à Assembleia. Ao longo do mandato, discursou apenas uma vez, a fim de defender os interesses dos pequenos criadores de gado de São Borja.⁵⁶

Brizola, com sua oratória notável, ternos bem cortados, brilhantina no cabelo, e bigodinho “*a la Clarck Gable*”, chamava a atenção. Conta-se que as primas de Jango eram apaixonadas por ele, até mesmo Ivete Vargas⁵⁷. Teria conhecido Neusa, sua futura esposa, em uma reunião do PTB, e que, depois de perguntar a vários amigos quem era a moça “elegante e muitíssimo discreta” sem obter uma resposta satisfatória, logo arquitetou um plano: aproveitando algumas fichas cadastrais em branco, pediu a todos os presentes que as preenchessem para uma atualização de dados da mocidade do PTB⁵⁸. Qual não foi sua surpresa, quando ao receber a ficha, descobriu que a tal moça, Neusa⁵⁹, ou Neusinha, era irmã do seu bom amigo e companheiro de campanhas, João Goulart, líder do PTB no Rio Grande do Sul e logo mais deputado federal.

A amizade com Jango só crescia, desde que os dois se conheceram, na campanha do ano anterior e voltaram a se encontrar nas cerimônias de instalação da Assembleia Legislativa, Brizola passou a frequentar a residência da família Goulart, bem como acompanhar o amigo nas visitas a Vargas.

Jango era ciumento da irmã preferida, Neusa, e a considerava a mais bonita, inteligente e querida. Costumava implicar com os militantes que pretendiam namorar a irmã e brigava com ela. A exceção foi o companheiro Brizola. Se antes eram amigos, quando Brizola e Neusa marcaram a data do casamento, a amizade e confiança mútua só aumentou.⁶⁰

Em 1º de março de 1950, mesma data do aniversário de Jango, que completava 32 anos, casou-se com Neusa Goulart, moça de família rica, tendo como padrinho de casamento Getúlio Vargas, que teria ficado impressionado, ao ouvir Brizola discursar num comício do PTB: “*Esse guri vai muito longe*”.⁶¹ Desta união vieram os três filhos: José Vicente, João Otávio e Neusa Maria.

⁵⁶ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 57.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ *Brizola Tempos de Luta*. Diretor: Tabajara Ruas. Rio de Janeiro: Walper Ruas Produções, 2008. 1 DVD.

⁵⁹ POERNER, Arthur. Brizola – Um guerreiro indomável. *O Pasquim 21*, Rio de Janeiro, setembro de 2002, edição n.º 30, p. 13-16.

⁶⁰ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 58.

⁶¹ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 27.

Brizola foi reeleito deputado estadual em 1950, conforme retratou *O Nacional*: “Brizola vitorioso em P. Fundo”⁶², com 16.691 votos, assumindo a liderança da bancada trabalhista,⁶³ e participou da campanha que elegeu Vargas presidente e Jango deputado federal.

Uma “nova geração de parlamentares nacionalistas ascendeu no partido”, entre eles, Brizola, Lúcio Bittencourt e Fernando Ferrari. Formava-se assim, uma corrente de esquerda⁶⁴, nas fileiras do PTB.

1.5 Candidatura a prefeito de Porto Alegre (1951)

Brizola disputou as eleições municipais no ano seguinte, 1951, mas perdeu por uma diferença de mil e sessenta e dois votos (1%), devido a uma dissidência de seu antigo companheiro de partido, José Vecchio.

O jornal *O Nacional* optou por apenas apresentar os resultados da apuração, bem como o quadro final da disputa, em que Brizola perdeu por uma diferença de 1.062 votos, contra Ildo Meneghetti, porto-alegrense descendente de italianos, representante da Frente Democrática, uma coligação formada por PSD, UDN e PL.⁶⁵ O candidato a vice-prefeito de sua chapa, Maneco Vargas, filho de Getúlio Vargas, teve mais sorte, sendo eleito ao lado do então vencedor, Ildo Meneghetti.⁶⁶

Apesar da derrota, Brizola saiu fortalecido da disputa, pois suas ideias para um projeto inovador na área da educação começavam a surgir. Assim que tivesse uma oportunidade de colocá-las em prática, faria da educação sua principal bandeira de luta.

⁶² *O Nacional*, 06 de novembro de 1950. A notícia relata apenas o resultado final das eleições, constando apenas o trecho mencionado.

⁶³ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 55.

⁶⁴ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 139.

⁶⁵ Após cuidadosa pesquisa nos jornais *Diário da Manhã* e *O Nacional*, não foram encontradas quaisquer menções a respeito da disputa eleitoral em Porto Alegre, bem como à figura de Brizola, no ano de 1951.

⁶⁶ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 39.

1.6 Secretário de Obras – O 1º Plano de Obras do Estado (1952 – 1954)

A convite do governador Ernesto Dornelles, Brizola assumiu a Secretaria de Obras Públicas, em 1952, à frente do 1º Plano de Obras do Estado, que visava executar obras de infraestrutura de grande porte.

Brizola estava determinado a mostrar o seu valor como bom administrador, como fica evidente em seu discurso de despedida da Assembleia: “O meu lema, Senhor Presidente, no exercício da Secretaria de Estado das Obras Públicas, do Rio Grande do Sul, será simples: trabalhar, trabalhar, trabalhar com todas as minhas energias em benefício do Rio Grande”.⁶⁷

Os resultados não tardariam a aparecer: nas eficientes soluções para resolver os problemas de abastecimento de água, na construção e ampliação de estradas estaduais e municipais e várias outras obras que seriam sempre lembradas pelo povo porto-alegrense, como no caso da imprescindível ponte móvel sobre o Guaíba, a construção da nova pista do aeroporto Salgado Filho (feita de concreto, tinha mil e quinhentos metros, adequando-se assim à aterrissagem de aviões de grande porte, que antes tinham de aterrissar na pista militar de Gravataí), e no início da construção do prédio do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, várias destas obras, realizadas em parceria com o Governo Federal. Brizola ocupou o cargo por dois anos, saindo para concorrer a deputado federal nas eleições de outubro de 1954.

Diz a crença popular que a calma precede a tormenta, e para Brizola não foi diferente. Em meio aos bons ventos de sua administração na Secretaria de Obras públicas, eclodiu a crise política que levou ao suicídio de Vargas.

Eu me encontrava de noite numa localidade chamada São Sepé, fazendo comício e me preparava, na manhã seguinte, para retornar a Porto Alegre, quando um amigo meu me comunicou que ouvira no rádio que Getúlio se suicidara. A princípio pensei que se tratava de uma mentira. Logo em seguida ouvi a leitura, pelo rádio, da confirmação e da Carta-Testamento. Tomei o avião imediatamente, e segui com o deputado Wilson Vargas da Silveira para Porto Alegre. Ao nos aproximarmos da Capital, já percebíamos, ao longe, a cidade fumegando. A multidão, traumatizada, incendiava e quebrava tudo, numa loucura coletiva.⁶⁸

⁶⁷ Idem, p. 489.

⁶⁸ CARRION, Jr. Brizola: momentos de decisão. Porto Alegre: L & PM Editores, 1989, p. 38.

A situação no país era do mais intenso caos, com Carlos Lacerda sendo caçado pelo povo nas ruas do Rio de Janeiro. Porto Alegre também foi tomada pela multidão furiosa e cada político de oposição tratou de deixar logo a cidade, inclusive o prefeito, Ildo Meneghetti.

Em Passo Fundo, o jornal *Diário da Manhã* teve suas instalações destruídas por uma furiosa multidão, inconformada com o suicídio de Vargas.⁶⁹

O suicídio de Vargas ao invés de auxiliar a campanha eleitoral do PTB, levou a classe média, de suma importância no processo eleitoral, ao pânico⁷⁰. Reafirmou-se o padrão de alternância de poder entre os grandes blocos partidários, com a vitória de Ildo Meneghetti sobre o candidato petebista, Alberto Pasqualini. Goulart também foi derrotado na disputa por uma vaga no senado. Quanto ao número de cadeiras na Assembleia, o PTB alcançou 37,35% dos votos, o que equivalia a 23 cadeiras. Na Câmara Federal manteve os mesmos 41% de votos da eleição anterior, apesar de ter diminuído de 11 para 10 deputados.⁷¹

Brizola elegeu-se deputado federal com impressionantes 103 mil votos, seguido por Fernando Ferrari, com 40 mil votos, o que parece ter sido simplesmente ignorado pelo jornal *O Nacional*.

1.7 Deputado Federal – Discursos inflamados (1954)

Aos 32 anos, Brizola foi eleito com mais de 100 mil votos, ainda sob o impactante suicídio de Vargas. Entretanto, o PTB gaúcho não se fortaleceu eleitoralmente: Jango Goulart, presidente do Diretório Nacional do PTB, perdeu a eleição para senador; Alberto Pasqualini, candidato ao governo do Estado foi derrotado por Ildo Meneghetti.

Como deputado, Brizola destacou-se por sua atuação contundente e sempre apaixonada, tornando-se ferrenho opositor de Carlos Lacerda. Motta (2001, p. 12) afirma que se o Fla-Flu enchia o Maracanã e inflamava as torcidas, não menos inflamado era o discurso que então alimentava a rivalidade entre lacerdistas e brizolistas na antiga capital federal.

⁶⁹ BENVENÚ, Sandra Mara, 2006, p. 18.

⁷⁰ CARRION, Jr., 1989, p. 39.

⁷¹ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C.; “O Sistema partidário – a redemocratização (1945-1964)”. In: GERTZ, René, *HISTÓRIA geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985); v. 4. p. 770.

Seus discursos apaixonados e de teor inflamatório endereçados ao “corvo do lavradio”⁷² como fora, já então, apelidado Lacerda, puderam ser sentidos em várias ocasiões em que este defendia o adiamento das eleições para presidente e vice da República.

Na manhã do dia 31 de janeiro, o *Tribuna da Imprensa* trouxe um longo e espinhoso artigo de Lacerda, pregando abertamente o golpe, que impediria a candidatura e mais tarde a posse de Juscelino, que já percorria o país em campanha. Brizola saiu de casa com um exemplar da *Tribuna* nas mãos, e, passando pela casa de Osvaldo Aranha prometeu que iria impugnar o juramento de Lacerda, porque ele estava pregando o golpe. Osvaldo Aranha desfiou todos os argumentos e apelos possíveis, mas Brizola persistia, ao que o amigo suspirou e o mandou ir em frente. Quando o presidente da Câmara, Carlos Luz, chamou Lacerda para jurar a Constituição, Brizola levanta-se e pede um aparte. Lacerda, que nem desconfiava das intenções do gaúcho, fica um tanto irado, mas concede a fala. O plenário silente observa Brizola empunhar o exemplar da *Tribuna*, gritando a plenos pulmões: “*Este vai ser um juramento falso, Sr. Presidente, porque ele está pregando o golpe de Estado lá fora e vem jurar defender a Constituição aqui dentro*”.⁷³ A Câmara quase veio a baixo. Mas Lacerda jurou⁷⁴.

A constante troca de farpas políticas marcaria para sempre a relação de Brizola e Lacerda.

A edição de 28 de fevereiro de 1955, de *O Nacional*, fez vários elogios a Brizola, então, deputado federal recém-eleito:

Leonel de M. Brizola, expoente máximo do trabalhismo a serviço da Democracia no cenário político nacional - Moço educado, líder clarividente, democrata de senso elevado, defende com eloquência [sic] inconfundível o direito e a razão, os postulados do Partido Trabalhista Brasileiro bem como a memória do insigne estadista Presidente GETÚLIO DORNELES VARGAS [sic].⁷⁵

Mas, qual seria o motivo de tão abundantes elogios? A resposta, como logo veremos, é relacionada, ao que o cronista considera “o maior traidor” e também “representante do povo carioca”, ou seja, Carlos Lacerda.

⁷² Epíteto recebido por Carlos Lacerda da imprensa opositora, assim como “o demolidor de presidentes”. Ver: MOTTA, Marly Silva da. Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado. Nossa História. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, maio, 2005.

⁷³ NERY, Sebastião. Folclore Político: 1950 histórias. São Paulo, Geração Editorial, 2002, p. 235.

⁷⁴ O periódico *O Nacional* não menciona este evento, embora outros embates entre Brizola e Lacerda tenham merecido atenção, especialmente na seção dedicada à política nacional, como se verá a seguir.

⁷⁵ *O Nacional*, 28 de fevereiro de 1955.

Leonel Brizola, é irredutível na defesa dos princípios que norteiam o Partido Trabalhista Brasileiro atestando seu elevado espírito de solidariedade humana quando na semana atrasada [sic] dia onze de Fevereiro, na tribuna da Camara [sic] Federal, denunciava o maior traidor, no seu posto como representante do povo carioca. Aquela notícia não nos causou surpresas [sic], renunciar o mandato um neurótico representante, que embebeu sua pena no sangue inocente daquele que morreu pela Democracia! Seria uma grande atitude daquele famigerado representante, tivesse declinado da sua candidatura antes do pleito de Outubro de 1954.

A justiça divina tarda mas não falha; um homem de sentimentos baixos e ideais moribundos não permanece num posto de honra para defender as glórias de um povo que sofre profundamente, o golpe fatal da madrugada de 24 de Agosto de 1954.⁷⁶

A morte de Getúlio Vargas, ocorrida meses antes, ainda era um fato presente e cotidianamente lembrado pela população, bem como pelas lideranças políticas, que continuavam a evocá-lo, devido à intensa comoção que este sempre despertava. Carlos Lacerda era descrito como

Um preparador de artimanhas e traição, não poderá se sentir bem onde a verdade encontra amplidão, qual seja na tribuna das assembleias [sic] legislativas e na Câmara Federal, onde o direito e a razão constantemente travam luta, com os caluniadores, com a infamea [sic] e a traição.⁷⁷

O Nacional ainda advertia, tanto a população, quanto os partidos políticos que

[...] não devem tolerar o amaranhado [sic] de confusão forjado pelos falsos brasileiros, ilegítimos defensores das coletividades, que aproveitam a primeira oportunidade para se transformarem em apóstolos [sic] de golpes. Pelas mesmas sabias [sic] e superiores razões, devem ser ilegais [sic] todas as iniciativas que visem modificar o regime Democrático no Brasil; devem os partidos executarem seus problemas que venham atenuar as desinteligências [sic] e a miséria política porque passa a nacionalidade. Os falsos brasileiros sornateiramente tramaram o golpe em 1954, embeberam sua vaidade desrespeitando os nossos direitos constitucionais, mergulharam na vida particular de inúmeros cidadãos, miraculosamente, disfarçadamente, hoje desesperados, aflitos, sem recursos, jogam-se contra as iniciativas e a competência [sic] do ilustre presidente da República, Sr. Café Filho [...]⁷⁸

⁷⁶ *O Nacional*, 28 de fevereiro de 1955.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ *Ibidem*.

Entretanto, se era necessário vigiar sobre os golpistas de plantão, havia a certeza de que entre “os representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, ancorará em porto seguro, destacando-se os impolutos e clarividentes defensores da bandeira de Getulio Vargas desfraldada pelo P.T.B. [...]”.⁷⁹

E, dentre todos os parlamentares, foi Brizola quem recebeu os maiores elogios, evidenciando a fé nele depositada pelo cronista que assina a matéria, “Prof. Karlay”.

O clarividente parlamentar, Dr. Leonel de Moura Brizola, como prova do seu acrizolado patriotismo, pôs a serviço da Pátria, da Democracia e do Partido Trabalhista Brasileiro, o cabedal dos seus extraordinários [sic] dotes e qualidades notáveis. Os predicados que exornam o brilhante tribuno Leonel Brizola, nos lembram o valor militar de Caxias e de Osório; o fino trato diplomático de Nabuco e de Rio Branco; á habilidade [sic] política de Silveira Martins e de Pinheiro Machado; a ciência estatal de José Bonifácio e de Julio de Castilhos; a disciplina e a vivacidade do saudoso Gal. Daltro Filho. [...] Salve pois o líder Leonel de Moura Brizola, o mais eloquente portavoz [sic] da Democracia trabalhista na Camara Federal.⁸⁰

Neste mesmo ano, 1955, Brizola renunciou para concorrer à Prefeitura de Porto Alegre, saindo vencedor da disputa.

1.8 Prefeito de Porto Alegre – “Nenhuma Criança Sem Escola” (1955 – 1958)

Em 1955, Brizola elegeu-se prefeito de Porto Alegre, aos 33 anos de idade, “solicitando licença do mandato de deputado”, conforme *O Nacional* de 28 de dezembro de 1955.

Brizola fez campanha com o slogan “Nenhuma Criança Sem Escola” e a promessa da realização de grandes obras na capital do Rio Grande do Sul. Seu sucesso deveu-se, em parte, à sua capacidade de provocar intensa mobilização partidária, com o apoio de um jornal vespertino, o *Clarim*, ou “o jornalzinho do Brizola” em formato de tabloide, especialmente concebido e dirigido por Brizola, que foi criado e extinto em 1955, mas que chegou a ter uma tiragem de 35 mil exemplares, um feito grandioso, se compararmos à população porto-

⁷⁹ *O Nacional*, 28 de fevereiro de 1955.

⁸⁰ *Idem*.

alegrense, que na época era estimada em 500 mil habitantes.⁸¹ Mais tarde Brizola utilizaria a mesma estratégia no Rio de Janeiro ao criar o jornal “*Panfleteo*”, distribuído amplamente aos seus “grupos de onze”, veículo de comunicação das esquerdas reunidas na Frente de Mobilização Popular, lideradas pelo gaúcho em 1964⁸².

Com uma lista impressionante de obras públicas realizadas, como a implantação da rede de água (que abastecia 300 mil pessoas com uma produção de 80 milhões de litros diários) e esgotos pluviais e cloacais em várias áreas da cidade (respectivamente 110 e 88 quilômetros de extensão, aproximadamente), o nome de Brizola era o favorito à disputa pelo governo do Estado.

A administração iniciou um levantamento aerofotogramétrico de toda a cidade e com isso um recadastramento para reavaliar o imposto predial, cujo pagamento não era feito pela maioria da população há vários anos. A consequência direta foi um considerável aumento no volume de imposto arrecadado, sem que a maior parte da população carente fosse afetada. O método de cobrança do Imposto de Indústria e Profissões, que tinha sua base de cálculo no valor do aluguel, foi alterado, sendo baseado no movimento econômico, o que era consideravelmente mais justo. As verbas arrecadadas foram empregadas em investimentos públicos nas periferias, como a canalização de água, que foi acompanhado de perto pelas associações de moradores.

Enquanto isso, no cenário da política nacional, nas eleições presidenciais de 1955, João Goulart era eleito vice-presidente, conseguindo mais votos que o candidato a presidente, Juscelino Kubistchek (3 milhões), Jango obteve cerca de 3 milhões e 600 mil votos. Segundo Ferreira (2001, p. 173) podemos atribuir tamanha votação à sua popularidade, ao deixar o Ministério do Trabalho, na gestão de Vargas. Em correspondência, Jango desabafou que sua eleição era a resposta do povo aos inimigos do regime, que se preparavam para assaltar o país, instituindo o governo dirigido a distância pelos trustes internacionais, durante o qual seriam liquidadas as conquistas sociais alcançadas pelo trabalhador.⁸³

Segundo Maria Victória Benevides (2001, p. 174), a estabilidade do governo Juscelino baseou-se nos partidos políticos, sobretudo na coligação PSD e PTB, no papel do Exército, particularmente na liderança de Henrique Teixeira Lott no Ministério da Guerra, e na atuação do próprio Executivo, com a política desenvolvimentista que mobilizou a sociedade brasileira. Não se pode deixar passar a importância da atuação de Jango nas relações entre o movimento

⁸¹ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 40.

⁸² FERREIRA, Jorge. *Panfleteo – as esquerdas e o “jornal do homem da rua”*.

⁸³ Idem, p. 173.

sindical e o Estado: era o elo perfeito para o PSD, que não tinha tradição de negociação com a classe sindical. Muitas vezes, durante a gestão de JK, Jango foi acusado de “fomentador de greves”, devido à presença constante de lideranças sindicais em seu gabinete, muito mais do que no Ministério do Trabalho, devido à facilidade de diálogo, advinda da experiência petebista do vice no trato com os operários.

A despeito das críticas quanto à sua atuação junto aos sindicatos grevistas, Jango tratava sempre de “pôr panos quentes” nas negociações, servindo de intérprete das classes trabalhadoras junto ao governo. O presidente podia ter os modos mineiros, mas o vice, como bom gaúcho, ainda tinha o “olhar de comprador de boi” muito conhecido dos fazendeiros “é perigoso, não encara a gente”.⁸⁴

Jango enfrentava um imenso dilema: era ao mesmo tempo governo e oposição. O Programa de Metas era amplamente apoiado por PTB, PSD e UDN, mas qualquer alteração mais profunda na estrutura social era barrada⁸⁵ por PSD e UDN. O PTB encontrava-se preso pelas circunstâncias, deixando o projeto da reforma agrária para mais tarde, pois naquele momento, contava com apenas 20% das cadeiras do Congresso, número necessário para apoiar os projetos do governo, mas não para alterar as estruturas sociais e econômicas do país.

Em Porto Alegre, Brizola começava a enfrentar os desafios do obsoleto transporte público da capital. Toda a frota do transporte coletivo foi renovada e implantados os modernos “trolley-bus”, os ônibus elétricos. O pioneiro modelo do Cinturão Verde, conhecido por Brizola em sua visita à Alemanha Democrática⁸⁶ foi implantado em Porto Alegre: tratava-se de um programa de fomento e assistência a agricultores e hortifrutigranjeiros, visando abastecer as cidades com produtos produzidos ali mesmo, o que baratearia os custos dos produtores com o transporte dos gêneros, além de aumentar os lucros.

Um fator decisivo para o sucesso do governo de Brizola na prefeitura de Porto Alegre foi o número superior de vereadores do PTB, que contava com oito cadeiras, contra quatro do PSB, duas do PR, duas da UDN, duas do PL, duas do PSP e uma do PDC.

A situação do ensino público primário era especialmente preocupante. Segundo um relatório apresentado à Câmara de Vereadores em março de 1955, referente à prestação de contas da gestão de Ildo Meneghetti, apenas 17 escolas estavam em funcionamento e, destas, a grande maioria estava em condições precárias. Logo no primeiro ano de governo, Brizola

⁸⁴ GOULART, João Belchior Marques. *João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919-1976)* / João Belchior Marques Goulart; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2004, p. 28.

⁸⁵ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 181.

⁸⁶ Em junho de 1957.

havia finalizado várias obras em diversos prédios de escolas nos bairros Ipanema, Passo da Mangueira, na Rua Botafogo e no bairro Azenha. Alguns prédios em fase de construção também puderam ser notados na vila Ipiranga, Jardim, Dona Teodora, Comerciarírios, Passo das Pedras, Mont' Serrat e na rua Caldre e Fião. Grandes escolas foram planejadas e construídas, com capacidade para abrigar 150 alunos, nas vilas Santa Maria e Mato Sampaio, além de um anexo para o Colégio Appeles Porto Alegre.⁸⁷

A previsão, segundo Brizola, era de que o município teria, para o ano letivo de 1957, capacidade para abrigar 6.600 crianças, atendidas em dois turnos. Mas ainda não era suficiente. O déficit do setor de ensino chegava a mais de 30 mil crianças, assim um plano de emergência foi elaborado, prevendo a construção de 189 escolas, com capacidade para 32.600 crianças, nos dois turnos.⁸⁸

Brizola era figura sempre presente nas fiscalizações de obras, visitas a órgãos da prefeitura e reuniões da Câmara, igualmente em reuniões com sindicalistas e membros do PTB.

Em busca de novas alternativas para suprir as necessidades da capital gaúcha, Brizola viajou, acompanhado do secretário municipal de Obras e Planejamento, Mário Maestri, e do Diretor de Urbanismo da Secretaria de Obras e Viação, Edvaldo Pereira Paiva, em visita a Alemanha Democrática, para conhecer uma exposição de arquitetura e urbanismo em Berlim. Em nove dias de visita, a comitiva gaúcha percorreu mais de 15 cidades, quase 2.500 quilômetros para conhecer a estrutura dos serviços públicos do país⁸⁹.

Entretanto, nem só de bons ventos era feito o governo de Brizola. Uma das polêmicas enfrentadas foi a do empréstimo do Banco do Rio Grande do Sul à Prefeitura para a compra de 100 ônibus tipo “trolley-bus”, que seriam utilizados pela Cia. Carris Porto-alegrense. O valor para a transação dos ônibus elétricos e equipamentos para instalação era de 128 milhões de cruzeiros, empréstimo que seria pago pela Prefeitura em cinco anos. O banco negou o pedido, alegando que o valor era muito alto e que só disponibilizaria uma parte do montante. Brizola, até então animado com as ideias para a modernização do sistema de transporte na capital, imediatamente compreendeu que seu maior opositor no assunto não era o banco e sim o governador Ildo Meneghetti, que pressionado por companheiros do PSD não queria autorizar o banco a conceder o empréstimo. Depois de muita discussão, a Câmara Municipal aprovou a matéria e o financiamento foi feito com a condição de que Brizola mostrasse o

⁸⁷ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 41.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Em junho de 1957.

edital de concorrência utilizado para a compra dos “trolley-bus”, a fim de responder a uma acusação de superfaturamento, feita por integrante da “Ala Moça” do PL.

Já no final de 1956, o nome de Brizola era bastante cotado para a disputa ao governo do Estado, amplamente apoiado por ferroviários e estudantes de vários municípios gaúchos⁹⁰, o que pode ser verificado na edição de 13 de junho de 1958, de *O Nacional*, cuja manchete era “Brizola e Mondim [sic] esperados em Marau”, cujo conteúdo reproduziremos aqui, em parte: “Os ferroviários de Passo Fundo, simpatizantes da candidatura realizarão, domingo, às 9 horas, na sede da Legião Gaúcha, uma reunião para tratar de assuntos da atual campanha política”⁹¹. Os estudantes últimos inclusive lançaram um manifesto afirmando que se a sociedade gaúcha pudesse comparar as realizações do candidato Brizola, enquanto deputado, estadual e federal, e prefeito da Capital, com as de Walter Peracchi de Barcellos, candidato da Frente Democrática (PSD-UDN-PL), poderiam certamente notar a diferença entre eles.⁹²

Em agosto de 1958, a candidatura de Brizola foi formalizada, e foi anunciada a coligação do PTB com o PRP, Partido de Representação Popular, e o PSP, Partido Social Progressista, a fim de ganhar terreno nas áreas em que o trabalhismo do PTB tinha pouca ou nenhuma influência.

É possível notar nos jornais passo-fundenses este desejo de ampliar as áreas de influência do PTB e ao mesmo de seus opositores, de retardar este processo, utilizando para isto as notícias veiculadas em ambos os periódicos.

A primeira notícia relacionada a Brizola, em *O Nacional*, em 1958, trata da elegibilidade do, então, possível candidato: “Elegível o candidato trabalhista”, afirmava-se que “após quase 8 [sic] horas de sensacional julgamento, o TER decidiu pela elegibilidade do sr. Leonel Brizola”⁹³. À medida que o tempo vai passando, pudemos encontrar pequenas notas sobre Brizola, em *O Nacional*⁹⁴.

O Diário da Manhã, entretanto, pouco publicava⁹⁵ sobre a pré-candidatura ou mesmo a candidatura de Brizola ao governo do Estado, como vemos na nota “Estará a 31 em Passo Fundo o Eng.º Leonel Brizola”, de 29 de agosto de 1958, informando brevemente o itinerário

⁹⁰ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 49.

⁹¹ A presente notícia é a única menção do apoio dos ferroviários à Brizola relatada nos jornais passo-fundenses.

⁹² BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 49.

⁹³ *O Nacional*, 29 de março de 1958.

⁹⁴ *O Nacional*, 09 de abril de 1958: “Campanha Pró Brizola na Região Serrana”; *O Nacional*, 23 de abril de 1958: “O PSP de Passo Fundo com Brizola”; *O Nacional*, 03 de maio de 1958: “O candidato do PTB ao Governo do Estado virá a Passo Fundo nesta quinzena”; *O Nacional*, 21 de maio de 1958: “O candidato Leonel Brizola alvo de consagradas homenagens em municípios que visita”; *O Nacional*, 13 de junho de 1958: “Brizola e Mondim [sic] esperados em Marau”.

⁹⁵ A primeira notícia relacionada a Brizola no *Diário da Manhã* em 1958, data de 29 de agosto e será analisada a seguir.

de Brizola pelos municípios da região e “Passou por P. F. Leonel Brizola”, de 02 de setembro de 1958.

Seguindo a tendência construída por Juscelino Kubistchek, foi lançado um programa de governo, com metas detalhadas que atendiam as maiores reivindicações do povo gaúcho: construção de escolas, principalmente no interior do estado, programa de habitação popular, melhoramento e ampliação do fornecimento de energia elétrica, com o devido preço justo junto aos produtores.

Entretanto a coligação do PTB com o PRP gerou uma imensa controvérsia, pois ambos os partidos possuíam ideais bastante distintos e foram criticados tanto pela oposição quanto por membros dos partidos envolvidos, visto que os dois partidos possuíam agendas políticas diferenciadas, pois o *PRP tradicionalmente se aliava aos partidos “de direita”*.⁹⁶

Em 23 de agosto, Brizola apresentou seu programa de governo na Rádio Farroupilha por quase duas horas e meia e, boa parte deste tempo foi utilizado para responder as acusações de que esta aliança seria antidemocrática, pois o PRP, segundo seus opositores, seria simpatizante dos fascistas italianos. De acordo com Brizola, a Constituição brasileira estaria baseada na pluralidade dos partidos políticos, e seria perfeitamente compreensível que PRP e PTB, que antes houvessem atuado em lados opostos, agora fizessem uma aliança, algo perfeitamente normal na vida democrática⁹⁷.

Apenas alguns dias mais tarde, outro percalço: os dirigentes do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul manifestaram sua simpatia e apoio à candidatura do jovem engenheiro. Brizola escreve um texto aberto, em resposta aos seus opositores, evidenciando seu posicionamento político:

Entre outras coisas cumpre dizer que o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacional; o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na sã doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia do trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado nem do homem pelo homem; o comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para o progresso, para a liberdade, para a elevação da pessoa humana. O comunismo existe onde pontifica o capitalismo reacionário e explorador e desaparece nas comunidades e países bem organizados sob o ponto de vista social e humano.⁹⁸

⁹⁶ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C.; v. 4. p. 74.

⁹⁷ Em resposta a esses pronunciamentos encontramos a notícia “Notável acontecimento cívico constituiu a inauguração do Comitê Central Leonel Brizola – Daniel Dipp”, no periódico *O Nacional*, de 25 de agosto de 1958.

⁹⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 50.

O manifesto de repúdio aos comunistas foi elogiado por Dom Vicente Scherer, porém quando abordado por um repórter, que questionou quanto ao apoio deste à candidatura de Brizola, declarou:

Que não é verdade que tenha dado apoio a Leonel Brizola na sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul: já me pronunciei a respeito do assunto e creio que tudo esteja esclarecido. Apoiei Leonel Brizola somente quando ele de modo categórico repudiou o apoio dos comunistas. [...] Todo o Rio Grande conhece minha imparcialidade face aos dois candidatos ao cargo de governador do Estado.⁹⁹

Na edição de 29 de agosto o *Diário da Manhã* publicou a breve notícia acerca da visita de Brizola ao interior do Estado, “Estará a 31 em Passo Fundo o Eng.º Leonel Brizola”¹⁰⁰. E, em resposta a este artigo, *O Nacional* exhibe, em sua edição de 30 de agosto, em letras grandes, a notícia “Leonel Brizola visitará, amanhã Passo Fundo e o município de Marau”¹⁰¹, com informações detalhadas sobre a visita de Brizola, como locais a serem visitados e hora aproximada da chegada.

O primeiro a repercutir a visita de Brizola foi *O Nacional*, em sua edição de 1º de setembro: “Visitou ontem a cidade, o engº Leonel de Moura Brizola”¹⁰². No dia seguinte, 02 de setembro, o *Diário da Manhã* deu a sua versão da passagem de Brizola pela cidade, com a nota, de apenas quatro linhas, intitulada “Passou por P. F. Leonel Brizola”¹⁰³. Depois disto, parece haver encerrado, pelo menos temporariamente, o debate nas páginas dos jornais de Passo Fundo.

Cerca de um mês depois, o líder comunista Luís Carlos Prestes concedeu uma entrevista, visando esclarecer ao público em geral os motivos de seu apoio à candidatura do petebista gaúcho, o que foi prontamente noticiado na imprensa de Passo Fundo, sob a manchete de primeira página, do *Diário da Manhã*: “Prestes confirma apoio à candidatura de Leonel Brizola”:

⁹⁹ *Diário da Manhã*, 24 de setembro de 1958.

¹⁰⁰ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1958

¹⁰¹ *O Nacional*, 30 de agosto de 1958.

¹⁰² *O Nacional*, 1º de setembro de 1958.

¹⁰³ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1958.

Muito estranham que nos alinhemos a partidos de coligação diferente. Não importa como nos julguem. Nosso esforço de comunistas é o de manter a colisão com os partidos mais próximos das mesmas (idéias) [sic] pois não é possível mais o isolamento. Se apoiamos às vezes candidatos considerados reacionários é porque dentro deles também existem elementos bons notoriamente racionalistas. Desde que estes se mantenham fiéis aos princípios nacionalistas não há porque os combater. [...] Quanto aos repúdios presentes ou futuros do Sr. Leonel Brizola, nós o apoiaremos de qualquer forma. Iremos com ele contra a sua vontade. Precisamos ajudá-lo em seus planos.¹⁰⁴

É necessária uma análise mais detida desta notícia. O destaque que mereceu a manchete, grafada em letras garrafais, bem como a reportagem, na página principal, logo após o cabeçalho do jornal, não devem nos causar estranheza, uma vez que o *Diário da Manhã* era declaradamente contrário ao PTB e, por conseguinte, à Brizola.

Nota-se o destaque, igualmente, na mesma data em que se publicou a opinião de D. Vicente, o jornal publicou uma pequena nota de esclarecimento com o título “Fernando Ferrari não entende o apoio comunista do PTB”, em que Fernando Ferrari e João Machado, ambos do PTB, falam visivelmente incomodados, sobre o apoio dos comunistas:

Interpelado a respeito da advertência do Arcebispo do Rio de Janeiro sobre a infiltração comunista, declarou o líder do PTB na Câmara: ‘estou de acordo com a recomendação feita por Dom Jaime Câmara. Se assim procedo é porque jamais tive qualquer ligação com elementos do PCB. Muito ao contrário, minha atitude tem sido sempre ao lado dos partidos democratas em defesa do povo brasileiro, respeitando seus sentimentos cristãos de modo que de minha atuação nada possa resultar que conduza o país a uma ditadura comunista ou a outra qualquer’.

Lembrando o apoio que o PCB de quase todas as agremiações, inclusive a UDN no Pernambuco, no Ceará e na Bahia afirmou o Sr. João Machado, que não deve recair sobre o PTB ‘toda a desconfiança e oposição do eleitorado’ exprimindo adiante de modo algum justifico o apoio dos comunistas. Considero que o PTB é um partido que deve sempre se esforçar por atenuar e reduzir os efeitos das campanhas e da posição dos comunistas no Brasil e nunca participar com os comunistas de campanhas eleitorais.¹⁰⁵

Apesar deste esforço por parte de Brizola, que declarava claramente que não aceitaria este tipo de apoio, visando com isso, ganhar os votos do eleitorado de colonização italiana e alemã, de forte tradição católica da região serrana, o rótulo de comunista foi utilizado durante toda a campanha e ao longo de toda a sua vida política pela oposição, que o acusava de ser um comunista infiltrado e mal disfarçado, tema que abordaremos mais demoradamente em capítulos posteriores.

¹⁰⁴ *Diário da Manhã*, 19 de setembro de 1958.

¹⁰⁵ *Diário da Manhã*, 24 de setembro de 1958.

Entre 1955 e 1958, o PTB “conseguiu crescer muito, elegendo cinco governadores, mas também firmou suas posições no movimento sindical, aliando-se aos comunistas¹⁰⁶; aproximou-se de setores do Exército após o golpe preventivo do general Lott, com a fundação da Frente de Novembro, organizada por militares, sindicalistas, comunistas e dirigentes petebistas; formou grupos parlamentares comprometidos com as reformas, como o Grupo Compacto, e optou pela estratégia de mobilizar estudantes, trabalhadores e populares.¹⁰⁷

Podemos avaliar esse sucesso do PTB como fruto de sua capacidade de acompanhar o debate ideológico da época e de se tornar o porta-voz de um conjunto de ideias e crenças que invadia a América Latina, e que criara profundas raízes no Brasil.¹⁰⁸ A meta de garantir e ampliar as leis sociais foi substituída por uma tarefa histórica maior: a libertação econômica do país.¹⁰⁹

A partir de 1958 o PTB intensificou um processo de “interiorização”¹¹⁰, invadindo redutos antes quase que exclusivos do PSD. Se antes contava apenas com a propaganda, depois passou a contar com a atuação das “lideranças locais”, pessoas simples, mas influentes nas pequenas comunidades, como o padeiro, a parteira, o capataz, etc., que viam no PTB um partido nacionalista, que promovia a igualdade social e defendia as reformas de base, entre elas a mais esperada e tão falada, a reforma agrária.

Houve ainda uma aproximação do PTB com setores subalternos das Forças Armadas e intenso envolvimento com o movimento sindical. Certamente tudo isso explica a vitória estrondosa de Brizola, pois o “manto” do nacionalismo passou a abrigar as mais diversas correntes da política nacional: trabalhistas, comunistas, sindicalistas, estudantes e subalternos das Forças Armadas.¹¹¹

É possível perceber que o “crescente processo de interiorização”, afetou até mesmo os periódicos passo-fundenses, à medida que verificamos a repercussão, cada vez maior, em torno do nome de Brizola na campanha eleitoral pelo governo do Estado, em 1958.

O Nacional foi o periódico que mais divulgou a campanha de Brizola, desde sua escolha como candidato, utilizando-se de pequenos registros para “marcar” o nome de Brizola

¹⁰⁶ Segundo Ferreira, “o ideário unia diversos grupos, de estudantes a sindicalistas, de trabalhadores a comunistas, de intelectuais a militares”, IN: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 186.

¹⁰⁷ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 185.

¹⁰⁸ Idem, p. 187.

¹⁰⁹ Maria Celina D’Araujo, IN: FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 188.

¹¹⁰ As notícias a respeito de grandes comícios, bem como suas repercussões no interior do Rio Grande do Sul, especialmente em Marau e Passo Fundo, são amplamente retratadas em *O Nacional e Diário da Manhã*.

¹¹¹ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 191.

junto aos possíveis eleitores, como, por exemplo, a notícia “Brizola agradece a Danilo Quadros”, de 28 de fevereiro de 1958, que, em poucas linhas, mencionava que o

[...] jornalista Carlos de Danilo Quadros, semanas atrás, concedeu entrevista a *O Nacional*, em que se referiu à candidatura do sr. Leonel Brizola a governador do Estado, tecendo elogios àquele [sic] candidato, que foi seu amigo de infância, sendo também filho da região serrana passofundense [sic].¹¹²

E, à qual Brizola respondeu enviando um telegrama de agradecimento. Qual seria o propósito de uma notícia tão breve, senão chamar a atenção do eleitor? Outros exemplos de breves notícias a respeito de Brizola também foram verificadas em outras edições de *O Nacional*, a saber: 09 de abril de 1958, 23 de abril de 1958, 03 de maio de 1958, 21 de maio de 1958, 13 de junho de 1958, 16 de junho de 1958, e, a partir de 04 de julho de 1958, as notícias começam a trazer mais detalhes (“O candidato Leonel Brizola dia 7 em Passo Fundo”), 07 de julho de 1958 (“O candidato Leonel Brizola em visita a este município” - Grande comício hoje à noite, em frente ao diretório do PTB local), 08 de julho de 1958 (“Os candidatos Leonel Brizola e Guido Mondin [sic], falaram, ontem ao povo de Passo Fundo”), 17 de julho de 1958 (“Múcio de Castro prognostica uma vitória esmagadora para Brizola”), 25 de agosto de 1958 (“Notável acontecimento cívico constituiu a inauguração do Comitê Central Leonel Brizola – Daniel Dipp”), 30 de agosto de 1958 (“Leonel Brizola visitará, amanhã Passo Fundo e o município de Marau”), 01 de setembro de 1958 (“Visitou ontem a cidade, o engº Leonel de Moura Brizola”), em 22 de setembro de 1958 houve uma grande notícia acerca da repercussão de um comício de Brizola na cidade (“Brizola e Mondin [sic] recebidos sob vibrantes aplausos em Passo Fundo”), e, no dia que antecedia as eleições, 02 de outubro de 1958 (“Fere-se, amanhã, no Rio Grande do Sul, o grande prélio eleitoral, para a escolha de governadores, senadores e deputados federais e estaduais”).

O *Diário da Manhã* pouco noticiou sobre Brizola nas eleições, restringindo-se a reproduzir críticas de outros jornais a seu respeito ou mesmo produzir as suas impressões sobre ele, como no caso da repercussão do apoio de Prestes a Brizola, em 19 de setembro de 1958. No mesmo dia, o *Diário da Manhã* publicou a tradicional coluna intitulada “O Pensamento em Coluna”, assinada por “La Besse”, a qual criticava a alguns candidatos que “fazem de tudo para verem seus nomes sufragados em três de outubro”, além de afirmar que

¹¹² *O Nacional*, 28 de fevereiro de 1958.

desta “mesma doença está sofrendo o candidato ao Governo [sic] do Estado, sr. Leonel Brizola”¹¹³. A notícia relata várias denúncias contra o candidato trabalhista, feitas pelo vereador porto-alegrense Célio Marques Fernandes e também pelo deputado Cândido Norberto, relativas a um “leiteiro luminoso, que se encontra ao alto do morro da polícia, era construídos com o dinheiro municipal e zelado por dois funcionários” e também que “as propagandas públicas nos órgãos da imprensa porto-alegrense eram pagas com o dinheiro municipal”, e que, não havia sido investigadas, ao que parece, devido à falta de provas. Entretanto, desta vez, “o mesmo vereador Célio Marques Fernandes apresentou outra denúncia, segundo a qual em um Departamento municipal estavam sendo feitas propagandas políticas”, este, segundo o colunista La Besse, seria o “Departamento é o Serviço de Recreação Pública’.

Desta forma, teria sido formado um “comando integrado por componentes de todos os partidos daquela casa Legislativa, inclusive com a participação do vereador Pessoa de Brum (PTB)”¹¹⁴. Uma hora depois, os vereadores retornaram, “trazendo consigo cinco das 150 taboletas [sic] que ali estavam sendo confeccionadas em hora de expediente”. Para La Besse, esta era “irretorquível verdade, que demonstra a veracidade das demais afirmações contra o Prefeito de Porto Alegre”¹¹⁵. O agravante, segundo o colunista, era que “os funcionários que trabalhavam para a coligação PTB-PRP-PCB afirmaram que faziam aquilo porque receberam ordem superior”¹¹⁶.

Desta forma, o periódico conseguiu, de uma só vez, atacar não apenas Brizola, mas até mesmo a coligação da qual este fazia parte. A conclusão do artigo utiliza todo o peso de um colunista *genuinamente* indignado, quando afirma que

[...]

Êstes [sic] são os homens que querem Governar o Rio Grande do Sul. Imaginem se chegam a ter nas mãos todos os Departamentos do Estado o que não farão em épocas eleitorais. Êstes [sic] são os grandes administradores, que são citados por seus correligionários como exemplos.

[...]

Leitores pensemos em três de outubro, vamos raciocinar para a segurança do futuro de nosso querido Estado.¹¹⁷

¹¹³ *Diário da manhã*, 19 de setembro de 1958.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ *Diário da manhã*, 19 de setembro de 1958.

Da mesma forma negativa, foi retratado o comício realizado por Brizola em Passo Fundo, em 21 de setembro de 1958. É necessário lembrar que o *Diário da Manhã* era um jornal matutino e, tradicionalmente, não circulava às segundas-feiras, enquanto seu concorrente, *O Nacional*, era vespertino e não circulava aos domingos, e ambos representavam polos opostos da sociedade passo-fundense, por isto, o comício de Brizola, realizado em um domingo à noite, só foi repercutir na páginas do *Diário* no dia 23 de setembro, uma terça-feira. Embora iniciasse a matéria retratando Brizola positivamente, ao afirmar que o “[...] comício realizou-se na mais perfeita ordem e com grande vibração popular”, o periódico afirma que

O sr. Leonel Brizola pronunciou longo discurso de propaganda de sua candidatura, e terminou por congratular-se com os dirigentes do PTB local, atualmente em luta contra a candidatura à Câmara Federal, dr. Daniel Dipp, pela maneira como vinham conduzindo a campanha eleitoral, mantendo a unidade partidária¹¹⁸.

E, fez questão de lembrar as disputas que haviam dividido o PTB regional havia pouco tempo, ao dizer que Brizola

Afirmou o sr. Leonel Brizola que a divergência ocorrida entre a direção local do PTB e do dr. Daniel Dipp, não afetou e nem afetará a coesão do partido, que, assim, unido, marchará às urnas para cumprir o seu dever, votando no seu candidato ao Governo [sic] do Estado¹¹⁹.

E, para frisar ainda mais a desunião, afirmou que

Durante o comício, a assistência manteve-se dividida em todos os setores distintos. Existiam os que aplaudiam com entusiasmo os candidatos da coligação do trabalhismo, e os que assistiam o comício como expectadores. Entre os entusiasmados, existiam os que gritavam Dipp, e os que aplaudiam Ney Menna Barreto. Mas tudo correu em ordem e o comício terminou depois da meia-noite¹²⁰.

¹¹⁸ *Diário da Manhã*, 23 de setembro de 1958.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ *Diário da Manhã*, 23 de setembro de 1958.

Fica claro, ao analisar este exemplar do periódico, que a intenção desta edição era assinalar o PTB como um partido desunido. E, se não podiam atacar diretamente a figura de Brizola ou a organização do evento, trataram de fazê-lo de forma indireta, com uma notícia ligada ao comunismo: “O comunista Adão Martins tentou obrigar uma senhora a retirar propagandas dos candidatos da Frente Democrática, de sua residência – o correligionário do sr. Leonel Brizola é funcionário da CEEE e vai ser processado”¹²¹.

O *Diário da Manhã*, afirma que “o sr. Olivério Alfonso, comerciante”, havia estado na redação do jornal e que este teria declarado que “precisamente, às 19,45 horas, o comunista Adão Martins e um companheiro” teria entrado em seu armazém, ordenando a sua esposa que “retirasse do interior do meu estabelecimento comercial as propagandas eleitorais do deputado Walter Peracchi Barcellos, candidato ao govêrno [sic] do Estado, e dos candidatos Odalgiro Corrêa e Túlio Fontoura, à representação federal e estadual”. Uma vez que ela “tivesse declarado que não retiraria as propagandas, Adão Martins funcionário da CEEE, puxou uma adaga e tentou agredir minha espôsa [sic]”, que pediu socorro a um sobrinho, que “muniu-se de um facão para enfrentar os comunistas de Brizola”¹²². Desta forma, percebemos a clara intenção do jornal de ligar a figura de Brizola aos comunistas, classificados como “desordeiros”. Em 24 de setembro de 1958, há a repercussão das declarações de Dom Vicente Scherer, negando seu apoio à candidatura de Brizola, o que já analisamos anteriormente, e uma manchete cujo título por si só, já é bastante eloquente, “Falando em Diamantina, Juscelino Kubitschek adverte sôbre [sic] o perigo comunista”¹²³, a qual, certamente tentava contribuir para desacreditar o candidato Brizola na região.

Eram os últimos dias da campanha eleitoral e as notícias ficavam cada vez mais agressivas, como na edição do *Diário da manhã*, 26 de setembro de 1958: “O comício de Brizola em Passo Fundo”¹²⁴, que fazia várias críticas ao discurso de Brizola e de seus partidários e também no *Diário* de 27 de setembro, que afirmava que Brizola “faz demagogia tentando agradar as massas menos esclarecidas”, e que “os rio-grandenses não podem entregar o Govêrno [sic] em mãos de aventureiros, mas em mãos de homens que querem trabalhar e se propõem a fazê-lo com dignidade e honradez”¹²⁵.

O colunista La Belle, em seu “Pensamento em Coluna”, de 02 de outubro de 1958, expôs toda a sua indignação contra o candidato Brizola, no *Diário da Manhã*, afirmando que

¹²¹ *Diário da Manhã*, 23 de setembro de 1958.

¹²² *Idem*.

¹²³ *Diário da Manhã*, 24 de setembro de 1958.

¹²⁴ *Diário da Manhã*, 26 de setembro de 1958.

¹²⁵ *Diário da Manhã*, 27 de setembro de 1958.

Quando a campanha política ia em seu final, nos comícios do PTB, e principalmente nos programas radiofônicos, era voz corrente, dos propagandistas do brizolismo que o deputado Peracchi Barcellos não podia ser governador do estado, porque não tinha diploma. Mais claramente, não era doutor em nada.¹²⁶

O que, segundo ele era “uma das coisas mais injustas campanhas que o brizolismo fêz [sic] contra o candidato da Frente Democrática”¹²⁷.

O articulista busca vários argumentos para embasar sua afirmação de que apesar de “ter estudo” Brizola não passava de um “mal educado”

[...]

Nas palestras do Brizola se pode ver perfeitamente que não tem a mínima noção de concordância, e nem de regência dos verbos. Sua palavra é como suas atitudes: fácil e desordenada. No encerramento de sua campanha escutei sua palestra prestando a atenção para seu português e pude constatar que o homem fala erradamente. Uma palavra que ele repetiu várias vezes e tôdas [sic] elas errada: Dizia “Os Dignitários”, porque é palavra oriunda do acusativo latim “dignitatem”. Assim êle [sic] dizia “obejetivo”, “abesolutamente”. Outro êrro [sic] seu, muito constante é quando pronuncia a palavra “interêsse”, [sic] quando o certo é “interêsse”, porque são duas palavras diferentes, enquanto a primeira é verbo a segunda é substantivo¹²⁸.

De acordo com o jornalista, bastava “uma pessoa de conhecimentos mediócrs [sic] para se ter uma idéia [sic] de como fala errado o candidato trabalhista”¹²⁹, enquanto que “Peracchi em seus discursos não comete êstes [sic] erros, portanto quem demonstra ignorância é o candidato do PTB e não o da Frente Democrática”¹³⁰.

O artigo termina alegando que “o homem quando fala ou escreve traduz seu estado de alma”, e exorta os leitores para que “analise a personalidade do candidato do trabalhismo”, pois certamente “quem demonstra ser ‘analfabeto’, em público é o candidato sr. Leonel Brizola em suas palestras”¹³¹.

Neste texto, podemos verificar toda a indignação e aversão contra o candidato Brizola, não tanto por sua figura propriamente dita, mas, pela bandeira que representava, o

¹²⁶ *Diário da Manhã*, 02 de outubro de 1958.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

¹³¹ *Diário da Manhã*, 02 de outubro de 1958.

trabalhismo. *O Nacional*, entretanto, mantinha-se no silêncio confiante, de quem já saboreava o gosto da vitória que estava por vir.

Brizola foi eleito com 670.003 votos, contra 500.944 do coronel da Brigada Militar Walter Peracchi de Barcelos, da aliança PSD-UDN-PL, e empossado em 31 de janeiro de 1959, com recém completados 37 anos.

No próximo capítulo, abordaremos a atuação de Brizola enquanto governador e a forma com a qual suas ações foram retratadas pela imprensa regional.

2 BRIZOLA GOVERNADOR – As ações do governador Brizola na visão da imprensa regional (1959 – 1961)

Este capítulo trata da vitória de Brizola e como foi retratada na imprensa passo-fundense, a campanha pelas encampações, as escolas construídas e reformadas durante a gestão de Brizola e o projeto de reforma agrária.

2.1 A vitória ao governo do Estado (1958)

Na edição de 04 de outubro de 1958 *O Nacional* estampou a notícia “Vitorioso em Passo Fundo”, relatando a vitória de Brizola na cidade:

O engenheiro Leonel de Moura Brizola, candidato da Coligação PTB-PRP-PSP ao Governo do Rio Grande do Sul, conforme prevíamos em notas que O NACIONAL divulgou dias antes do pleito, sobrepujou em toda a linha o seu competidor, cel. Walter Peracchi de Barcellos, também candidato à primeira magistratura do Estado pela Frente Democrática, constituída de PSD, PL e UDN. O sr. Leonel Brizola teve uma expressiva votação neste município, não obstante as lutas internas e a série de controvérsias, que desde outubro de 1957 vel lavrando o seio do Trabalhismo Passofundense. Já à abertura das primeiras urnas constatou-se que o candidato trabalhista levava vantagem sobre seu antagonista, observando-se acentuada diferença em seu favor na maioria das urnas que eram abertas e se fazia a apuração dos votos. [...] Brizola foi vitorioso em Passo Fundo pela expressiva votação de 11.293 sufrágios, contra 7.207 votos de seu competidor sr. Peracchi de Barcelos. A diferença a favor do primeiro, neste município, foi de 4.086 votos.¹³²

Já o *Diário da Manhã*, alguns dias após relatar os números oficiais do pleito, trouxe uma severa crítica à eleição de Brizola, numa coluna semanal intitulada “Pensamento em Coluna”, por este ter recebido o apoio dos comunistas durante a eleição:

A vitória do Sr. Leonel de Moura Brizola, no último pleito veio a fortalecer o partido comunista, que foi o único partido que saiu fortalecido da coligação. Embora o Sr. Leonel Brizola tenha repudiado o voto dos comunistas, embora tenha afirmado que não estava sendo apoiado pelos vermelhos, recebeu ele a votação em massa dos adeptos do marxismo. [...]

¹³² *O Nacional*, 04 de outubro de 1958.

Brizola precisava vencer, e para tal agarrou-se a todos os partidos em disponibilidade, para conseguir seu intento. Não mediu conseqüências [sic] e o resultado aí está. [...] Brizola está por formar seu secretariado, todos os partidos que o apoiaram querem sua vez no governo. Já abriu uma fábrica de secretarias para satisfazer os apetites de seus companheiros. De tudo isto paira no ar apenas uma pergunta. Os comunistas terão oportunidades no governo?¹³³

Na mesma edição do *Diário da Manhã*, a manchete “Deputados descontentes com a infiltração comunista”, reproduzindo a notícia da *United Press*, chamava a atenção, afirmando que, membros da “velha guarda do PTB mostram-se descontentes com o resultado das eleições em virtude da infiltração de candidatos comunistas na legenda do partido”¹³⁴. Desta forma, é de se esperar que, mesmo saindo vencedor das eleições de 1958, Brizola não receberia tratamento mais lisonjeiro do *Diário da Manhã*, nos anos por vir.

Logo no começo de seu governo, introduziu uma inovação que marcaria sua carreira política: usou o rádio para falar diretamente ao povo, prestar contas de suas realizações e investimentos, o que contribuiu para a hipótese apresentada por Fay de Azevedo que entendia que a vitória de Brizola esteve atrelada, dentre outros fatores, à sua capacidade de arregimentação do eleitorado, o chamado “fenômeno Brizola”, caracterizado

Antes de mais nada, pelo seu corte excepcional de populista, seu senso de conquista do eleitorado, na qual soube incansavelmente, madrugar através da prolongada fala radiofônica semanal, anos a fio, usando de uma linguagem tosca, de sofredor injustiçado, perseguido pelos poderosos, na sua sempre apregoada luta em defesa dos desprotegidos da fortuna, trazendo praça de suas obscuras origens de homem do povo e timbrando em declarar que recebe com humildade os postos disputados. Passou assim, como que a ser uma das pessoas da casa, todas as sextas-feiras, em muitíssimos lares.¹³⁵

Além disso, também foram fatores determinantes a baixa abstenção do eleitorado, cerca de 4,7%, quando, em eleições anteriores nunca havia sido inferior a 28%¹³⁶, o que demonstra o interesse o interesse pelo exercício da cidadania (*direito-dever*) de votar.¹³⁷ Durante todo o seu governo, Brizola manteve um programa pago na Rádio Farroupilha, então pertencente à Rede dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, todas as sextas-feiras à

¹³³ *Diário da Manhã*, 09 de outubro de 1958.

¹³⁴ *Idem*.

¹³⁵ AZEVEDO, Antonio Fay de. Balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte: UFMG*, n°8, p 255-278, abril de 1960.

¹³⁶ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C; v. 4. p. 74.

¹³⁷ AZEVEDO, p. 255-278, abril de 1960.

noite, daí o apelido de “Lobisomen”¹³⁸, e reforçava suas características de político populista e conduziram à vitória eleitoral.

Além de suas reconhecidas qualidades, dignas de um autêntico político do período em questão, como a excelente oratória e o carisma inegável, Carlos Cortés destaca três elementos fundamentais para sua vitória nas eleições de 1958: o apoio de muitos empresários, que viam na vitória de Brizola um meio de buscar as vantagens do governo federal; o uso de recursos do Ministério do Trabalho para o desenvolvimento da campanha, disponibilizados por João Goulart; e a própria alternância no poder, que já vinha ocorrendo desde 1947, também teria beneficiado Brizola, consolidando o sucesso eleitoral do PTB, que vinha num ritmo crescente desde 1950¹³⁹.

Segundo Miranda (2006, p.81) o “governo Brizola defendia um programa calcado no binômio ‘Educação e Desenvolvimento’, e apontava os ‘setores prioritários’ com vistas ao incremento econômico e social”, como prioridade em seu governo. Assim, suas “principais diretrizes foram sistematizadas através da elaboração de um decálogo”, a saber:

- 1 - Educação Popular.
- 2 - Saúde Pública. Abastecimento d’água. Saneamento.
- 3 - Política Social. Habitação Popular.
- 4 - Política Agrária e Produção Agro-Pastoril [sic].
- 5 - Política Econômica. Iniciativa Privada. Cooperativismo. Finanças e Orçamento.
- 6 - Industrialização. Indústrias básicas.
- 7 - Energia Elétrica e Carvão.
- 8 - Transporte e Armazenagem.
- 9 - Comunicações.
- 10 - Organização, planejamento e outras iniciativas e prestações de serviços. Política municipalista. Outras diretrizes de ação política e administrativa do Governo do Estado.¹⁴⁰

Aos 37 anos, Brizola assumiu seu mandato como governador do Rio Grande do Sul, após três mandatos parlamentares e experiências administrativas bem sucedidas. Um dos primeiros atos de Brizola no governo foi a criação do Gabinete de Administração e Planejamento (GAP), método semelhante ao do segundo governo Vargas¹⁴¹, que coordenava pessoalmente e visava fazer um amplo diagnóstico das necessidades do Estado, bem como

¹³⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 51.

¹³⁹ FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. Cv. 4. p. 74.

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ FERREIRA, Jorge, 2011, p. 287.

definir detalhadamente as ações a serem adotadas por sua administração, tal órgão era vinculado diretamente ao governador e formado por técnicos e administradores.

Durante seu governo o clima era de intenso trabalho no Palácio do Piratini: até mesmo o Salão Negrinho do Pastoreio, antes usado apenas para recepções e posses, transformou-se num escritório improvisado, sendo ocupado pelas mesas e divisórias do pessoal do GAP, constituídos de eficientes técnicos e planejadores, muitos com experiência nacional e internacional, cujas ideias recebiam atenção direta do governador. Após sua constituição, o GAP foi entregue ao economista Cibilis Viana, um “professor universitário, muito visado pelo conservadorismo, por causa de suas simpatias pelo partido comunista”,¹⁴² talvez por isso, tenha Brizola tenha sido alvo de denúncias de “infiltração comunista” nos “altos escalões” de sua administração, declarações que serão analisadas no decorrer deste trabalho.

A criação deste gabinete foi de grande valia para o planejamento e desenvolvimento dos ideais propostos durante a campanha, já que o governo de JK estava mais preocupado com outras regiões, mais especificamente com a edificação de Brasília, de modo que as reivindicações do Rio Grande do Sul muitas vezes não eram atendidas, nem mesmo por Jango, que possuía pouco ou nenhum poder de influenciar o Governo Federal a modificar esta postura, que excluía, talvez involuntariamente, os gaúchos de seu programa de ação.¹⁴³

Uma de suas prioridades era conter o *processo espoliativo*, notando-se a evasão de recursos dos Estados menos desenvolvidos, como Rio Grande do Sul, para São Paulo e Rio de Janeiro, o que acabava causando prejuízo à agricultura gaúcha, devido aos altos custos dos produtos industrializados, utilizados como moeda de troca entre os estados.

Brizola propôs o ousado projeto das “estradas da produção”, que ligariam as regiões agrícolas do Estado aos seus próprios portos, Rio Grande e Porto Alegre, ao invés de “rumar na direção de São Paulo e do Rio de Janeiro”¹⁴⁴.

Na inauguração da estrada, como forma de responder aos críticos do projeto, Brizola mandou organizar o “G. P. Estrada da Produção”, uma competição automobilística, em todo o percurso da estrada, contando com a participação dos grandes corredores de automóveis da época, realizada em 27 de janeiro de 1963. Apesar da importância que esta estrada teria para a Região norte do Rio Grande do Sul, os jornais passo-fundenses não mencionaram o “G. P.”, mas preferiram dar ênfase à entrega dos títulos de propriedade de terras aos pequenos agricultores beneficiados pela Reforma Agrária de Brizola, realizada entre 23 e 25 de janeiro

¹⁴² LEITE FILHO, F. C., Aquariana, 2008, p. 45.

¹⁴³ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 58.

¹⁴⁴ Idem, p. 60.

de 1963, poucos dias antes da transmissão do cargo ao sucessor Ildo Meneghetti, em 31 de janeiro.

Além destes feitos, o governo de Brizola criou a “Companhia Siderúrgica Aços Finos Piratini, destinada à exploração comercial e industrial de usinas siderúrgicas e de mineração de carvão”¹⁴⁵. Implantou também a “[...] Refinaria Alberto Pasqualini, da Petrobrás, o Polo Petroquímico e todo o conjunto de empresas que se formaram ao seu redor”¹⁴⁶. Outra criação de destaque foi a implantação da Açúcar Gaúcho S.A., a AGASA, “a empresa estatal instalada em região canavieira que pretendia oferecer álcool como combustível alternativo, um projeto que não deu certo por falta de apoio federal”¹⁴⁷.

Entre as realizações da administração de Brizola ainda estão a criação do primeiro zoológico do Rio Grande do Sul, em Sapucaia do Sul; o BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, que foi a primeira tentativa de integração entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e visava oferecer crédito às “pequenas e médias empresas, aos setores agropastoris e ao transporte de matérias primas locais”¹⁴⁸, apesar de tantos estes feitos, o que mais repercutiu nos jornais passo-fundenses foi a educação, com a construção de escolas e contratação de professores para a rede estadual.

2.2 A polêmica das encampações

Os primeiros procedimentos referentes à encampação da CEERG iniciaram-se ainda no governo de Walter Jobim, mas não obtiveram solução definida.¹⁴⁹ A péssima qualidade dos serviços prestados já era de conhecimento geral, além das críticas constantes à falta de investimento por parte da filial da multinacional.

A questão da encampação foi levada ao plenário, ainda em 1959, pelo deputado Pedro Alvarez (PR), e segundo ele providências imediatas deveriam ser tomadas, pois apesar das atitudes iniciais quanto à uma encampação por parte de governos anteriores em solicitar a instalação de uma comissão a fim de conceder o tombamento físico e contábil da

¹⁴⁵ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 47.

¹⁴⁶ *Idem*.

¹⁴⁷ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 53.

¹⁴⁸ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 46.

¹⁴⁹ HEINZ, Flávio M. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 38.

concessionária¹⁵⁰, ainda era necessário que o presidente da República assinasse o relatório preparado pelo Ministério da Agricultura, para que os trâmites prosseguissem. Segundo o deputado, no relatório ficara comprovado que a CEERG havia fraudado a escrita, levando milhões de cruzeiros para o exterior, além de ser devedora do Estado. O apelo feito ao plenário contou com o apoio de Cândido Norberto (PL), que ressaltou que este era um compromisso assumido pelo então deputado Wilson Vargas, agora Secretário de Energia e Comunicações. O assunto da encampação foi um dos poucos que contou com a unanimidade dos deputados, pois era apoiado por todas as bancadas, discordavam apenas quanto aos procedimentos a serem adotados.

Segundo Leite Filho, Brizola era um

Político focado nos problemas do Estado, que padecia de um atraso secular, sobretudo com a enorme defasagem na troca de produtos industrializados por agrícolas, não atinava muito para o jogo e as pressões, no campo internacional, nem para o que isto representava na administração de seu Estado, embora fosse este considerado dos mais ricos da federação¹⁵¹.

Atendendo a uma de suas promessas de campanha, pouco mais de cem dias depois da posse, Brizola assina um decreto para a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, CEERG, em 13 de maio de 1959, filial da RS Bond and Share, e esta subsidiária da American and Foreign Powers Company, que monopolizava o serviço de distribuição de energia elétrica nas regiões metropolitanas.

Os diagnósticos produzidos pela GAP¹⁵² apresentavam a situação de estagnação da economia gaúcha, condição esta que deveria se agravar ainda mais, e que já vinha sendo alvo de protestos populares desde a Constituinte de 1947.

Brizola tentou, diversas vezes, negociar com a direção da CEERG, embora a concessão já estivesse vencida e a empresa não fizesse nenhum investimento novo que atendesse os repetidos pedidos do governo estadual, não obtendo êxito nas negociações.

Julgando absurdas as exigências da CEERG de um novo contrato com 35 anos de duração e uma revisão tarifária astronômica, Brizola, com autorização do presidente JK¹⁵³,

¹⁵⁰ HEINZ, Flávio M. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005, p. 38.

¹⁵¹ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 67.

¹⁵² Confira p. 52.

¹⁵³ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 62.

assinou um decreto encampando a Companhia, expropriando seus bens pelo valor simbólico de um cruzeiro, que fora estabelecido abatendo-se as contribuições populares espontâneas, na colocação de fios e postes, doações territoriais, indenização de pessoal, multas, remessa de lucros acima do legalmente permissível e depreciação dos materiais, o que resultava num saldo negativo para a empresa, assim o valor pago era meramente simbólico e aplicou-se o critério do custo, que a legislação brasileira da época já previra.¹⁵⁴

A notícia do decreto de encampação foi recebida com aplausos na Assembleia Legislativa e o deputado Justino Quintana (PTB), destacou que a encampação fora resultado de grande esforço de diversos órgãos do governo estadual, federal e também da Assembleia Legislativa.¹⁵⁵ O deputado Cândido Norberto (PL).

... lembrou que o ato decretado já estava pronto no governo anterior, de Ildo Meneghetti, e que ele tinha méritos no procedimento, desde o tempo em que havia sido prefeito de Porto Alegre, por ter tomado as medidas iniciais do processo, assim como o ex-governador Walter Jobim e o engenheiro Noé Freitas, que, segundo ele, seriam os primeiros responsáveis por dar encaminhamento ao problema, e também Getúlio Vargas, por assinar decreto, em 1945, que estabelecia normas para os procedimentos de encampação. Homenageou a Câmara Municipal de Porto Alegre e lembrou que a própria Assembléia [sic] tinha seu mérito por ter lutado duas Legislaturas e dado respaldo legal ao Executivo nessa tarefa.¹⁵⁶

A solicitação foi aceita imediatamente pelo juiz Borges Fortes, titular da Fazenda Pública.

A reação não tardou, e chegou nas palavras do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Douglas Dillon, que considerou Brizola um péssimo exemplo para os países da América Latina. De acordo com o jornalista Jefferson Barros: nem Fidel Castro, cuja revolução se tornara vitoriosa em 1958, ainda havia encampado uma empresa norte-americana.¹⁵⁷ Segundo Leite Filho (2004, p. 54), “o próprio Brizola, como confessou depois, não imaginou o terremoto que provocaria com aquilo que considerava um simples ato administrativo: ‘a intervenção numa concessionária de serviços públicos que se negava a cumprir seus compromissos com a população’”.

¹⁵⁴ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 62.

¹⁵⁵ HEINZ, Flávio M, 2005, p. 39.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ BARROS, Jefferson. *Golpe Mata* Jornal. Apud Perfis Parlamentares. Leonel de Moura Brizola. Perfil, discursos e depoimentos (1922-2004): 1ª edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p 54.

Na Assembleia Legislativa cada passo do processo de encampação era intensamente discutido, especialmente se o Estado deveria ou não pagar indenização à empresa.¹⁵⁸

O PTB apoiou a atitude de Brizola. Minas Gerais, Bahia e Pernambuco que já vinham tomando posições no sentido de adotar uma nacionalização tiveram no exemplo rio-grandense um modelo a seguir. Gerou-se uma crise nas relações entre Brasil e Estados Unidos que teria seu auge no turbulento governo de Jango.

Foi a partir deste episódio que Brizola passou a utilizar o termo “processo espoliativo” para designar a situação não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil que sofria com o controle do mercado por parte das grandes corporações estrangeiras, protegidas por seus países de origem.¹⁵⁹

Brizola espantou-se de que um simples ato administrativo de Estado-membro criasse um problema internacional. Consolidou-se então sua consciência “antiimperialista” [sic], que o consagraria como “intérprete das aspirações nacionais” do povo brasileiro.¹⁶⁰

Em Passo Fundo o periódico *Diário da Manhã* apressou-se em relatar os fatos:

Em ato que contou com a presença de todos os secretários do comandante do III Exército, general Osvino Ferreira Alves, e do representante da Cia. De Energia Elétrica Rio-grandense, o governador Leonel Brizola assinou às 10 horas de hoje, no Palácio Piratini, o decreto n.º. 10.466, de encampação dos serviços de força e luz daquela companhia para as cidades de Porto Alegre e Canoas. Ao mesmo tempo, o governador Leonel Brizola declarou os serviços encampados como de utilidade pública. A Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense teve a sua encampação autorizada, ontem por ato do Sr. Presidente da República. O ato do Sr. Governador do Estado, encampando a Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, está merecendo aplausos gerais.¹⁶¹

O Nacional assim descreveu a situação:

Foi assinada ontem, no Palácio Piratini, a encampação da Companhia Elétrica, pelo governador Leonel Brizola, perante seu secretariado, e comandante do III Exército, general Osvino Ferreira Alves, prefeito Sucupira Viana e demais autoridades estaduais. Foi, assim, lavrado o decreto que encampa os contratos de concessão e declara a utilidade pública, para fins de desapropriação, os bens aplicados pela Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, nos serviços de

¹⁵⁸ HEINZ, Flávio M, 2005, p. 40.

¹⁵⁹ BANDEIRA, 1979, p. 62.

¹⁶⁰ Idem, p. 63.

¹⁶¹ *Diário da Manhã*, 12 de maio de 1959.

eletricidade de Porto Alegre e Canoas, como primeira das metas da administração estadual, que é a encampação da CEERG.¹⁶²

Após estas informações iniciais sobre a encampação, ambos os periódicos mantiveram-se em relativo silêncio, aguardando o desenrolar dos fatos.

O *Diário da Manhã* noticiou o encontro de Brizola com Juscelino, para tratar da encampação: “Chegou hoje, via aérea, o Sr. Leonel Brizola, governador do Estado, que veio conferenciar com o presidente Juscelino, a respeito de diversos problemas do interesse do Rio Grande do Sul, inclusive sobre a encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense”.¹⁶³

E no dia seguinte estampou a manchete: “Reviravolta no caso da encampação da CEERG pelo Estado”, em que dizia que:

Ocorreu, hoje, uma grande reviravolta no caso da encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, com a concessão, pelo desembargador Ciro Pestana, da liminar requerida pelo advogado da Companhia, no seu mandato de segurança impetrado contra o ato do governador do Estado, sob cujo fundamento de que não havia, para legalidade do ato, a indispensável concordância do Presidente da República. [...] A reviravolta no caso da encampação da CEERG está dando margem à chacotas contra o Sr. Wilson Vargas, que desfraldou o pavilhão nacional na fachada dos escritórios da Companhia estrangeira. A decisão do desembargador Ciro Pestana, concedendo a liminar pleiteada pela CEERG, foi levada ao conhecimento do governador Leonel Brizola, que se encontra no Rio de Janeiro desde ante-ontem [sic]. Hoje pela manhã, o governador Leonel Brizola esteve no Catete, em demorada conferência com o Sr. Juscelino, a respeito do caso da desapropriação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, nada transpirando aos jornais, sobre o resultado das conversações com o Presidente da República. Fontes autorizadas adiantaram que o Sr. Presidente da República havia prometido uma solução satisfatória ao Governador do Estado, capaz de harmonizar ambas as partes dando a entender que o Presidente da República não havia autorizado a encampação da CEERG, pelo Estado do Rio Grande do Sul.¹⁶⁴

Ainda no mesmo dia, foi publicada a notícia da volta de Brizola ao Estado, ficando evidente a irritação deste com a maneira com que a encampação era tratada na imprensa:

... Com referência à concessão da liminar obtida pela Companhia, no mandato de segurança requerido, o Sr. Leonel Brizola declarou que não era advogado, mas prometeu que o assunto será novamente estudado pela alta administração estadual, e

¹⁶²*O Nacional*, 12 de maio de 1959.

¹⁶³*Diário da Manhã*, 14 de maio de 1959.

¹⁶⁴*Diário da Manhã*, 15 de maio de 1959.

os portoalegrenses podiam continuar confiando na sua ação, como governante devotado, aos altos interesses do povo. Ao que parece, o governador Leonel Brizola encontrou, no Rio de Janeiro, ambiente desfavorável ao ato que praticou, o que aliás é lamentável, de vez que os interesses do povo de Porto Alegre exigem uma imediata solução para o problema da energia elétrica.¹⁶⁵

O *Diário da Manhã* não deixou passar o momento para criticar o que considerou uma atitude “afoita” do governador e seus secretários:

Encampação a todo vapor – A encampação dos bens patrimoniais da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, concessionária do serviço de eletricidade em Porto Alegre, pelo Governo do Estado, está polarizando as atenções do público [...] Logo que o governador do Estado assinou o decreto de encampação de CEERG, e o competente ato nomeando interventor na empresa encampada, o Sr. Wilson Vargas, Secretário da Energia e Comunicações, desceu afobado a rua da Ladeira para arvorar, na fachada do edifício da Companhia, o Pavilhão Nacional, ato de pura demagogia, também anulado pela concessão da liminar vencida pela direção da empresa encampada. Decorridas poucas horas, o Sr. Wilson Vargas, um tanto contrafeito, foi obrigado, pela decisão da Justiça, retirar o seu pessoal da direção da CEERG, e arrear a Bandeira Nacional, que afoitamente fizera tremular na fachada do edifício da concessionária estrangeira, que afinal de contas tem direitos que precisam ser respeitados quanto à integridade de seu patrimônio, que não pode, de um momento para o outro, ser arrebatado pela força, como pretendeu o atual governo do Rio Grande do Sul. É natural que aposse dos bens, pelo Estado, da companhia encampada, só se fará, quando for ultimado o processo de sua encampação, com o pagamento respectivo de seus bens representados pelas instalações e sistema de produção de energia elétrica. De maneira inversa, seria injustiça clamorosa praticada conta uma organização industrial, que afinal de contas funcionou regular e legalmente, em Porto Alegre, como concessionária do poder público, para o fornecimento de energia elétrica aos consumidores, durante muitos anos, contribuindo também para o progresso e desenvolvimento da nossa capital.¹⁶⁶

Ainda no mesmo editorial, o articulista reconheceu as falhas da Companhia ao prestar seus serviços ao povo, mas, ainda sim, considerava intempestiva e irresponsável a atitude do governador:

Ultimamente, a CEERG não vinha prestando bons serviços ao povo. Além de sua diminuta capacidade produtiva de energia elétrica, a Companhia vinha se utilizando do potencial de força e luz da CEERG, pagando preço irrisório pela energia que recebia por grosso, vendendo-a ao consumidor por preço exorbitante. E desde o momento que a companhia não respondia mais às necessidades do povo, tornou-se necessário um ato do poder público, desapropriando-a, afim de assegurar força e luz em abundância e por preços razoáveis aos consumidores. O ato do governo do Estado, desapropriando a CEERG, merece os aplausos de todos os riograndenses [sic], mas não podemos emprestar solidariedade alguma, e ninguém o fará de consciência tranqüila [sic], se esse ato vier ferir direitos e

¹⁶⁵ *Diário da Manhã*, 15 de maio de 1959.

¹⁶⁶ *Diário da Manhã*, 17 de maio de 1959.

garantias dadas pelo próprio Governo, à companhia que durante muitos anos operou, como concessionária de um serviço de utilidade pública. Deve o Governo levar avante o seu ato de desapropriação, acertar e pagar o justo preço pelas instalações e demais bens da empresa desapropriada, para depois, com a operação acabada, tomar posse dos bens incorporados ao patrimônio do Estado, por meios legais e regulares, e não assim a Miguelão, como pretendeu o atual Secretário de Energia e Comunicações.¹⁶⁷

Alguns meses depois, *O Nacional* ainda falava da encampação da CEERG, que já parecia esquecida pelo *Diário da Manhã*, com a manchete “Julgamento, hoje, do agravo interposto pela CEERG”:

Para apreciar o agravo interposto pela Companhia de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, contra a decisão do desembargador Ciro Pestana, que revogou a liminar concedida a essa subsidiária da Bond and Share, o Tribunal de Justiça do Estado se reunirá hoje, com seus vinte desembargadores. O julgamento de hoje precede ao mandado que está dependente de informes que serão prestados pelo procurador geral do Estado.¹⁶⁸

Depois disto, nenhum dos jornais voltou a mencionar a encampação da CEERG.

O passo seguinte foi iniciar as negociações com a Companhia Telefônica Rio-grandense, subsidiária da Companhia Telefônica Nacional (CTN) e pertencente à multinacional ITT (International Telephone and Telegraph), contando para isso com o apoio pleno do procurador-geral do Estado, Floriano Maia D’Ávila. Brizola queria que, pelo menos em parte, o controle da empresa passasse ao poder público.

A fim de falar do assunto com propriedade, Brizola enviou engenheiros à Europa para que se especializassem no ramo das comunicações, enquanto se processava um novo convênio de concessão, pois o Estado criara um fundo, por meio de uma taxa, visando acumular recursos para o desenvolvimento do setor de comunicações.

A telefonia gaúcha era, então, caótica: com quase 5,5 milhões de habitantes, o estado contava com apenas 30.534 aparelhos instalados, muitos já obsoletos. Porto Alegre, já com ares de metrópole, com 670 mil habitantes, tinha somente 14.300 telefones e a lista de espera por uma linha telefônica tinha quase 30 mil inscritos.¹⁶⁹

¹⁶⁷ *Diário da Manhã*, 17 de maio de 1959.

¹⁶⁸ *O Nacional*, 1º de junho de 1959.

¹⁶⁹ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 55.

As negociações se arrastaram por quase dois anos, até que a ITT concordou com a proposta do governo para a formação de uma empresa de economia mista, na qual o Estado ficaria com 25%, a ITT com 25% e o público com 50%. Havia ainda um desacordo em torno da avaliação do acervo, mas o governo e o vice-presidente da ITT concordaram em recorrer a um juízo arbitral, em que cada uma das partes indicaria um árbitro e os dois escolheriam um terceiro, para o caso de um desempate.

Brizola convidou um reconhecido adversário seu, político da UDN, professor e diretor da Faculdade de Engenharia, Luiz Lessegnieu, para representar o Estado; e a ITT, por sua vez, convidou o engenheiro e professor universitário Frederico Rangel, reconhecido colaborador da Companhia no Brasil.

O laudo apresentado pelos árbitros chegou ao valor de “um bilhão e trezentos e cinqüenta [sic] milhões de cruzeiros”, considerado um pouco fora dos padrões por Brizola. A ITT, no entanto, não se pronunciou a respeito.

A Assembleia Legislativa aprovou a formação da nova companhia (Lei 4.073, de 30 de dezembro de 1960¹⁷⁰), a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações, mas a ITT manteve-se em silêncio.

Após dois meses de silêncio o governo tomou a iniciativa de pedir uma reunião com o vice-presidente da ITT, com quem vinha negociando anteriormente, para selar o acordo. Mas, por baixo dos panos, a empresa afastara seu vice-presidente no Brasil e enviara outros dirigentes para prosseguir as negociações, alegando que o laudo dos árbitros não fora satisfatório.

A declaração foi recebida com surpresa pelo governador, que logo previu os planos da Companhia: seus dirigentes queriam somente ganhar tempo até que Brizola terminasse o mandato. Brizola mudou sua postura conciliadora, adotando um discurso um pouco mais agressivo, conforme podemos perceber em um discurso proferido numa assembleia da UNE, no Rio de Janeiro:

Agora mesmo, estou em discussão, no Rio Grande do Sul, com a empresa telefônica, subsidiária que é de um grande truste norte-americano. Eu não vou encampá-la. Eu não a quero comprar, inclusive porque o seu equipamento não serve para mais nada. Fundei uma sociedade de economia mista e fiz um convite à aludida empresa para participar da sociedade, mas apenas e no máximo com 25%.¹⁷¹

¹⁷⁰ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 55.

¹⁷¹ Idem, p. 501.

Entretanto, ponderando a respeito da posição dos Estados Unidos na defesa do capital estrangeiro no Brasil e no mundo, Brizola concluiu que:

De outra parte, como poderemos considerar bem intencionados ou nossos amigos, os dirigentes norte-americanos, se os EUA continuarem dando cobertura a privilégios, a situações anti-sociais [sic] existentes em nosso País, dos quais são exatamente titulares aqueles que se proclamam aqui dentro os maiores amigos e defensores dos Estados Unidos.¹⁷²

Brizola decretou a retomada dos serviços e expropriou o acervo da Companhia, com base no valor definido pelos árbitros, por meio do decreto 13.186, de 16 de fevereiro de 1962.¹⁷³ Havia várias plantas doadas pelo governo do Estado e dos municípios para a extensão da rede da ITT, que alegava falta de capitais como pretexto para o adiamento constante no investimento da rede. O Estado decidiu descontar as plantas doadas, a indenização do pessoal, a reposição do material e os lucros ilegalmente remetidos para o exterior, reduzindo o valor a ser pago para cerca de 70 milhões de cruzeiros, para o efeito de depósito prévio na Justiça. O Poder Judiciário novamente autorizou a imissão de posse.

Este fato não passaria despercebido no exterior, ainda mais devido ao precedente envolvendo o setor de energia elétrica, que também envolvia outra empresa norte-americana. No dia seguinte à encampação dos serviços de telefonia, Brizola recebeu um convite de San Thiago Dantas, então ministro de Relações Exteriores, para uma reunião no Itamaraty. San Thiago havia recebido uma reclamação formal do governo norte-americano e convidou também Roberto Campos, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, que viajou diretamente de Washington e Lincoln Gordon¹⁷⁴, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, para a reunião.¹⁷⁵

Brizola seguiu para a reunião, acompanhado do secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul, Francisco Brochado da Rocha, porém se negou a entrar no gabinete de Dantas quando percebeu entre os participantes, os diretores da ITT. O motivo alegado por Brizola era que estes não teriam “idoneidade moral”, dada as atitudes da empresa, que se negara a dialogar com o Rio Grande do Sul. Enquanto o governador gaúcho aguardava a resolução do impasse na antessala do gabinete o ministro foi falar com os diretores da ITT. Pouco depois a

¹⁷² BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 501.

¹⁷³ HEINZ, Flávio M, 2005, p. 41.

¹⁷⁴ Abraham Lincoln Gordon (New York, 10/09/1913 – Mitchellville, 19/12/1993) foi o embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1961 e 1966 e nono presidente da Universidade Johns Hopkins entre 1967 e 1971.

¹⁷⁵ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 55.

reunião teve início sem os diretores da empresa, cujos interesses passaram a ser defendidos pelo embaixador Gordon.

A alegação contra o Estado gaúcho era de que a avaliação realizada não correspondia ao valor real do patrimônio da empresa, ao que Brizola respondeu que a empresa poderia ter indicado um árbitro internacional, mas não o fez e que a encampação não foi feita à força, mas por decisão do Poder Judiciário, o diplomata colocou, então, em dúvida a idoneidade da Justiça brasileira, alegando que ela era suspeita para julgar uma questão dessa natureza.¹⁷⁶ Depois disso apoiado por Brochado da Rocha declarou que o Judiciário é parte da soberania brasileira, completamente apto de julgar o problema e deu por encerrado o diálogo, retirando-se da reunião.

Estas expropriações provocaram intensos debates no Brasil e no exterior sobre a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, da qual Brizola era crítico feroz¹⁷⁷, e agravaram as relações do Brasil com os Estados Unidos ao ponto do presidente norte-americano John Kennedy declarar que o governador Leonel Brizola não é dos mais amigos do nosso país¹⁷⁸, numa coletiva sobre a encampação da ITT. Como era de seu feitio, Brizola escreveu-lhe uma carta, na qual solicitava o envio de uma pessoa de confiança para que examinasse a questão e encontrasse irregularidades, se houvessem, mas nunca obteve resposta¹⁷⁹.

Sobre a carta, *O Nacional* publicou uma pequena nota:

Com uma longa carta ao Sr. John Kennedy [...] o governador Leonel Brizola responderá às críticas que lhe fez o presidente dos Estados Unidos quanto à encampação da subsidiária da ITT. [...] A carta do governador gaúcho, redigida em linguagem elevada, mas clara, será um verdadeiro libelo contra a ação dos 'holdings' internacionais. Reafirma, por outro lado, que a amizade dos rio-grandenses ao povo norte-americano não pode ser confundida com os grupos espoliativos.¹⁸⁰

Os pronunciamentos da imprensa norte-americana levaram João Goulart a emitir uma nota oficial:

¹⁷⁶ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 65.

¹⁷⁷ WASSERMAN, Cláudia. "A LEGALIDADE: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961". In: NOLL, Maria Izabel (et al.) O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 66.

¹⁷⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 56.

¹⁷⁹ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 66.

¹⁸⁰ *O Nacional*, 27 de agosto de 1962.

O presidente Goulart classificou de injustos e deturpadores os comentários de alguns órgãos da imprensa norte-americana, sobre os propósitos do governo brasileiro. A nota oficial do presidente da República diz que o chefe de estado tem a convicção de que o governo e o povo dos Estados Unidos não endossam nem acolhem tão inconvenientes orientações, que, às vésperas de sua viagem aos Estados Unidos, em visita cordial ao seu presidente e ao povo norte americano, destoa chocantemente das tradições de cavalheirismo e hospitalidade da grande pátria de Roosevelt.¹⁸¹

A propósito do agravamento das relações Brasil e Estados Unidos, *O Nacional* publicou uma matéria com o título “Supressão de ajuda ao Brasil pelos E. E. U. U. !”, na qual repercutiam as palavras de um editorial publicado no *New York Herald Tribune*, nas palavras de Eduardo Silva Alves:

O diário New York Herald Tribune protesta energicamente, num editorial de hoje, contra toda supressão da ajuda norte-americana ao Brasil, com que o Congresso dos Estados Unidos ameaça como represália, pela questão da encampação da Companhia Telefônica, no Estado do Rio Grande do Sul. Suprimindo a ajuda ao Brasil – escreve o diário republicano – o Congresso colocará em perigo todo o programa ‘Aliança para o Progresso’, e provocará em toda a América Latina uma crise mais grave do que o surgimento do comunismo em Cuba.¹⁸²

Não por acaso, Brizola foi apelidado de “anti-yankee” pela grande imprensa norte-americana, especialmente pelo *Times Magazine* e pelo *New York Times*.¹⁸³ É necessário frisar, também, o caráter oportunista da manchete de *O Nacional*, que certamente contribuiu para a formação de um perfil negativo de Brizola entre o público leitor .

Brizola também foi,

chamado de “volátil” numa reportagem do NYT de 13 de março de 1962 (Volatile Brazilian: Leonel Brizola). Comparado a um dos personagens do famoso escritor americano, Horatio Alger, autor de inúmeras novelas populares no século XIX, Brizola fazia o tipo ‘menino pobre’ sempre com tendências para o bem, mas com uma pequena deformação, ‘era um brasileiro esquerdistas e nacionalista’.¹⁸⁴

¹⁸¹ *O Nacional*, 02 de março de 1962.

¹⁸² *O Nacional*, 27 de agosto de 1962.

¹⁸³ ALVES, Eduardo Silva. Projeto História. São Paulo, n. 36, p 405-411, jun. 2008.

¹⁸⁴ Idem, p. 407.

O jornal *Washington Post* também manifestou-se contrário às ações de Brizola, em sua edição de 22 de fevereiro de 1962

“Os norte-americanos estão finalmente se dando conta de quem é o brasileiro considerado o candidato mais provável para fazer o papel de Fidel Castro, num país muito mais importante para a segurança do Hemisfério do que da pequena ilha de Cuba. [...] O Sr. Brizola sabe que os países estrangeiros são alvos fáceis no Brasil.

Pouco se importa pelo efeito que as expropriações possam ter sobre a opinião pública norte-americana, e conta com a confusa situação no Brasil para dar-se oportunidade de exercer um papel destacado no mais populoso país da América Latina. [...] A prosseguirem esses acontecimentos no Brasil, será bom recordar que o ditador de Cuba pode dirigir o destino de uma pequena ilha, mas o líder do Brasil poderá influenciar o curso da história de toda a América Latina”¹⁸⁵.

Em sua edição de 19 de março de 1962, *O Nacional* publicou uma matéria intitulada “Goulart elogia Kennedy”, numa tentativa de amenizar as relações com o governo dos Estados Unidos, que ainda estava sob o impacto da encampação da ITT:

Falando aos jornalistas na cidade gaúcha de Itaqui, o presidente João Goulart declarou que, na próxima viagem aos Estados Unidos, tratará com o presidente Kennedy da atuação dos grupos econômicos que exploramos serviços públicos do Brasil, pois os referidos grupos tem sido fontes de constantes atritos entre os dois governos. Disse textualmente o presidente da República:

- “O senhor John Kennedy é um presidente jovem e de grande capacidade, no qual confio.”

O senhor João Goulart declarou que tratará também da encampação da Companhia Telefônica, sempre dentro do maior respeito quanto à posição assumida pelo Governador do Rio Grande do Sul.¹⁸⁶

Antes de embarcar para os Estados Unidos, Goulart fez um pronunciamento, segundo Marco Antonio Villa, para se desvincular de Brizola: o governo brasileiro não alimenta a mínima prevenção, nem cultiva qualquer sorte de preconceito ou má vontade com aqueles que representam ou defendem os interesses do capital estrangeiro¹⁸⁷

Pouco depois, João Goulart, então presidente, visitou o governo norte-americano e se comprometeu a adotar critérios justos para compensar as empresas estrangeiras incorporadas ao patrimônio do Estado, e aplicou o princípio da justa compensação, que nesse caso nada

¹⁸⁵ LEITE FILHO, F. C, 2008, p. 69-70.

¹⁸⁶ *O Nacional*, 19 de março de 1962.

¹⁸⁷ VILLA, Marco Antonio. *Jango, um perfil* (1945-1964). 1. ed. São Paulo: Globo, 2004. In: ALVES, Eduardo Silva. Projeto História, São Paulo, n. 36, p 405-411, jun. 2008.

mais era o cumprimento das exigências das empresas, pela recém criada Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos, ou Conesp.

A atitude conciliatória de Goulart aparentemente deu resultados: acabou sendo interrompido doze vezes por salvas de palmas e no dia seguinte estava nas primeiras páginas de todos os jornais americanos. Segundo o noticiário brasileiro, Jango ‘de comunista passou a ser chamado em toda a imprensa americana de Nice man.¹⁸⁸

A respeito da visita de Goulart aos EUA, o colunista João Vieda publicou em sua coluna semanal “Acontecimentos da Semana”, no *Diário da Manhã*:

Da mais alta significação [...] em particular para os interesses do Brasil (em extrema carência de benefícios positivos, foi sem dúvida, a histórica visita que o presidente João Goulart efetuou aos EE.UU., na última semana. [...] tal visita ocasionou um contato mais íntimo entre os dois chefes de Estado, com ampla troca de pontos de vista, na análise de complicados problemas. Problemas que, interessando muito de perto seus países, são, por fato, mesmo, causa de preocupação constante para ambos. As conversações – segundo a nota conjunta – ‘foram marcadas pelo espírito de franqueza, cordialidade e compreensão mutuas, reafirmando as tradições de amizade e a fidelidade aos ideais da democracia que tem caracterizado as duas pátrias. O presidente Kennedy, principalmente, reafirmou o compromisso dos Estados Unidos de ajudarem o Brasil em seus esforços para satisfazer as aspirações brasileiras, de progresso econômico e justiça social.¹⁸⁹

As palavras finais do colunista deixam claros os pensamentos de uma parcela da população sobre a ajuda norte-americana:

Que venha esse auxílio! E sem tardança, que dele muito precisamos. Mas que venha de caráter de ajuda amistosa, simplesmente, sem outro interesse que não do desenvolvimento e da estabilidade socioeconômica de um povo amigo e aliado na comuna da democracia. Que venha assim que vem bem, e o receberemos com as duas mãos, porque não somos pobres soberbos; e sabemos-lo-emos retribuir porque não somos mal agradecidos. Ainda, assim, desejamos. A que desejamos e repelimos é aquela que vem disfarçando propósitos paternalísticos de vergonhosa tutela. A tal espécie de ajuda, felizmente, já aprendemos a dizer não.¹⁹⁰

Apesar do esforço de Jango, o Congresso dos Estados Unidos aprovou uma emenda constitucional, a Emenda Hickenlooper,¹⁹¹ pela qual proibia o governo de fazer empréstimos a países que expropriassem o patrimônio das empresas de seu país.

¹⁸⁸ ALVES, Eduardo Silva. Projeto História. São Paulo, n. 36, p 405-411, jun. 2008, p. 408.

¹⁸⁹ *Diário da Manhã*, 11 de abril de 1962.

¹⁹⁰ *Diário da Manhã*, 11 de abril de 1962.

Por anos, o governo norte-americano continuou pressionando por indenizações, o que conseguiram após o golpe de 1964, com o mesmo Roberto Campos como ministro do Planejamento, durante o governo Castello Branco: a ITT recebeu empréstimo do Banco do Brasil, num valor muito acima do que fora fixado pela Justiça para os acervos da empresa, com 12 anos de prazo para pagamento e juros irrisórios; a Bond and Share, da American & Foreign Power recebeu 470 milhões de dólares do governo, que incluía ainda outras empresas do mesmo grupo.

A crise provocada pelas encampações¹⁹² certamente contribuiu para a construção da imagem de Brizola como um extremista, principalmente no exterior e também para o seu distanciamento do Governo Federal, a quem restou a tarefa de tentar “amansar” a fera norte-americana.

2.3. Nenhuma criança sem escola no Rio Grande do Sul: A inclusão social pela educação

O título deste item foi manchete da Edição Especial Comemorativa de 88º aniversário de *O Nacional*, em 18 de junho de 1962.

Durante seu mandato como governador, Brizola demonstrou grande interesse e empenho na melhoria das condições educacionais no estado, através do projeto “Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul”. É possível afirmar que suas propostas vinculadas à educação, às quais atribui um papel preponderante na sua vitória eleitoral.¹⁹³

Em termos gerais, metade da população brasileira era analfabeta em 1950¹⁹⁴ e a isso se deve a negligência do poder público, tanto em prover verbas, professores, e salas de aula como em desenvolver políticas públicas capazes de atender as necessidades da população, ainda bastante concentrada no interior do país. Segundo Pereira, Havia uma necessidade tão

¹⁹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o Caos: a Derrubada de Salvador Allende*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008, p. 224.

¹⁹² O processo de desapropriação da IT & T no Rio Grande do Sul gerou processos semelhantes em outros estados como: Guanabara, sob o governo de Carlos Lacerda, e São Paulo, com Carvalho Pinto. Esses governadores identificaram, em seus devidos estados, situações semelhantes à encontrada pelo governo gaúcho, no que corresponde aos serviços prestados pela IT & T, e pressionaram o presidente João Goulart para que tomasse atitude semelhante à de Brizola. Jango acabou desapropriou todas as empresas multinacionais que controlavam os setores de energia elétrica e comunicação do país. Assim surgiram as estatais Eletrobrás e Telebrás. Ver: LEITE FILHO, Francisco das Chagas. (2008) *El caudillo: Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Aquariana.

¹⁹³ TAMBARA, Elomar Calegario; QUADROS Claudemir; BASTOS, Maria Helena Camara, IN: GERTZ, René, *HISTÓRIA geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985); v. 4. (A Educação 1930-80), p. 326.

¹⁹⁴ QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002, p. 38.

grande que se você pegasse mil escolas e jogasse para o alto elas cairiam no lugar certo, tamanha era a carência.¹⁹⁵

A fim de melhor gerenciar a educação durante seu governo, Brizola subdividiu a Secretaria da Educação e Cultura em três subsecretarias: do Ensino Primário, do Ensino Médio e do Ensino Técnico. Para fazer o levantamento da situação do ensino público gaúcho foram contratados diversos técnicos, que apuraram um déficit escolar de 273.095 matrículas. Então foi elaborado o “Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário”, que estabelecia como principais metas a escolarização de todas as crianças entre 7 e 14 anos e a erradicação do analfabetismo.

Uma das primeiras providências adotadas foi a ampliação de vagas em escolas privadas mediante um recurso emergencial, com o qual seria custeada a cedência de professores da rede pública e a ampliação e reaparelhamento e, em troca, as instituições disponibilizariam matrículas gratuitas ao Estado. O relatório elaborado apontava que a população em idade escolar no Rio Grande do Sul, em 1º de janeiro de 1959 era de 1.003.830, destes, o número de alunos que frequentavam escolas primárias eram 730.735, divididos entre a rede pública municipal, 320.048, estadual 281.370 e 129.317 na rede privada. Assim, para assegurar a educação a todas as crianças em idade escolar, o Estado deveria ser capaz de ampliar o número de vagas a cada ano seguindo o crescimento vegetativo da população, o que até 1962, refletiriam na contratação de 23.000 professores e na construção de dez mil salas de aula.¹⁹⁶

Para cumprir a meta que previa a construção de duas mil escolas durante o governo de Brizola, foi criada a Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE), órgão de cooperação entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Obras Públicas, que tinha a incumbência de superintender, estudar, planejar, projetar e executar as tarefas de conservação, reparos, adaptação, construção, reconstrução e aparelhamento de prédios escolares, segundo previa seu decreto de criação, nº 10.416, de 25 de março de 1959.

O plano previa a construção de escolas no interior do Estado, para privilegiar as populações pobres, que não dispunham de recursos suficientes para enviar seus filhos às cidades maiores, para que completassem o ensino primário.

A forma de apresentação do plano para a educação aos prefeitos gaúchos foi bastante inusitada:

¹⁹⁵ PEREIRA, Bernard José Alves. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, p. 28

¹⁹⁶ QUADROS, Claudemir de, 2002, p. 52.

Brizola convidou prefeitos e outras autoridades do estado para uma “explanção” sobre a política educacional que estava sendo promovida no estado. O percurso até a área onde seria realizado o evento obrigava os convidados a passarem por uma área descampada. Brizola teria falado por quase três horas sobre seu plano educacional para o estado, e ao fim convidou os presentes a conhecerem uma escola recém construída, para a surpresa de todos, durante o tempo do discurso - uma escola de madeira, pré-moldada, de três pavilhões, biblioteca e casa dos professores teria sido erguida no terreno anteriormente vazio.¹⁹⁷

As escolas construídas durante a administração de Brizola tinham algumas características em comum: eram construídas de madeira e contavam, geralmente, com uma ou duas salas de aula e uma secretaria e acabaram conhecidas como “brizoletas” ou “escolinhas do Brizola”. A utilização da madeira para a construção deveu-se principalmente à abundância deste material no Estado, além de serem de transporte mais simples do que a alvenaria que era utilizada somente para construção de escolas de grande porte, nos centros maiores.

Mas durante o mandato de Brizola o ensino técnico também foi ampliado, a fim de aumentar a mão-de-obra nos níveis industrial, comercial, elementar e agrícola, sendo que neste último o número de escolas passou de 13, em 1959 para 28 em 1962, alcançando um crescimento de matrículas de 140,75% e um acréscimo de 71,02% no quadro de professores, além de um grande investimento em laboratórios, veículos, material didático e aparelhamento dos internatos, realidade que Brizola conhecia muito bem, dos tempos em que estudou na Escola Técnica de Agricultura, em Viamão. Segundo Quadros¹⁹⁸, em quatro anos do governo Brizola, foram construídos 1.045 prédios escolares, com 3.360 salas e capacidade para 235.200 alunos; foram iniciados 113 prédios, com 483 salas e capacidade para 33.810 alunos, e planejados 258 prédios, com 866 salas de aula e capacidade para 60.620 alunos, além de cerca de 300 obras complementares, como construção de muros, sanitários e instalação de água, e 1.229 obras de conservação nos prédios já existentes. As verbas destinadas à Secretaria de Educação e Cultura durante

os quatro anos de governo foram sempre as segundas maiores do total da despesa do Estado (19,76% em 1959, 21,21% em 1960, 22,06% em 1961 e 22,77% em 1962)¹⁰⁹, perdendo apenas para a Secretaria da Fazenda em 1959 e para os chamados Encargos Gerais do Estado [...] Os percentuais orçamentários destinados à

¹⁹⁷ PEREIRA, Bernard José Alves, 2010, p. 28.

¹⁹⁸ QUADROS, Claudemir de, 2002, p. 68.

Educação Pública mereceram, inclusive, destaque nos pareceres do Tribunal de Contas sobre as contas do governo.¹⁹⁹

Ao mesmo tempo em que Brizola usava a imprensa para propagandear os feitos de sua administração, proclamando que o Rio Grande do Sul era o estado mais alfabetizado do Brasil, que quer trocar o *mais* por um *completamente*, também sofria com a insatisfação popular, relativa, neste caso, à qualidade e aos atrasos das obras executadas na educação, bem como aos atrasos no pagamento dos salários dos professores.

Ainda segundo Quadros, o jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, publicou o protesto do prefeito de Carazinho, Ernesto José Annoni, enviado ao governador, no qual informava a situação das obras dos prédios escolares no município. A principal reclamação era referente ao atraso das obras, e que a madeira utilizada seria de péssima qualidade. O material empregado nas construções desses grupos escolares, o madeiramento, é de 4ª (refugo), a tinta empregada na pintura já está caindo, entre outras, e o Sr. Della Méa não cumpriu sua empreitada, cujos prédios empreitados com o mesmo deveriam estar prontos em 1960.²⁰⁰

O mesmo tipo de reclamações vinha das administrações de outros municípios da região, como Carazinho. Sobre este município, *O Nacional* noticiava o seguinte: “Em Carazinho, existe um prédio para Grupo Escolar, recentemente construído, no plano das duas mil, e, já está com escora para não cair”.²⁰¹

Sobre Ronda Alta, constatava: [...] “Onde o trabalho de construção do novo Grupo Escolar está atrasado. Não sei se o prédio entrou em soma das 2.000 novas escolas inauguradas recentemente, mas se entrou, deve ser desinaugurado (sic), pois não está pronto”.²⁰²

E a respeito de Tapejara registrava o seguinte : [...] “interessante é que estes senões tem-se constituído da falta d’água nas escolas. Primeiramente fora o Grupo Escolar Fernando Borba com seus 107 alunos e os diversos professores que estão assim submetidos a um autêntico regime de lei seca”.²⁰³

¹⁹⁹ BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. Governo Leonel Brizola do Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, 2007, p. 67.

²⁰⁰ *O Nacional*, 13 de março de 1961, p 2. IN: QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002, p. 77.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Ibidem, p. 78.

²⁰³ Idem, p. 78.

É inegável o fato de que o número de escolas e de docentes, assim como de alunos crescera. Entretanto, outros problemas tais como a evasão escolar, a repetência, a falta de qualificação do corpo docente e o analfabetismo permaneceram, apesar dos esforços do governo de Brizola em prol da educação.

A construção de escolas não resolveu todo o problema da falta de vagas, apresentado no Plano de Emergência de Expansão do Ensino Primário, pois os números apurados por Quadros indicam que o governo conseguiu matricular apenas 19,81% dos alunos potenciais.²⁰⁴ A evasão escolar manteve um índice constante entre 1959 e 1961, respectivamente 18,56%, 17,39% e 17,54%. A mesma estabilidade pode ser percebida no índice de reprovações, que pouco variava em torno dos 38%. Quando confrontados com os dados oficiais, os números apurados por Quadros demonstram um claro exagero por parte de Brizola no otimismo quanto aos resultados do projeto Nenhuma Criança Sem Escola do Rio Grande do Sul.

O atraso constante no recebimento dos salários, por parte dos professores era outra queixa comum nos jornais da época:

Como se sabe, os funcionários do Estado estão recebendo seus vencimentos com impressionante irregularidade, o que, como é lógico, causa os maiores transtornos e até situações vexatórias. Alguns, conforme informações que colhemos, ainda não receberam referente ao mês de agosto; todavia na maioria dos setores, os atrasos variam entre 3, 4, 5 e 6 meses, mormente entre os professores.²⁰⁵

O que podemos afirmar a respeito dos professores, é que, cansados de esperar, eles haviam formado a Federação das Entidades de Professores, em 29 de maio de 1959,²⁰⁶ mas que isto não se traduziu em maior agilidade no recebimento dos salários, pois, em alguns casos o atraso chegava a durar mais de 3 ou 4 meses, gerando situações difíceis para os professores e demais funcionários públicos da Educação.

A falta de critérios para a contratação de professores, também incomodava a classe docente, que exigia a realização de um exame minucioso dos candidatos, tanto moral quanto intelectual, que viesse a sobrepor a este, outro gabarito – como o mérito partidário, o interesse

²⁰⁴ Idem, p. 82.

²⁰⁵ *Diário da Manhã*, 26 de setembro de 1961.

²⁰⁶ QUADROS, Claudemir de, 2002, p. 79.

eleitoral, a clientela política – é abrir a porta a ineptos ou despreparados e sujeitar o magistério à ineficiência, ao vexame, à desmoralização, ao descrédito e à repulsa popular.²⁰⁷

O que se pode afirmar, sem dúvida, é que este governo proveu os recursos mínimos necessários para formação do cidadão gaúcho, como o espaço físico, por meio da construção e ampliação de escolas, e da contratação de professores. A educação, ou a construção de prédios com este fim sempre fez parte do discurso político de Brizola, que quem sabe tomasse como exemplo sua própria trajetória de vida: o garoto pobre do interior que conseguiu vencer na vida por meio do estudo. Talvez se a população tivesse a mesma chance, e o mesmo resultado, se houvessem mais escolas no interior?²⁰⁸

2.4 Um projeto desestabilizador: A Reforma Agrária

Segundo dados do IBGE no censo agrícola de 1960, no Rio Grande do Sul, apenas, 1,83% dos proprietários detinham 47,97% das terras e ocupavam 28,03% da área rural de até 500 hectares, as pequenas e médias propriedades, ou seja, 85% dos agricultores ocupavam apenas 24% da zona rural do Estado.²⁰⁹

Com os dados iniciais do levantamento em mãos, Brizola começou a traçar um plano audacioso, cujo primeiro passo foi a criação, pela Secretaria do Trabalho, do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, o IGRA, por meio do decreto de criação nº 12.812, de 14 de novembro de 1961. Seu objetivo era elaborar estudos e coordenar políticas de reforma agrária para o Estado, assim como facilitar o trabalho dos colonos assentados, organizando-os em cooperativas e prestando-lhes todo o assessoramento técnico.²¹⁰ Com a criação do IGRA não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária.²¹¹

²⁰⁷ *O Nacional*, 17 de agosto de 1962. IN: QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002, p. 79.

²⁰⁸ Há uma dificuldade em contabilizar a expansão do ensino público durante o governo Brizola, pois várias obras de reformas em escolas foram somadas juntamente com as escolas inteiramente novas. Ver: QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

²⁰⁹ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 59.

²¹⁰ *Idem*.

²¹¹ PEREIRA, Bernard José Alves, 2010.

Seriam funções do IGRA:

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições socioeconômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;
4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;
5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;
6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado.²¹²

Entretanto, na visão de Brizola, não bastava distribuir terras, era necessário, também fornecer assistência técnica para que o agricultor fosse capaz de realizar obras de infraestrutura nas propriedades. Assim, foi criado o programa de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-Social (PRADE), que deveria organizar os agricultores assentados em granjas cooperativadas e comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores, por meio de projetos, que nunca deveriam conter menos do que 30 pequenas ou médias propriedades, em área contínua; assim, receberiam créditos especiais, com longos prazos para pagamento e sem juros.

Flávio Dall’Agnol (1979, p. 76) relata que após seis meses de trabalho nos três núcleos pioneiros da reforma agrária, o lucro gerado a partir da produção de arroz e milho superou em muito o capital investido.

A ideia pioneira de concentrar os agricultores sem-terra em acampamentos organizados, para chamar a atenção do poder público foi de Brizola, efetuada nos primeiros meses de 1962.

Em entrevista à revista *Caros Amigos*, em agosto de 2000, mas só publicada em julho de 2004, Leonel Brizola falou sobre o Movimento dos Agricultores Sem-Terra, MST, na época, chamado de MASTER:

No começo ele chamava MASTER Movimento dos Agricultores Sem Terra. E depois agregamos os de pouca terra também, que eram os colonos que tinham até 25 hectares, para quatro, cinco filhos..., o primeiro presidente do Movimento Sem Terra

²¹² Decreto de criação do IGRA: decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961.

foi Milton Serra Rodrigues, está lá, vivo ainda [...] Esse movimento surgiu assim com a campanha, com o conhecimento do interior, com a vivência. Eu cheguei à seguinte conclusão: nós precisamos associar essa gente sobrando do campo que anda por aí sem registro de nascimento, que não tem nada. Tem que botar essas crianças na escola. Então, o meu grande esforço foi a escolarização [...] Um grupo nosso de militantes do partido, resolvemos associar aquelas pessoas e o Milton foi o chefe, tinha sido prefeito num município do interior, Encruzilhada, conhecia bem o problema. E começamos a associar, cinco aqui, dez ali, formando núcleos por toda a parte... Ao mesmo tempo, arrumamos um grupo de governo para identificar as áreas pertencentes ao Estado ou a pessoas ricas que não as utilizavam, estavam ali para valorizar... Aí nos surgiu a idéia do acampamento, o primeiro acampamento com vistas à reforma agrária...²¹³

O primeiro acampamento organizado por Brizola, reuniu por volta de dez mil pessoas no município de Sarandi, para protestar contra o latifúndio improdutivo que ali havia, pertencente a uma multinacional, que contava com 20 mil hectares de terras, sem qualquer tipo de produção, à espera de valorização, e, na região do “Banhado do Colégio”, cerca de 25 mil hectares, distante cerca de 150 km de Porto Alegre, próxima a Pelotas.

Bolei o assunto porque eu fui constituinte de uma emenda declarando que as pessoas têm o direito de se reunir livremente, quando quiserem, bastando para isso comunicar as autoridades, nos lugares públicos. Então escolhemos uma área muito grande, em torno de uns 48.000 hectares, terras boas, muita mata também, pinheiros, que pertenciam a uma empresa estrangeira, e planejamos o acampamento.²¹⁴

Os agricultores foram reunidos e organizados a mando de Brizola, embora devessem permanecer somente na estrada, sem invadir fazendas. Para conferir um tom de ordem, e conquistar a simpatia dos políticos e da população em geral, Brizola convidou vários líderes a visitarem o acampamento e verem por si mesmos, a miséria daqueles que clamavam por terra:

Chamei um primo meu, lá dos Mouras, e disse pra ele ir na rádio ler um manifesto convocando todo mundo e comunicar o governador... Eu então tomaria as providências daqui... mas avisei o meu primo de que eles não deveriam passar o alambrado... mandei vacinar todo mundo e levar comida... e disse pra colocarem uma faixa com a frase ‘Acampamento João XXIII, somos cristãos e queremos terra’, e mandar chamar um padre, mas a Igreja recusou-se a rezar a missa... porque diziam que aquilo era coisa de comunista. Isso foi em Sarandi.²¹⁵

²¹³ SOUZA, Sérgio. Patriotismo não me falta. *Caros Amigos*. São Paulo, ano VIII, n.º 88, p. 07-11, julho de 2004.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 61.

Estavam presentes, o comandante do 3º Exército, representantes da Igreja, D. Vicente Scherer, autoridades do Judiciário, membros da Assembleia Legislativa, além de integrantes da Farsul e diversos jornalistas. As famílias eram numerosas, algumas com mais de 10 filhos.

Brizola subiu num coreto improvisado e, sem um discurso planejado, apenas dialogou com a multidão, formulando perguntas, que iam respondendo de maneira espontânea, como o que faziam ali, quantos eram agricultores sem terras e recursos para trabalhar, ao que todos levantaram as mãos, calejadas pelo uso constante da enxada. Brizola ainda indagou se os agricultores estavam ali para fazer política, ao que responderam: “Não, nossa política é a terra, governador” e “Aqui não há nenhum comunista. Somos todos cristãos!”²¹⁶ respondia assim, indiretamente, aos conservadores, que o acusavam de agitador e comunista. Aproveitando a presença de um representante do 3º Exército, perguntou quantos haviam servido a FAB, e mais de 200 mãos se levantaram, um deles exclamou: “Para nós prometeram tudo, governador, e até agora não nos deram nada!”.²¹⁷

“Criei um ambiente público para desapropriar”²¹⁸, lembrou Brizola, muitos anos depois, falando sobre este episódio.

Neste ponto, é preciso fazer um esclarecimento: na mesma época em que o MASTER foi criado, também foi criado um movimento social rural, a FAG, Frente Agrária Gaúcha, criado pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul durante as décadas de 60 e 70, na tentativa de tutelar o movimento camponês²¹⁹.

A FAG foi criada em 1961 e se manteve atuante até fins da década de 70. Foi organizado pela Igreja Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação de Dom Vicente Scherer. Era um movimento de agricultores rurais, dentro do segmento mais conservador, ligado à ala CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros), através da ideologia do arcebispo que coordenava a CNBB sul, Dom Vicente Scherer.

A maioria dos movimentos sociais que lutavam pela terra que existiam na época (MASTER no RS, Ligas Camponesas no nordeste), eram movimentos de esquerda no caso do MASTER, ligado ao PTB e das Ligas Camponesas ao PCB. Nesse contexto de reação ao avanço do comunismo é que surge a FAG, contrapondo-se à luta de classes e pregando a harmonia nas relações entre patrão e empregado, ou seja, que as diferenças sempre existiram e sempre iriam existir.

²¹⁶ BANDEIRA, Moniz, 1979, p. 72.

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 61.

²¹⁹ BASSANI, Paulo. Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais. Londrina: Eduel, 2008.

Ao publicar sua encíclica *Mater Et Magistra*, o papa Pio XII tenta deter os avanços do comunismo no mundo, principalmente entre os camponeses, evitando a perda desta classe em caso semelhante ao que ocorreu com os trabalhadores urbanos do século XIX. A Igreja procurou se inserir no contexto da Guerra Fria, da luta de classes, do combate ao comunismo, adotando um tipo de sindicalismo, que, de maneira mais intensa, após a morte de Dom Vicente Scherer²²⁰, é deixado de lado, sendo adotada uma nova visão, mais moderna, baseada na Teologia da Libertação²²¹, dando origem à Comissão Pastoral da Terra²²².

O sul do país sempre teve um forte histórico de luta pela terra. Isto é facilmente verificável no surgimento do MST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), no final da década de 1970, e que vai se oficializar em 1985, ganhando dimensão nacional.

Quanto às diferenças entre a FAG e o MST, inicialmente parecem semelhantes, mas na realidade, diferenciam-se em seus modelos de organização. A tática adotada pelo MST é mais combativa: passa a bater de frente com o Estado e com as políticas públicas, definindo como eixo central a luta pela terra. Já a FAG lutava muito mais por políticas agrícolas, e não por políticas agrárias.²²³

Voltando a 1961: ao que parece, Brizola atingiu suas metas, como podemos comprovar nas declarações de jornais locais como *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

O jornal *O Nacional*, apressou-se em divulgar uma nota da FAG, Frente Agrária Gaúcha, esclarecendo os objetivos do movimento:

Os objetivos da Frente Agrária Gaúcha: Embora o Cristianismo vise antes e acima de tudo o bem espiritual e eterno dos homens, nunca deixou de votar consideração e esforços para o bem estar material e cultural dos povos e indivíduos... A Frente Agrária Gaúcha, movimento inspirado na doutrina de Deus, impulsionado pelas forças cristãs e compreensivas, é uma organização democrática, pacífica e sem política, a serviço da promoção do homem rural...²²⁴

²²⁰ Dom Alfredo Vicente Scherer faleceu em Porto Alegre, no dia 8 de março de 1996.

²²¹ Terminologia criada em 1971 pelo peruano padre Gustavo Gutiérrez, em seu livro “*A Teologia da Libertação*”.

²²² A *Comissão Pastoral da Terra* (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia.

²²³ BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Londrina: Eduel, 2008.

²²⁴ *O Nacional*, 11 de janeiro de 1962.

E encerrou com as palavras: “Agricultores e homens do campo, uni-vos... Sou a vossa hora. Sois uma força numerosa e decisiva. Uni-vos, sob a bandeira do Cristianismo, e criai a vossa elevação e grandeza”.²²⁵

Em toda a nota divulgada, as palavras *cristianismo*, *cristã*, *Deus*, *justiça social e democracia*, são repetidas diversas vezes, num esforço visível por acalmar a população quanto ao “perigo soviético”: não se tratava de um movimento ligado ao Partido Comunista, e sim ligado à Igreja Católica.

O jornal *Diário da Manhã* relatou, com grande assombro e cautela, o movimento em Sarandi, em duas matérias que ocuparam toda a contracapa do jornal, em 13 de janeiro de 1962: “No Q. G. dos ‘sem terras’ o Secretário da Segurança Pública e uma comissão de parlamentares: o governador Leonel Brizola e o Presidente da Assembleia, manifestaram-se solidários com todas as reivindicações dos colonos sem terras, missa campal realizada pelo padre de Nonoai...”.²²⁶

A seguinte matéria afirmava, em tom de expectativa: “Cresce o movimento dos ‘sem terra’ de Nonoai: mais de mil homens, mulheres e crianças acampados a beira da estrada, em terras da Fazenda Sarandi... O movimento é pacífico e ordeiro – Autoridades visitam o local, mantendo contato com os dirigentes da União dos Agricultores Sem Terra”.²²⁷

Depois disto, a maioria dos setores discordantes da reforma agrária se calaram. Haviam perdido a voz, tão grande fora o clamor em favor da terra. Brizola retorna com a comitiva a Porto Alegre e aplica os dispositivos na Constituição, que até então não passavam de *letra morta*: colocou em prática a tão esperada reforma agrária, que logo rendeu bons frutos.²²⁸

Até dezembro de 1962, o IGRA concluiu assentamentos de aproximadamente 600 famílias, nos municípios de Camaquã, Osório, Viamão, Santo Augusto, São Valentim, Taquari, São José do Ouro e outras regiões.²²⁹

A respeito do projeto de reforma agrária durante a gestão de Brizola, pode-se verificar que o governo Brizola soube encontrar espaços de ação, não nas margens da lei, mas dentro

²²⁵ Idem.

²²⁶ *Diário da Manhã*, 13 de janeiro de 1962.

²²⁷ Idem.

²²⁸ A concessão dos títulos de propriedade de terras na região do Banhado do Colégio começou a ser entregue em 27/06/1962. Foram distribuídos 196 lotes, cerca de 25 hectares cada, em uma área de três mil hectares. Ainda nesse ano, já surgiam balanços positivos da primeira colheita: dois mil hectares de plantação de milho renderam 150 mil sacos em um valor estimado de 200 milhões de cruzeiros, resultando em uma renda média por família, na primeira safra, de 1,2 milhões de cruzeiros. IN: BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos* (1922/2004) / Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p. 61.

²²⁹ Idem.

da própria, para agir. Mobilizando artifícios que já estavam disponíveis, mas que, por outras razões, não eram comumente acionados.²³⁰

As ações empreendidas no primeiro momento do governo de Brizola (1959 a agosto de 1961), segundo Flach e Cardoso (2006 p. 75) promoveram um desenvolvimento relevante em várias áreas, conferindo-lhe um caráter extremamente positivo (encampações de empresas estrangeiras que não investiam no fornecimento de energia elétrica e comunicações; investimentos na educação e regularização e assentamento de pequenos agricultores sem terras).²³¹ Tamanha foi a repercussão dos feitos de Brizola, que muitos acabaram atribuindo a ele a frase dita por Francisco Julião, quando retornou de uma visita a Cuba: reforma agrária na lei ou na marra.²³²

Apesar de suas inegáveis contribuições para o Rio Grande do Sul, como prefeito de Porto Alegre, Secretário de Obras e Governador, não há vestígios de sua passagem nos registros oficiais do Estado, conforme Guaragna:

É como se tivesse havido um expurgo completo do seu nome. Na Assembléia [sic] Legislativa não se encontra sinal dos relatórios dos quatro anos de governo, embora o engenheiro Augusto de Castro, que chefiou seu Gabinete de Planejamento, garanta que entregou pessoalmente dois jogos desses relatórios, um à biblioteca da Assembléia [sic] e outro ao então deputado Pedro Simon. A Secretaria de Obras guarda relatórios de todos os períodos governamentais, mas os volumes correspondentes aos dois anos em que Brizola foi secretário desapareceram. Também desapareceram as placas indicativas de suas obras, inclusive das obras benemerentes lideradas por sua mulher Neusa Brizola.²³³

Guaragna (1992, p. 32) relata ainda, que militares teriam vasculhado todas as contas correspondentes a todos os cargos administrativos exercidos por Brizola²³⁴, após o golpe de 1964 e teriam “*dado um fim*” nos registros, a fim de, mesmo não encontrando irregularidades nas administrações, poder acusar Brizola de fazer parte da cúpula de corruptos que se aproveitaram de verbas públicas em favor de uma “*revolución*” comunista. A dificuldade de localização de fontes também fez parte do cotidiano do pesquisador Claudemir Quadros, quando procurou reunir dados para sua dissertação de mestrado, ao relatar que esse inconveniente (destruição/localização de fontes) refletiu-se, por exemplo, na coleta de dados

²³⁰ PEREIRA, Bernard José Alves, 2010, p. 27.

²³¹ Idem.

²³² NARLOCH, Leandro. Guia politicamente incorreto da história do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Leya, 2011, p. 314.

²³³ GUARAGNA, João Carlos. Brizola: histórias de um pombo-correio: a revoada do exílio. 1ª edição. Porto Alegre, 1992, p. 32.

²³⁴ Idem, p. 33.

estatísticos do ano de 1962, e na localização de arquivos da Secretaria da Educação e da Secretaria de Obras Públicas. Havia uma clara divisão, já no final da gestão Brizola, entre um grupo que apoiava as medidas de Goulart e outro que não as apoiava²³⁵, tal pode ser demonstrado nos inflamados discursos que evidenciavam as “posições político-ideológicas”, na Assembleia Legislativa.

No capítulo seguinte, trataremos das mudanças ocorridas no rumo do governo Brizola, a partir de agosto de 1961²³⁶, em função da Campanha pela Legalidade e dos personagens principais daquele episódio.

3 A LEGALIDADE E A PROJEÇÃO NACIONAL DE BRIZOLA

Neste capítulo trataremos, do contexto da Crise da Legalidade e suas repercussões no Rio Grande do Sul, na carreira política de Leonel Brizola através da análise da imprensa passo-fundense.

3.1 A renúncia de Jânio e a reação de Brizola: a Legalidade na imprensa regional

A renúncia de Jânio não surtiu os efeitos esperados: o Congresso acatou a decisão, numa sessão²³⁷ que durou dez minutos, não houve comoção popular ou política de grande significância, ou seja, ninguém discutiu a possibilidade de seu retorno ao governo. Segundo

²³⁵ FLACH, Ângela, v. 4. p. 75.

²³⁶ Idem.

²³⁷ GOULART, João Belchior Marques. Parlamentares gaúchos – João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919/1976) / João Goulart; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p. 62.

Skidmore (1985, p. 255) “a notícia [da leitura da carta de Quadros] havia sido tão pouco divulgada que se encontravam na Câmara, naquele momento, somente trinta e quatro deputados (de um total de 326)”.

A esperada reação das massas, semelhante ao que ocorreu em 1954 após o suicídio de Vargas, não aconteceu, mesmo após a divulgação de um documento nos mesmos termos da carta-testamento. O presidente da Câmara, deputado Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente, com o aval dos três ministros militares, uma vez que Jango encontrava-se fora do país. A tese de que tudo não passava de um golpe foi reforçada quando o vice-presidente, João Goulart, se viu ameaçado de não poder assumir a Presidência por pressão dos setores militares²³⁸.

Jânio não contava com a “língua solta” (ou capacidade de engendrar intrigas) de Lacerda, governador da Guanabara, que revelou os planos para o golpe numa entrevista à televisão e rádio, transmitida em rede nacional, acusando inclusive o ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta, de tê-lo convidado a participar de um golpe de Estado.²³⁹

A posição dos ministros militares envolvidos no episódio provinha do posicionamento adotado pela ESG (Escola Superior de Guerra) fundada em 1949, no sentido de estabelecer perspectivas contra-insurgentes e anticomunistas do Exército²⁴⁰. A nota emitida pelos Ministros Militares da Guerra, Odylio Dennys, da Aeronáutica, Grum Moss, e da Marinha, Sílvio Heck, evocava supostas ligações de João Goulart e o comunismo internacional²⁴¹.

Não deve causar espanto, entretanto, a postura dos ministros militares quanto à posse de Jango, pois segundo Luiz Alberto Grijó (2011, p. 29) desde os últimos anos do Império, passando pelos movimentos tenentistas, e tentativa de golpe integralista de 1937, que culminaria na instalação do Estado Novo e na derrubada de Getúlio em 1945, os militares se dedicavam muito menos a questões próprias da *raison d'être [sic]* de forças armadas nos estados modernos, à segurança da nação contra possíveis inimigos externos, e se engajavam individualmente ou em grupos na dinâmica política interna do país²⁴². Contribuiu para isso também o

clima de polarização que vivia o Brasil na época da renúncia de Jânio Quadros e o papel desempenhado por João Goulart e pelo trabalhismo são os contextos

²³⁸ HEINZ, Flávio M., 2005, p. 43.

²³⁹ BANDEIRA, Moniz, p. 21.

²⁴⁰ WASSERMAN, Cláudia. “A LEGALIDADE: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961”. In: NOLL, Maria Izabel (et al.) *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011, p. 64.

²⁴¹ Idem, p. 65.

²⁴² Idem.

suficientes para explicar porque os militares e políticos conservadores não se conformaram com a possibilidade do vice presidente assumir o Executivo.²⁴³

Não podemos dizer, porém, que houve unanimidade, tanto no veto a Jango, em 1961, quanto mais tarde, em 1964: não se pode falar em uma conformidade entre as corporações militares, mas que as atitudes adotadas refletem o pensamento de um grupo de militares, que, acabou encontrando respaldo para tanto em uma parcela da sociedade.

É curioso notar, entretanto, a análise feita por Jânio Quadros, anos depois, quando questionado a respeito da interferência dos militares na política do período, mais especificamente na questão de sua renúncia “Em entrevista histórica ao jornal *O Pasquim*, Jânio Quadros afirma de maneira incisiva: ‘Nunca tive nenhum problema de nenhuma natureza, com os militares’. E em resposta à pergunta se não teriam feito parte das forças de pressão, responde categoricamente: ‘Não’²⁴⁴. O que restou a Jânio foi partir rumo ao exílio, já que o Congresso aceitara sua renúncia.

A substituição presidencial seguiu sua sequência natural, pois João Goulart estava em visita diplomática à China comunista, com a posse interina do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, na mesma tarde, já que o Congresso havia entendido que o gesto de Jânio fora voluntário. O discurso de Mazzilli foi breve evocou os dispositivos legais da Constituição Brasileira: “por força de dispositivo da Constituição Federal” e “na ausência de Sua Excelência, o vice-presidente João Goulart, assumir nessa eventualidade histórica a presidência da República. A nação está assistindo a um ato histórico, é certo, mas de rotina na construção do nosso direito constitucional”²⁴⁵.

Por volta das 11h30min daquela manhã de 25 de agosto, o Congresso já estava agitado pela notícia da renúncia.²⁴⁶ Brizola também ficou sabendo da renúncia ainda pela manhã. Tinha compromisso marcado: acompanhar os desfiles do dia do soldado no Parque Farroupilha, em Porto Alegre.

Atento ao que ocorria ao seu redor, percebeu o ajudante de ordens cochichando ao ouvido do comandante do III Exército, José Machado Lopes. E pela expressão do general, algo grave tinha ocorrido. Minutos depois, o jornalista Hamilton Chaves, seu assessor de imprensa comunicou-lhe as notícias, transmitidas pela agência de notícias *France Press*. A

²⁴³ WASSERMAN, Cláudia, 2011, p. 65.

²⁴⁴ CASTRO GOMES, Ângela Maria de [et al.]. O Brasil Republicano, tomo III: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro, BCD União Editores S.A., 1997, p. 180.

²⁴⁵ TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre, L&PM, 2012, p. 17.

²⁴⁶ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 69.

princípio, Brizola duvidou, pois há dias corriam boatos infundados, “fruto da instabilidade político-econômica e do desgaste crescente do presidente”²⁴⁷. O desfile foi apressado, sob o pretexto da chuva que caía. Assim que chegou ao Q.G. na Rua da Praia, Machado Lopes recebe um radiograma assinado pelo ministro da Guerra:

Comunico Vossência [sic] senhor Jânio Quadros acaba renunciar presidente República pt Assumiu governo vg acordo parágrafo primeiro artigo setenta e nove Constituição vg senhor Ranieri Mazzilli vg presidente Camara Deputados vg estando presentes ministros Marinha vg Guerra et Aeronáutica pt Situação calma todo país pt [sic]²⁴⁸

Brizola seguiu para a sede da Caixa Econômica Estadual, ao invés de seguir direto para o Piratini, pois frequentemente despachava no gabinete do conselho daquela instituição, considerado por ele um lugar tranquilo.²⁴⁹ Por volta do meio-dia recebe um telefonema de Carlos Contursi, confirmando a informação de Hamilton, de que Jânio havia renunciado. Ainda incrédulo Brizola pediu que verificassem a informação diretamente com a sucursal da *France Press*. A notícia foi confirmada e Brizola entendeu que Jânio havia sido deposto pelos militares e colocou a Polícia Civil e a Brigada Militar de sobreaviso.

No início da tarde de sexta-feira, já circulava uma edição extra da *Folha da Tarde*, com a manchete de capa: “Renunciou o presidente Jânio Quadros”²⁵⁰, fato noticiado na maioria dos periódicos brasileiros, alguns inclusive com uma edição extra, a exemplo da *Folha da São Paulo*²⁵¹, que trazia a renúncia de Jânio em letras garrafais, com um texto bastante esclarecedor:

Às 15 horas, o jornalista Castelo Branco reuniu em sua sala os jornalistas credenciados no Palácio e fez o seguinte relato: - O presidente Jânio Quadros renunciou esta manhã à Presidência da República, embarcando para São Paulo por volta das 11 horas. O documento da renúncia está sendo entregue neste momento ao Congresso Nacional pelo ministro da Justiça. O presidente chegou ao Palácio hoje, como de hábito, às 6h30 e, depois de rápidos despachos com o chefe da Casa Militar, conversou pelo telefone, com o chefe da Casa Civil. Nesses primeiros contatos o presidente revelou a decisão de renunciar ao governo, informando que,

²⁴⁷ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004, p. 29.

²⁴⁸ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 69.

²⁴⁹ KUHN, Dione, 2004, p. 29.

²⁵⁰ BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)* / Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004, p. 70.

²⁵¹ Aqui também chamada simplesmente de “*Folha*”.

após a solenidade do Dia do Soldado, redigiria o documento indispensável. Terminadas as comemorações no Ministério da Guerra, o presidente voltou ao Palácio, chamando imediatamente a seu gabinete o gen. Pedro Geraldo e os srs. Quintanilha Ribeiro, José Aparecido de Oliveira e Pedroso Horta. Aos quatro disse o Sr. Jânio Quadros:

- Chamei-os para dizer-lhes que renunciarei agora à Presidência. Não sei exercê-la. Já que o insucesso não teve a coragem da renúncia, é mister que o êxito a tenha. Não exercerei a presidência com a autoridade rebaixada perante o mundo, nem ficarei governando discutindo a confiança no respeito, na dignidade indispensável ao primeiro mandatário. Não se trata de acusação qualquer. Trata-se da denúncia de quem tem como solenes a graves os deveres do mandato majoritário. Não nasci presidente da República. Nasci, sim, com a minha consciência. E a esta devo atender e respeitar. Ela me diz que a melhor formula que tenho agora para servir ao povo e à Pátria é a renúncia. [...].

O sr. Janio [sic] Quadros limitou-se a agradecer a colaboração dos presentes anunciando que se dirigiria em seguida para São Paulo, onde retomaria suas atividades de professor. Pouco depois, precisamente às 10h 25, o presidente da República deixou o Palácio do Planalto em companhia do gen. Pedro Geraldo e do Sr. Aparecido de Oliveira, dirigindo-se ao Palácio da Alvorada. Sua mulher, da. [sic] Eloá, já o esperava com as malas prontas. [...]

Antes de renunciar, o presidente determinou ao ministro Pedroso Horta levar, às 13 horas, ao Congresso Nacional, o documento de renúncia. Determinou ainda que se expedissem comunicações às autoridades, inclusive aos governadores estaduais, e se tomassem providências adequadas para manter a ordem em todo o território nacional.²⁵²

Embora a *Folha*, afirmasse a existência de uma ordem para informar os governadores da renúncia do presidente²⁵³, ao que parece, Brizola não recebeu o telegrama prometido, pois não há relato de comunicação oficial de Brasília endereçada ao governador. Brizola obteve a confirmação da renúncia por telefone: “Machado Lopes confirmou a Brizola ao telefone a renúncia e disse que o desfecho do episódio ainda era um tanto quanto obscuro, o que levou o governador a perguntar se o general tinha algum motivo para tal comentário. A resposta foi negativa”.²⁵⁴

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul iniciou sua sessão ordinária às 14 horas, com um discurso do deputado Poty Medeiros (UDN), sem saber das notícias que já corriam o estado, acerca da visita que Jânio tinha programado ao Rio Grande, quando teria a oportunidade de verificar os problemas da região e dialogar diretamente com o governador, sem intermediários políticos.²⁵⁵ Pouco depois, Cândido Norberto interrompeu uma votação, pedindo a palavra:

²⁵² Folha de São Paulo, 25 de agosto de 1961, Ed. n.º 11.762, Edição Extra.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ KUHN, Dione, 2004, p. 30.

²⁵⁵ Idem, p. 31.

Permita V. Exa. que, antes de encaminhar o expediente que está sob a direção do plenário, eu colha a oportunidade para me antecipar, num pronunciamento que valerá ou não, segundo tenha ou não ocorrido o fato que começa agora a chegar ao conhecimento de toda a Casa. Quero me referir à informação segundo a qual o senhor Jânio Quadros teria renunciado à Presidência.²⁵⁶

Minutos depois, por sugestão do deputado Sereno Chaise do PTB, foi decretada sessão permanente na Assembleia a partir daquele momento. Estava instalada a crise da Legalidade.

3.2 A Legalidade e a região: registros da imprensa

Desde 1958, o PTB passo-fundense passava por uma profunda crise, que polarizou o partido em dois segmentos: a “executiva”, representada por César Santos e a “ala rebelde”, liderada por Daniel Dipp. As motivações para esta conflagração foram de ordem administrativa: desacordos na escolha de lideranças internas e na escolha de candidatos a eleições, disputas pelo controle do partido e busca de apoio de correligionários e opositores, foram, enfim, tantos e tão constantes os embates que resultaram na expulsão de membros do partido (Daniel Dipp, Mário Menegaz, Arthur Canfield, Augusto Trein, Romeu Martinelli, Nelson Petry, Nagippe Kraide, entre outros)²⁵⁷.

Igualmente, em Carazinho, a situação era tensa entre os petebistas. Em 18 de agosto, *O Nacional* publicou a manchete: “Avoluma-se a crise no seio do trabalhismo carazinhense” em que noticiava um desentendimento entre as lideranças do PTB durante a convenção municipal do partido. Um grupo considerava a eleição “fraudulenta, por ter ferido dispositivos estatutários”²⁵⁸. Após uma breve explicação, o jornal passou a apresentar um requerimento, elaborado por um grupo de petebistas e assinado por Romeu Scaglia Barleze, que seria enviado ao Diretório Regional Trabalhista e ao Superior Tribunal Eleitoral. As acusações de abuso de poder e irregularidades nas eleições internas do partido eram semelhantes às apresentadas pela “ala rebelde” do PTB de Passo Fundo. De fato, a situação era tão delicada que, no dia seguinte, 19 de agosto de 1961, surgiu a manchete “Governador vai a Carazinho

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ BENVENEGÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p. 158.

²⁵⁸ *O Nacional*, 18 de agosto de 1961.

neste domingo”²⁵⁹, em que afirmava que Brizola participaria de um churrasco no Patronato Santo Antônio, em “homenagem aos que representaram o tradicionalismo local no 8º Congresso de Taquara”, participando ainda de dois programas de rádio, que seriam transmitidos ao vivo, durante a tarde. Na semana seguinte, entre 21 e 23 de agosto não encontramos referência alguma ao evento, não podemos, por tanto, afirmar qual foi o desfecho do caso.

Em 23 de agosto, a manchete “Discordam da política externa” domina o centro da primeira página de *O Nacional*, em que o presidente nacional do PL e deputado, Raul Pilla, acusa Jânio Quadros de “estar conduzindo o país a uma ditadura”, devido ao reatamento de relações diplomáticas e comerciais com a URSS, além de “certas decorrências, como condecorações”, segundo ele, seriam mostras de que o Brasil, com sua política externa, “estaria se afastando da linha da Comunidade Internacional”²⁶⁰. Conforme demonstravam suas ações, Quadros estava, cada vez mais, assumindo uma “política menos pró-americana que qualquer presidente brasileiro desde a Segunda Guerra Mundial”.²⁶¹ Na verdade, o cenário político internacional, dominado pelo contexto da Guerra Fria não era propício para se lançar “uma política externa independente no hemisfério ocidental”.²⁶²

Na edição seguinte do vespertino, *O Nacional*, anunciava-se uma entrevista do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, a uma emissora de televisão, “desmentindo ou reafirmando seus propósitos de deixar o cargo, e sobre a política externa do Sr. Jânio Quadros”²⁶³. Era evidente que Lacerda tentava “colocar o presidente em descrédito perante a classe média e os militares”, o que não era nenhuma novidade, pois a tática fora “empregada anteriormente contra Vargas” e também “havia tentado contra Kubitscheck”.²⁶⁴

Enquanto isto, o *Diário da Manhã* da mesma data, 24 de agosto fazia uma crítica irônica aos decretos de Jânio, na coluna “No ziguezague [sic] da cidade”, de C. P. Camargo, intitulada “Lança-perfume”

O presidente Jânio Quadros baixou o decreto proibindo a fabricação e o uso de lança- perfumes. Realmente uma “bomba” contra o reinado de Momo, mas uma medida altamente moralizadora. Com isto todo mundo terá que enfrentar o carnaval e a vida, na sua dura realidade. Nada de fugas, através do uso (e abuso) do lança-

²⁵⁹ *O Nacional*, 19 de agosto de 1961.

²⁶⁰ *O Nacional*, 23 de agosto de 1961.

²⁶¹ SKIDMORE, Thomas E, 1985, p. 245.

²⁶² Idem.

²⁶³ *O Nacional*, 24 de agosto de 1961.

²⁶⁴ SKIDMORE, Thomas E, 1985, p. 247.

perfume. Parabéns ao JQ, com votos de que ele também se preocupe com a alta do custo de vida e baixe um decreto, pois cada dia a vida se torna pior.²⁶⁵

Podemos concluir corretamente que “Quadros gastava muito de sua energia em assuntos sem importância”, e somando-se a isso sua crescente impopularidade devido às medidas de reforma cambial, Jânio finalmente descobrira o “custo político do combate à inflação”.²⁶⁶

Ainda na edição do dia 24, o colunista Adail Moraes do *Diário da Manhã*, expunha o artigo “Reforma e Latifúndio”, em que afirmava que

A atualidade que assumiu o programa de reforma agrária brasileiro passou a exigir de todos os homens conscientes uma atenção muito especial para o assunto. Pensam alguns que se trata apenas de uma Coqueluche nacional, destinada a passar daqui a pouco sem deixar sinais... Não nos parece assim. A reforma agrária ou a revisão agrária, ou reorganização agrária, ou estatuto da terra, segundo as preferências de cada passo manifestadas, não veio para a ordem do dia por acaso.²⁶⁷

O articulista declarava ainda que o assunto da reforma agrária era urgente e que “entrou na pauta dos problemas de maior urgência nacional, porque é um imperativo, traduz um anseio incontido de enormes multidões e atende a uma tendência clara e firme da humanidade”. Para isso era necessário meditar “nas palavras da recente encíclica *Mater et Magistra*”. Uma ressalva, no entanto, era feita

Há entretanto, equívocos e precipitações que devem ser esclarecidas desde logo. Para muitos, reforma agrária se resume em desapropriar terras dos grandes fazendeiros, dividi-las em lotes agrícolas e distribuí-las, entregá-las a todos quantos não tenham terras. Quem conhecer a lei paulista [...], saberá que, ali, o que se quer é elevar os índices de produtividade, estimular o reflorestamento, elevar as condições de habitação rural, promover a luta contra a erosão e incrementar a pequena propriedade econômica, utilizando, em primeiro lugar, as terras do Estado.²⁶⁸

Na primeira página de sua edição de 25 de agosto, o *Diário da Manhã* retratou a esperada visita do presidente Jânio Quadros ao Rio Grande do Sul, que se iniciaria no dia

²⁶⁵ *Diário da Manhã*, 24 de agosto de 1961.

²⁶⁶ SKIDMORE, Thomas E, 1985, p. 241.

²⁶⁷ *Diário da Manhã*, 24 de agosto de 1961.

²⁶⁸ Idem.

seguinte: “Tudo preparado para a hospedagem do Chefe da Nação, sua família e comitiva – JQ chegará às 11 horas, partindo dia 30 para Manaus”²⁶⁹, já o vespertino *O Nacional* não teve edição naquele dia, provavelmente aguardando o rumo dos acontecimentos, devendo já ter notícias, ainda que desencontradas, da renúncia de Quadros, uma vez que tratava-se de um jornal vespertino. O clima eufórico, porém um pouco desconfiado quanto à visita do presidente ao estado dominava a edição. No dia 28 de agosto seria instalada, em Porto Alegre, a Presidência da República, “naquela ideia de governo-itinerante, que começara em Recife, meses antes”²⁷⁰. Todos os preparativos já haviam sido feitos, como nos conta Tavares, “Por decisão do governador, os alunos das escolas primárias estaduais, com bandeirinhas do Brasil e do Rio Grande, receberiam o presidente ao longo do trajeto do aeroporto ao centro”²⁷¹. Entretanto, a cena política já havia mudado, baseada nos atos de seu maior protagonista.

G. R. Brown, em sua coluna semanal “*Em cinco minutos*”, no *Diário da Manhã*, fez uma explanação acerca da entrevista de Carlos Lacerda à televisão, o que segundo ele,

tinha um objetivo: arrancar dinheiro do Governo Federal. [...] O presidente JQ, ante a ameaça de uma tremenda crise em seu Governo, resolveu ceder e liberou uma verba de 2 bilhões de cruzeiros, do “Fundo do Trigo”, para o Sr. Lacerda resolver os problemas mais urgentes da Guanabara. Coação indiscutível, para não usar um termo mais pesado, como, por exemplo, chantagem.

Jânio Quadros, que sempre afirmou que não age sob coação de ninguém, desta vez teve que se curvar. Fez as vontades do Diretor da “*Tribuna da Imprensa*” de medo que fosse desencadeada uma campanha contra o seu governo. E Lacerda saiu vitorioso.

Todavia, afigura-se-nos [sic] que o Jânio Quadros apenas está adiando a crise governamental que se avizinha a olhos vistos. Só não a vê quem não quer.²⁷²

E criticou a aproximação com a URSS

É indiscutível que a disposição de Jânio de estabelecer amplas relações com a União Soviética e com todos os países do mundo, sem olhar o regime, mas tendo em mira, tão somente, as vantagens de ordem econômica – é indiscutível que esta disposição do Chefe do Governo está provocando a mais irredutível oposição a tudo o que existe de mais reacionário no país, e de tudo o que representa interesses estrangeiros aqui dentro. Jânio está sofrendo a mais dura pressão destes grupos. Não demora, os ataques abertos serão desencadeados. A chamada “imprensa séria”, “sadia” abrirá

²⁶⁹ *Diário da Manhã*, 25 de agosto de 1961.

²⁷⁰ TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado. Luzes e sombras do Movimento da Legalidade. Porto Alegre, L & PM, 2012, p. 12.

²⁷¹ Idem.

²⁷² *Diário da Manhã*, 25 de agosto de 1961.

baterias, francamente. E teremos a crise governamental. Crise de consequências imprevisíveis, como se costuma dizer...²⁷³

Após a renúncia de Jânio, Brizola fez contato com o coronel Riedel Osório, sobrinho de Oromar Osório, que viajou até Santiago, a fim de “sondar o tio e comandante da 1ª Divisão de Cavalaria, quanto ao seu apoio” ao movimento pela posse de Jango. Ao final da tarde, Riedel Osório regressou, “com o apoio garantido e um pedido: que o Estado providenciasse 11 trens com vagões de carga e uma centena de caminhões”, pois o general Oromar “já começava a preparar a operação de deslocamento de suas tropas rumo a São Paulo”.²⁷⁴

No dia 26 de agosto, sábado, tanto *O Nacional* quanto *Diário da Manhã* retrataram a renúncia em letras garrafais. No *Diário da Manhã* que circulou naquele dia, a manchete foi “Jânio Quadros renunciou a Presidência da República!”, a matéria, limitava-se a reproduzir os fatos divulgados pela *A. N.*²⁷⁵ e pela *A.P.*²⁷⁶ Também da *A. N.* era a matéria “João Goulart, Presidente da República”, explicando que

O vice-presidente João Goulart, que encontra-se em Hong-Kong [sic], na China Comunista, foi chamado urgente para voltar ao país, a fim de assumir à presidência da República.

De acordo com a Constituição Federal, o Sr. João Goulart, com a renúncia do Sr. Jânio Quadros, será empossado no cargo de presidente dos Estados Unidos do Brasil, provavelmente amanhã, quando está previsto o seu regresso. [...]²⁷⁷

Também foi noticiada “A posse do Sr. Ranieri Mazzili”, numa pequena nota no fim da primeira página, uma reprodução de notícia da *A.P.*

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004, p. 42.

²⁷⁵ A *Agência Meridional de Notícias*, primeira agência de notícias do Brasil, fundada em 1931 por Assis Chateaubriand, com sede no Rio de Janeiro, e destinada a suprir, com fotos e reportagens, os veículos dos Diários e Emissoras Associados; à época, só existiam cinco empresas similares no mundo: *Associated Press*, *United Press*, *Havas*, *Reuters e Wolff*. Conforme DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre, L & PM, 2005, p. 13.

²⁷⁶ A *Associated Press* é uma agência de notícias americana que possivelmente é a mais antiga e a maior agência do mundo, tendo sido fundada em Maio de 1846. A *Associated Press* é uma cooperativa cujos proprietários são os jornais e estações de rádio e televisão norte-americanas que contribuem para a *A.P.* Vários meios de comunicação social são assinantes da *A.P.*, pagando uma taxa para usar o material veiculado pela agência, mas não são membros da cooperativa.

²⁷⁷ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

Às 17 horas, o presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Rainieri Mazzili [sic], acompanhado de todos os deputados presentes nesta Capital, dirigiu-se ao Palácio do Planalto, onde recebeu o Governo da República das mãos do 2º sub-secretário [sic] da Presidência da República.

É esta a segunda vez que o Sr. Mazzili assume a suprema magistratura da Nação, na qualidade de Presidente da Câmara Federal. Depois de empossado, o presidente interino, como primeira providência, telegrafou ao vice-presidente João Goulart, que se encontra na China em missão do Governo brasileiro, a fim de que regresse ao Brasil com a máxima urgência para assumir a Presidência da República.²⁷⁸

Uma escolha interessante nesta edição do *Diário da Manhã*, a reprodução de uma notícia veiculada pela *Última Hora* “Esperado hoje o novo presidente”, da agência de notícias *U. P. I.*²⁷⁹, de um correspondente que encontrava-se em Hong Kong.

O vice-presidente João Goulart que se encontra nesta cidade recebeu, surpreso a informação oficial da renúncia do presidente Jânio Quadros da Presidência República do Brasil. O Sr. João Goulart, que vem de receber um chamado urgente para regressar ao seu país, a fim de assumir a presidência da República, deverá deixar esta cidade, ainda hoje, em avião especial a jato.²⁸⁰

O impacto da renúncia no Rio Grande do Sul também foi tema daquela edição do *Diário da Manhã*, sob o título “O Governador Brizola lamenta a renúncia do pres. Jânio Quadros”, juntamente com mais algumas notícias que relatavam um “Comício em frente da Prefeitura e passeata popular favorável aos Srs. João Goulart e Jânio Quadros” e “Manifesto dos Estudantes e do Comando Sindical”. Segundo o informe “A renúncia do Presidente Jânio Quadros está polarizando as atenções portoalegrenses, dando margem a uma série de conjecturas e temores pela sorte do regime”. Isto teria motivado um comunicado de Brizola, que

falando pela rádio [*ilegível*], manifestou a sua profunda surpresa pelo ato do Chefe do governo dizendo que o Rio Grande do Sul associava-se às manifestações de solidariedade que estavam sendo levadas ao Presidente.

O governador Leonel Brizola manifestou-se apreensivo, em virtude da crise irrompida no país, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, adiantando que o regime não será alterado, e que as forças a reação encontrarão o povo mobilizado em defesa da Constituição e das liberdades públicas.²⁸¹

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ A *United Press International* (UPI) é uma agência de notícias internacional, fundada em 1907, e com sede nos EUA. Foi pioneira em muitas áreas na cobertura e distribuição de notícias em todo o mundo.

²⁸⁰ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

²⁸¹ Idem.

Já finalizando a notícia conjunta vinha a pequena nota “Reina a paz no Estado”, divulgada pela *A. N.* afirmando que “O Secretário da Segurança e o Chefe de Polícia, interpelados pela imprensa, adiantaram que estavam recebendo informações de todos os municípios do Estado e em todos eles reina a mais absoluta calma”.²⁸² Entretanto, no Rio de Janeiro, a situação era diferente, como é possível verificar na notícia “Apedrejada a “*Tribuna da Imprensa*”, divulgada pela *A. N.*, a qual relatava que

Uma apreciável massa popular, ao anoitecer, investiu contra o prédio onde funciona ‘A Tribuna da Imprensa’, jornal dirigido pelo Sr. Carlos Lacerda, governador do Estado, apedrejando-o e tentando incendiá-lo.

Não fosse a enérgica intervenção da polícia, o jornal seria empastelado.

O Rio de Janeiro está sendo patrulhado pela Polícia Militar e forças do Exército. O Palácio Guanabara está sendo guardado por forte contingente militar. É que o Sr. Carlos Lacerda é apontado pelo povo, como um dos responsáveis pela renúncia do presidente Jânio Quadros.²⁸³

Entretanto, ao contrário do que afirmava a manchete do jornal, em Passo Fundo, foram comprados “vinte revólveres calibres 38 e 32 e farta munição e, produzidos uniformes com distintivo para o grupo”.²⁸⁴ E, na cidade vizinha, Carazinho, “centenas de voluntários foram alistados”, no decorrer da Campanha da Legalidade, chegando-se, até mesmo a “tomar a sede da prefeitura, em razão da resistência do prefeito, Ernesto José Anoni, que insistia em aguardar a adesão do Exército para se somar ao movimento”, vários estabelecimentos comerciais passaram a ser guardados pela Brigada Militar, como “postos de combustíveis e lojas de ferragens”, a rádio local foi “encampada” e a Legião Brasileira de Assistência “abriu postos de inscrição para mulheres, que atuariam como enfermeiras em caso de guerra civil”.²⁸⁵ Encerrando a página, estava o “Texto da carta-renúncia do presidente Jânio Quadros”, divulgado pela *A.P.*, antecedido de uma breve explicação “É o seguinte o texto integral da carta-renúncia do Presidente Jânio Quadros, entregue ao Congresso às 15 horas de hoje, contendo graves denúncias contra grupos estrangeiros que o levaram à renúncia”.

Na mesma data, 26 de agosto, o jornal porto-alegrense *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, exibiu a manchete “JQ vítima de Lacerda”, e uma carta de Brizola, além de um

²⁸² Ibidem.

²⁸³ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

²⁸⁴ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004, p. 43.

²⁸⁵ Idem, p. 44.

editorial, apoiando o movimento que se iniciava. A carta de Brizola começava com um clamor:

Cumpre-nos reafirmar a nossa inalterável posição ao lado da legalidade constitucional. Não pactuaremos com golpes ou violências contra a ordem constitucional e contra as liberdades públicas. Se o atual regime não satisfaz em muitos de seus aspectos, desejamos o seu aprimoramento e não a sua supressão, o que representaria uma regressão e o obscurantismo²⁸⁶.

O editorial do dia, do *Diário de Notícias*, não poupava críticas aos

“... elementos responsáveis pela vida pública tem sobre seus ombros a grave e séria incumbência de trabalhar para manter a tranqüilidade [sic] e a ordem sob a cobertura das leis que nos regem e da constituição na qual se baseia nossa forma de vida e na qual se consubstanciam, ainda, as instituições da República”²⁸⁷.

O *Nacional* também apresentou o texto da carta renúncia em sua edição do dia 26 de agosto, mas ao invés de reproduzir a notícia de outras agências, optou por editar o texto original, assinando com as iniciais *O. N.* A manchete era “Apelo no sentido da ordem, conagraçamento e respeito”, e também comentava a nota enviada a Mazzili, além da carta de renúncia.

O editorial do *Diário da Manhã*, intitulado “A lógica da política”, iniciou com uma análise da postura de Jânio durante a campanha presidencial

Quando candidato à suprema magistratura da Nação por todos os recantos deste país, na tribuna da imprensa, pelo rádio difusão, o Sr. Jânio Quadros entre as suas promessas ao povo, sempre destacou que se fosse eleito presidente da República, o nosso país manteria relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, frisando que era compromisso seu o reatamento das relações do Brasil com a União Soviética e seus satélites.

Argumentava o Sr. Jânio Quadros que os Estados Unidos, a França, a Inglaterra e inúmeros outros países democráticos mantinham as melhores relações diplomáticas e comerciais com os países socialistas, principalmente com a União Soviética, que adquiria produtos do nosso país através dos Estados Unidos e de outros países com os quais mantínhamos intercâmbios comerciais.

Apesar dessas declarações peremptórias do candidato doas oposições ao Governo da República, os comunistas brasileiros, não dando crédito às suas afirmativas,

²⁸⁶ DE GRANDI, Celito. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre, L & PM, 2005, p. 120.

²⁸⁷ Idem, p. 121.

negaram-lhe a preferência do voto e antes acompanharam o candidato situacionista, o marechal Henrique Teixeira Lott.²⁸⁸

E, a seguir criticou as atitudes da “cúpula udenista” e de Carlos Lacerda

Assim, cumprindo o que prometeu ao povo, como candidato, o Sr. Jânio Quadros perde o apoio daqueles que lutaram pela vitória de sua candidatura, como no caso Sr. Carlos Lacerda e inúmeros outros líderes da cúpula udenista, que deveriam conhecer melhor do que ninguém as declarações e os compromissos públicos do candidato, que agora, como Presidente, os está cumprindo. É estranhável essa atitude do Governador da Guanabara, que, por sinal, foi o líder mais categorizado da campanha janista em todo o país, que agora entende que o Presidente não deve cumprir o que prometeu ao povo, como candidato.²⁸⁹

Depois, analisa a “lógica da política”, considerando

interessante, nessa conjectura da política nacional, o apoio que o Presidente Jânio Quadros vem recebendo dos seus adversários, como no caso do Vice-Presidente João Goulart e do Governador Leonel Brizola, aquele, companheiro de chapa do Marechal Lott, este, líder vigoroso da campanha eleitoral do ex-Ministro da Guerra no Rio Grande do Sul, e noutros Estados da Federação.²⁹⁰

E, enquanto Lacerda ameaçava renunciar por “estar em discordância com a política externa do seu companheiro Jânio Quadros”, o “Governador Leonel Brizola, em declarações à imprensa da Capital do Estado, afirmou que está empenhado em propiciar “dias inesquecíveis ao Chefe da Nação, durante a sua permanência em Porto Alegre”. O editorial termina afirmando que “Tudo isso demonstra que a lógica da política nacional é a do absurdo, e que seus líderes ora estão no palco, ora na platéia [sic], e vice-versa”.²⁹¹

Um artigo intitulado “Impressões de Viagem – VIII”, assinado por Francisco Sales Guimarães, traçava um perfil comparativo entre “as unidades do sul do país” e “as demais”, afirmando que

²⁸⁸ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

²⁸⁹ *Idem*.

²⁹⁰ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

²⁹¹ *Idem*.

Lá os governos municipais e estaduais concorrem para estimular o progresso citadino, agrícola e industrial, porque não criam tantos impostos e taxas elevadas como só acontece no Rio Grande do Sul.

É evidente que a tributação elevada sobre os prédios residenciais, comerciais e industriais, desestimula a todos a construir.

Infelizmente, no sul, os administradores entravam o crescimento das cidades e das vilas exigindo impostos e taxas proibitivos aos proprietários de prédios e aplicando tributação quase irrisória sobre os terrenos baldios.²⁹²

Causa espanto a manutenção de uma nota, publicada na coluna “Diversas”, sendo que, como sabemos, Jânio Quadros já havia renunciado. Com o título “Presidente do Uruguai”, informava que

Deverá visitar o Brasil no próximo dia 5 de setembro, o Presidente do Uruguai, Sr. Victor Haedo, a fim de avistar-se com o Presidente Jânio Quadros. O Presidente uruguaio, juntamente com o brasileiro, assistirão à grande parada militar de 7 de setembro no Rio. Será recebido, também, em ato solene, pelo Supremo Tribunal Federal.²⁹³

Em sua primeira página, logo abaixo do texto da carta de Jânio, *O Nacional* divulgou ainda a manchete “Manifestações, no Rio de Janeiro, contra os órgãos anti-janguistas [sic]”²⁹⁴. A notícia parece atuar de maneira oposta à manchete principal, “Apelo no sentido da ordem, congraçamento e respeito”, pois enquanto a primeira possui um tom moderador, respeitoso, a outra afirma que a “Embaixada Americana” foi “atacada no Rio” e que há possibilidade de uma “greve geral no R. G. do Sul”, e que houve, ainda, “suspensão das aulas em todo o país”²⁹⁵.

Em meio a essas notícias, outra, com o título “Jango deve assumir”, assinada pelo *O Nacional*, afirmava que

Falando nesta cidade [Singapura], o vice-presidente do Brasil, João Goulart, viajando a bordo de um avião da ‘Britisc Airways’ [sic], declarou sua surpresa pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, mas acredita que a ordem deve ser mantida. João Goulart partiu de Singapura às 3 horas e meia (hora de Brasília), devendo fazer escalas em diversas capitais européias [sic]”. Declarava, a seguir que “Segundo

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ *O Nacional*, 26 de agosto de 1961.

²⁹⁵ Idem.

notícias que circulam em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, João Goulart renunciaria em solidariedade ao Presidente Jânio Quadros.²⁹⁶

Segundo *O Nacional*, Brizola “telefonou para a base aérea de Cumbica, apresentando sua solidariedade ao Presidente Jânio Quadros” e a Assembleia Legislativa gaúcha “está, através dos líderes de todas as bancadas, solidária com o presidente Jânio Quadros”.²⁹⁷

O periódico *O Nacional* não descuidou de divulgar a repercussão dos fatos em Passo Fundo, na notícia “Ordem e tranqüilidade [sic] em Passo Fundo”, declarando que

Assim como em todo o Estado, a ordem e a tranqüilidade [sic] reinam em Passo Fundo, estando o povo atento aos acontecimentos, dentro daquele espírito de alta compreensão cívica que caracteriza os passofundenses [sic]. O 1º Tenente Luiz Carlos Pereira da Silva, Comandante do I/20º R. C., já ontem, após as comemorações do Dia do Soldado, colocou as tropas federais em prontidão, por determinação superior, aguardando as ordens emanadas do 3º Exército. Da mesma forma o Coronel Francisco Samuel Jofre Tomatis, Comandante do 2º Batalhão Policial (Brigada Militar), mantém seus subordinados atentos aos acontecimentos, de conformidade com as instruções do Comando Geral da Brigada.

Não há qualquer novidade relacionada com os acontecimentos do País. A população passofundense [sic] está acompanhando os fatos com muita tranqüilidade[sic] e compreensão. Já na manhã de hoje, por outro lado, não houve aulas nas escolas passofundenses [sic], e não haverá, também, segunda-feira, de conformidade com portarias das autoridades da Educação federal e estadual²⁹⁸.

O clima, na cidade, era de feriadão para alguns, pois “em virtude de 28 de agosto ser ‘Dia do Bancário’, as filiais e agências de Bancos de Passo Fundo não darão expediente segunda-feira [...] devendo reabrir terça-feira, no horário habitual”,²⁹⁹ além disso, também não haveriam aulas nas escolas, na segunda-feira. Ainda nesta edição, várias matérias relataram as comemorações do “Dia do Soldado” na cidade, bem como outras colunas costumeiras, como “Puericultura”, “Cine Clube Notre Dame” e a coluna “Registros Sociais”.³⁰⁰ Ao que parece, os passo-fundenses não haviam tomado conhecimento, ou mesmo se apercebido da gravidade da situação política no Brasil e no Rio Grande do Sul, o que é compreensível, visto que notícias e rumores corriam incertos pelo país.

Enquanto o *Diário da Manhã* “procurou entrar em contato com as figuras de maior projeção na vida política e administrativa do município, assim como os comandantes das

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ Ibidem.

²⁹⁸ *O Nacional*, 26 de agosto de 1961.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Ibidem.

unidades do Exército e da Brigada Militar, aqui sediados”,³⁰¹ *O Nacional* trazia a “Nota Oficial da Câmara Municipal de Passo Fundo”, onde o grupo de vereadores

Manifesta sua disposição de lutar e sua confiança nos homens públicos no sentido de que seja encontrada uma fórmula constitucional que permita ao Presidente Jânio Quadros concluir, o mandato que o povo livre do Brasil lhe outorgou [...] Repele, por conseguinte, qualquer tentativa de golpe contra as instituições republicanas, partam de onde partirem [...]³⁰²

E apelava a todo o povo de Passo Fundo

[...] no sentido de que apóiem [sic] a atitude do Órgão legislativo Municipal, como legítimo representante da vontade popular. Ao mesmo tempo manifesta sua confiança no mesmo povo e nas autoridades para que sejam mantidas a ordem e a tranquilidade [sic] públicas.³⁰³

Mostrando que estavam a par da situação nacional, “Os Estudantes da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Passo Fundo”, utilizaram o matutino *Diário da Manhã* para lançar um “Manifesto”, no qual, entre outras coisas, “Acusam forças econômicas poderosas do exterior como responsáveis pelos graves acontecimentos, em uma indébita interferência em nossos assuntos e em uma verdadeira afronta à nossa soberania [...]”.³⁰⁴

Em Carazinho, cidade próxima, a “resistência”, comandada por Romeu Barleze, montou um ousado plano que, entretanto, não chegou a ser colocado em prática: devido à necessidade de armas, a “Brigada Militar foi orientada a assaltar o quartel do Exército em Passo Fundo”, temia-se a reação das guarnições de Passo Fundo e Cruz Alta, que ainda não se haviam pronunciado favoravelmente à legalidade. Nesse caso, seria preciso “conter as tropas que sairiam de Cruz Alta para socorrer o quartel passo-fundense”. Para atrasar os soldados, seriam feitas as seguintes ações: “os trilhos da estrada de ferro foram besuntados com azeite; uma ponte sobre o Rio Jacuizinho ficou abarrotada de dinamite e as mulheres da cidade

³⁰¹ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

³⁰² *O Nacional*, 26 de agosto de 1961.

³⁰³ Idem.

³⁰⁴ *Diário da Manhã*, 26 de agosto de 1961.

decidiram preparar um suculento lanche”.³⁰⁵ Todos os esforços eram válidos, na campanha pela legalidade.³⁰⁶

No dia 27 de agosto, um domingo, *O Nacional* não possuía circulação, ficando a cargo do *Diário da Manhã* divulgar as notícias do dia. Em tom alarmista, a manchete era “O Brasil à beira do abismo!”, que, reproduzindo uma notícia assinada como “D”, onde se afirmava que “A Nação ainda sob o impacto emocional da renúncia do Presidente Jânio Quadros” e “No Rio, a crença geral é que o vice-presidente João Goulart, que ainda não regressou ao país, não assumirá o poder”, as notícias eram vagas e frequentemente desconstruídas, o que reflete a confusão política do país no momento.

Na madrugada do dia 27 de agosto, Brizola proferiu um discurso na sacada do Palácio Piratini, o que logo veio a repercutir no *Diário da Manhã* do mesmo dia.

[...] O ambiente no Estado é de ordem. O Governo do Estado, atento a esta grave emergência vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se, inclusive, em permanente contato e entendimento com as autoridades militares e federais. O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E, seu Governo, instituído pelo voto popular – confiem os riograndenses [sic] e os nossos irmãos de todo o Brasil – não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever.³⁰⁷

Ainda no dia 27, no *Diário da Manhã*, já se admite a possibilidade de um golpe contra Jango “Admite-se que Jango encontra-se num país vizinho [sic], acompanhando os acontecimentos – O Governador Leonel Brizola e o momento nacional – Pretendem implantar um governo de coalizão no país – Jânio deixou Cumbica – Comício em S. Paulo”.

O editorial do dia transmite a apreensão do momento político do país, e sob o título “A Renúncia do Presidente”, afirma que

Na sua carta-renúncia, o Presidente Jânio Quadros não explicou os motivos verdadeiros que o levaram a renunciar a primeira magistratura da Nação. Não o explicou, pro [sic] patriotismo ou porque não lhe foi possível ser sincero e exato ao povo, principalmente aos que nele depositaram a mais ilimitada das esperanças. Refere-se, o Presidente demissionário, apenas às forças da reação, e como entendeu a não lhe ser possível manter-se no poder, preservando a paz entre os brasileiros, preferiu abandonar a luta, capitulando, vencido, mas levando para o recesso do seu lar a consciência tranqüila [sic] de quem soube ser digno, patriota e honrado.³⁰⁸

³⁰⁵ KUHN, Dione, 2004, p. 44.

³⁰⁶ Ressaltamos a possibilidade de *duplo sentido*, quanto à expressão “*suculento lanche*”.

³⁰⁷ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 504.

³⁰⁸ *Diário da Manhã*, 27 de agosto de 1961.

Apesar de afirmar que Jânio Quadros teve a conduta de um homem “digno, patriota e honrado”, o editorial frisa que

O episódio da renúncia do Presidente Jânio Quadros, coloca muito mal o nosso país perante o mundo e constitui um atestado eloqüente [sic] de que ainda gravitamos na órbita de uma republiqueta sul-americana de classe inferior, onde impera o direito da força e não a força do Direito.³⁰⁹

A preocupação com a imagem do Brasil no exterior é grande, mas há ainda a possibilidade de que um “senhor oculto” esteja dirigindo a política interna do país.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, ficou evidenciado que no Brasil, a vontade do povo não tem valor algum; que o povo não manda e nem governa; que a soberania popular é uma farsa; que existe um “senhor” oculto que põe e dispõe; que empossa e golpeia um Presidente eleito pela vontade da maioria do eleitorado. O regime Democrático, a rigor, não existe, pois não dispomos de soberania. Vive a Nação à mercê da vontade do individualismo ambicioso e caudilheiro [sic], e temos uma constituição que muito se assemelha à de São Martinho, onde o Presidente governava, como podia e enquanto podia.³¹⁰

Ao fim do editorial, impera o sentimento catastrófico em relação ao futuro

Incontestavelmente, vamos de mal a pior. Se os dias atuais são difíceis, piores, muito piores serão os do amanhã, sempre incertos, inseguros para os brasileiros que lutam pela sobrevivência, vítimas dos desmandos, da prepotência, da rapinagem, do engodo e da demagogia desenfreada. Pobre país, desgraçado povo!³¹¹

Ao que parece o colunista que se assinava como G. R. Brown partilhava da mesma opinião do editor, pois em sua coluna “Em cinco minutos” também se mostrava cauteloso quanto às razões da renúncia de Jânio, pois nomeou de “Uma colônia chamada Brasil”, seu texto do dia.

³⁰⁹ Idem.

³¹⁰ Ibidem.

³¹¹ Ibidem.

Já não se pode ter nenhuma dúvida, por mais que os debochados ou mal informados digam o contrário: o Brasil é uma colônia e seria uma palhaçada comemorar o 7 de Setembro, depois do que aconteceu na sexta-feira, última, dia 25, sete anos depois de igual ocorrência.

Os grupos econômicos – os trustes, monopólios e quejandos [sic] – dos Estados Unidos da América do Norte são o nosso patrão, o nosso senhor.

Getúlio Vargas foi levado ao último desespero pela pressão destes grupos – e isso deixou documentado antes de suicidar-se.

Jânio Quadros, sete anos depois, é levado ao mesmo desespero e à renúncia pelos mesmos grupos, - e isso deixou documentado antes de renunciar.

Quem ainda duvidava, agora vê a situação definida.

Deus é Deus e Maomé é o seu profeta.

Os trustes são os trustes e Carlos Lacerda é o seu representante.

O deslavado Governador da Guanabara deve ter, forçosamente, ordenado mensal, pago fartamente pelos grupos econômicos norte-americanos que defende aqui, com unhas e doentes.

Carlos Lacerda é o inimigo número um do Brasil. O mais cínico, o mais descarado, o mais repelente dos traidores que o país teve em toda a sua História. [...]

O sr. Jânio Quadros tem agora, o dever indeclinável de citar nomes, de fazer denúncias frontais desmascarando as forças que agem nas sombras. Getúlio Vargas não o fez porque suicidou-se. Mas, Jânio Quadros está vivo. Tem o dever, como brasileiro, de fazer uma denúncia clara, objetiva, insofismável à Nação.

Se não o fizer, estará, também, traindo a Pátria, por omissão.

Se for necessário um banho de sangue, se for inevitável a guerra civil para a afirmação da nossa soberania – então que venha o banho de sangue, que se desencadeie a guerra civil.

É melhor morrer com um fuzil na mão do que arrastar-se, abjectamente [sic], lambendo a sola do sapato dos que nos infamam.³¹²

É bom lembrar que o *Diário da Manhã* estava afinado com as notícias vindas de Porto Alegre, pois neste mesmo dia, domingo, 27 de agosto, Brizola havia conseguido “[...] publicar nos jornais locais [Porto Alegre], como matéria paga, dois manifestos – o do marechal Lott, que foi censurado no Rio de Janeiro, e um outro, escrito por Hamilton Chaves, retocado por ele, Brizola, ambos repudiando o golpe”.³¹³

Na defesa do regime, na defesa da ordem legal e das liberdades públicas, acredito que nós, gaúchos, pelo nosso passado, pelas nossas tradições, saberemos nos inspirar, esquecendo nossas diferenças. O Rio Grande do Sul comparece perante a Federação como uma unidade. O governo do Estado não pactuará com qualquer golpe nas instituições e que venha a acarretar o cerceamento das liberdades públicas.³¹⁴

³¹² *Diário da Manhã*, 27 de agosto de 1961.

³¹³ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 70.

³¹⁴ *Idem*, p. 71.

A partir desta edição, é possível perceber uma crescente admiração, ou talvez reconhecimento, para com as atitudes de Brizola, que encarnava o cidadão engajado politicamente, ativo na cena política do país.

Desde que irrompeu a crise nacional, com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o governador Leonel Brizola vem se mantendo atento acompanhando a marcha dos acontecimentos.

O governador Leonel Brizola, praticamente, não dorme há 72 horas e tem mantido inúmeras conferências telefônicas com os governadores dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Estado do Rio, e de outras unidades da Federação. O Palácio do Governo continua repleto de autoridades estaduais e políticos, dia e noite. O ambiente no Piratini é de intensa atividade e grande nervosismo.

Por seu turno, a Assembleia Legislativa continua em reunião permanente. Até este momento, a situação é de calma.³¹⁵

Na segunda-feira, 28 de agosto, foi a vez de *O Nacional* colocar-se como principal veículo de notícias, já que o *Diário da Manhã* tradicionalmente não circulava neste dia da semana.

Se, até então, o tom das reportagens e manchetes tentava acalmar os ânimos e tranquilizar a população, a partir de sua edição de número 9.855, *O Nacional* adotou uma posição assumidamente radical, devido, principalmente, aos pronunciamentos de Brizola na “Cadeia da Legalidade”, com a manchete: “P. Alegre em pé de Guerra”.

Esta Capital está em pé de guerra. Tropas da Brigada Militar guarnecem o Palácio Piratini e a Assembleia Legislativa. Todos os pontos estratégicos são guarnecidos por contingentes armados, prontos para uma ação de resistência.

Na [ilegível] esteve o povo no dia de ontem ansioso para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. A calma prevaleceu a bem da ordem pública. A polícia civil, a guarda civil e todas as unidades militares de prontidão.³¹⁶

A reportagem relatava ainda que as

rádios foram lacradas – As Rádios Farroupilha e Gaúcha tiveram seus transmissores lacrados, suspendem suas emissões por ordem expressa do ministro da Guerra, marechal Odílio [sic] Denys. O executor da ordem foi o diretor do DCT [Departamento de Correios e Telégrafos] na capital gaúcha.³¹⁷

³¹⁵ *Diário da Manhã*, 27 de agosto de 1961.

³¹⁶ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

³¹⁷ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

Hamilton Chaves, então assessor de imprensa de Brizola, levava os manifestos para que fossem lidos nas principais rádios de Porto Alegre³¹⁸. Mas, na medida em que os textos eram lidos, as emissoras iam sendo interditas: funcionários dos Correios e Telégrafos, acompanhados de soldados do Exército, lacravam os transmissores.³¹⁹ Assim surgiu a ideia de formar a Rede da Legalidade, que, em seu auge, chegou “atingir mais de 200 estações de rádio de todo o país”³²⁰. É fato que Brizola “fazia uso maciço da mensagem radiofônica [...] desde seus tempos de candidato a deputado estadual, em 1946”³²¹ e que continuou a fazê-lo após a Legalidade, entre 1963 e 1964, quando utilizou a “Rádio Mayrink Veiga em apresentações quase diárias e à frente de uma cadeia de várias emissoras espalhadas para os diversos Estados”³²². Mas apesar do hábito de utilizar o rádio como agente de mobilização, outro fator importante favoreceu o sucesso de Brizola: a popularização do radinho de pilha, mais barato e bem menor que os aparelhos tradicionais. De acordo com o general Antônio Carlos Muricy³²³:

O rádio de pilha fazia com que todo mundo no Rio Grande, inclusive os soldados, sargentos e tenentes estivessem ouvindo a Cadeia da Legalidade, porque isto era o que havia (no rádio). Este movimento foi empestando o Rio Grande do Sul e eu senti, pela primeira vez, a importância do que se chama guerra psicológica. Com a guerra psicológica eu vi, em dois dias, o Rio Grande se transformar. O Rio Grande que tinha a metade ou mais contra o Brizola, se transformou em ardoroso defensor do Brizola.³²⁴

O poder das ondas do rádio também impactou Passo Fundo, como se pode ver na manchete de *O Nacional*, de 28 de agosto: “Dramática proclamação do Governador do Rio Grande do Sul!”. A fonte da notícia é apontada como a Rádio Guaíba

³¹⁸ FELIZARDO, Joaquim José. *A Legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988, p. 47.

³¹⁹ BRIZOLA, Leonel de Moura, 2004, p. 72.

³²⁰ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 102.

³²¹ *Idem*, p. 96.

³²² *Ibidem*.

³²³ Em 1964, o Gal. Antônio Carlos Muricy seria um dos articuladores, do golpe civil-militar que ocorreria, anos depois, em 1964. Para maiores informações: MURICY, Antônio Carlos da Silva. *Antônio Carlos Muricy I (depoimento, 1981)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 768 p. dat.

³²⁴ *Ibidem*, p. 97.

O Governador [sic] do Estado, compareceu, hoje, novamente, ao microfone da emissora Guaíba, dirigindo-se ao povo riograndense [sic] e brasileiro em tom verdadeiramente dramático, para fazer impressionantes declarações, esclarecendo a população sobre os últimos acontecimentos que ocorrem no país.

Com a voz um tanto rouca e com expressões emocionantes, o sr. Leonel Brizola tornou a tecer amplos comentários relacionados com a grave conjuntura política que o país vive.³²⁵

Brizola, assim como muitos outros políticos de seu tempo, sabia do poder da palavra, da capacidade que a voz possui para despertar sentimentos, e é bem verdade que “até o fim de seu último suspiro, Brizola fazia questão de se dizer um homem do rádio”³²⁶.

Seus discursos, até então sempre contundentes, visavam, agora, mobilizar a população para resistir ao golpe, como podemos comprovar na reportagem “Brizola fez gravíssimas acusações”:

É provável que esta seja a última vez que vos fale, meus patrícios do Rio Grande e de todo o Brasil – disse o governador, mas tenho de o fazer sobre as horas que vivemos.

Adiantou que, na manhã de hoje, recebeu a visita do comandante do III Exército, gal. Machado Lopes, com quem conferenciou. Este militar colocou o chefe do Executivo ao par das ordens oriundas das altas autoridades militares do país, anunciando que o Ministro da Guerra determinou a maior vigilância em torno aos atos do Governador do Rio Grande do Sul e que o Exército e Aeronáutica tinham ordens expressas para adotar as medidas que se fizessem necessárias.

Brizola, expressando uma tonalidade grave em suas revelações, demonstrou que o Governador do Estado estava ameaçado de ser deposto, mas que com seus companheiros e amigos (reunidos no Palácio), jamais abandonará o seu posto, resistindo a qualquer investida, nem que seja esmagado, destruído em defesa da legalidade. Conclamou o povo para comparecer à frente do Palácio Piratini, para protestar contra qualquer ato violento, dizendo que confia no patriotismo e na serenidade dos generais, oficiais, sargentos e praças do III Exército, que jamais exercerão atitudes contra a soberania popular.³²⁷

Brizola não esqueceu de salientar seu posicionamento político, afirmando que

[...]

- que nada temos a ver com russos ou americanos. Mas temos a coragem de declarar que somos contra esses trustes e monopólios que oprimem o povo brasileiro.

- que através de uma emissora, por intermédio do repórter Esso, soube esta noite que o gal. [sic] Odílio Denys, Ministro da Guerra determinou severo patrulhamento de todos os principais aeroportos [sic] do país, com ordens de prender o vice-presidente

³²⁵ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

³²⁶ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 96.

³²⁷ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

João Goulart, tão logo êste [sic] pise em solo brasileiro e que se opunha à sua posse no gôverno [sic] do país.³²⁸

Segundo Dias (2009, p. 51) o discurso de Brizola, “indica traços marcantes da personalidade da liderança de Brizola, a força dos discursos através das ondas da rádio da legalidade, apresenta um apelo simbólico moldando o imaginário social”.

Nesta mesma edição, havia sido veiculada uma nota, confirmando rumores de que haveria uma ordem para bombardear o Palácio Piratini.

Notícias divulgadas às 13 horas pela Rádio Guaíba informam que a Aeronáutica recebeu ordens para bombardear o Palácio Piratini, tendo rechassado [sic] a determinação o gal. José Machado Lopes, comandante do III Exército, não acatou medidas do Ministério da Guerra.

[...]

A FAB recebeu ordem de bombardear o Palácio Piratini, mas negou-se a obedecer. Os elementos da Aeronáutica, em Pôrto [sic] Alegre, estão apoiando, incondicionalmente o Govêrno [sic] do Estado. A ordem é luta. Todos estão obedientes ao lema: - “Constituição e Legalidade”.³²⁹

O clima em Porto Alegre era de alarme, pois “todos os residentes nas cercanias do Palácio Piratini estão abandonando suas casas ante a eminência de acontecimentos mais graves”³³⁰, além disso, no “Palácio Piratini, processou-se farta distribuição de armas. Cerca de 3 mil estudantes estão portando armas e munições, havendo manifestações públicas pelas ruas, notando-se em postos chaves a presença de civis, com armas de guerra”³³¹, ou seja, todos preparavam-se para um possível combate, afirmando-se inclusive que “se verificar-se algum ataque ao Palácio Piratini, será deflagrada a greve geral, o que já é certo, sendo totalmente cortada, no Estado a energia elétrica”³³².

Enquanto isto, em Passo Fundo, circulavam dúvidas a respeito do paradeiro de Jango, e, a fim de esclarecê-las, *O Nacional* veiculou o que Brizola havia dito, mais cedo, na “Cadeia da Legalidade”:

[...]

³²⁸ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

³²⁹ *Idem*.

³³⁰ *Ibidem*.

³³¹ *Ibidem*.

³³² *Ibidem*.

O sr. Leonel Brizola informou que na manhã de hoje comunicou-se telefonicamente com o sr. João Goulart, cientificando-se dos acontecimentos no país. O vice-presidente encontra-se em Paris, segundo adiantou o Governador. Brizola afirmou que, em sua palestra com Jango, deixou a seu critério o seu retorno ao Brasil, mas sua opinião era de que o vice-presidente deveria desembarcar em Brasília ‘trazendo um de seus filhos pela mão e sem portar nem um revólver, indo assumir o seu ponto, fossem quais fossem as conseqüências [sic]’.

Mas – disse Brizola – si [sic] assim desejar, Jango deveria rumar a algum país da América Latina, sugerindo o Uruguai, donde poderia fortalecer a ‘cidadela da legalidade’, valendo-se do território daquele [sic] vizinho país, baluarte da Democracia.³³³

O Nacional, também reproduziu o manifesto veiculado pela *Agência Nacional*, “Mazzili tranqüiliza [sic] a nação! Manifesto do Presidente da República em Exercício”, que havia sido “recém lido”, às 19h30 min., “através das emissoras do País e transmitidas pela Agência Nacional”³³⁴.

O sr. Ranieri Mazzili, nesta mensagem, dirige-se ao povo, declarando que reina tranqüilidade [sic] em todo o país; desmente os boatos de que o Congresso Nacional fôra [sic] fechado, acentuando que, no desempenho do alto posto que lhe foi confiado, à frente do Poder da República, não vem sofrendo quaisquer pressões, como foi propalado. [...] o sr. Ranieri Mazzili acentúa [sic] que a Constituição será respeitada, alertando a todos para que tenham cuidado com as notícias tendenciosas, partidas de “agitadores profissionais”.³³⁵

Esta notícia, quando comparada às outras, teve um destaque bem menor, e, devido às afirmações de Brizola, através do Rádio, os leitores poderiam entender, sem medo, que o interesse do grupo por trás do veto a Jango, que aquela mensagem não passava de uma mentira.

Quanto à posição do 3º Exército, a curta notícia “III Exército com a Legalidade!” relatava que após receber o gal. Machado Lopes, Brizola retribuiu-lhe a visita, “agradecendo a solidariedade do III Exército à causa da legalidade”, e que “o fato vem causando repercussão pública, visto que a posição do III Exército não estava até ali bem definida. Agora, entretanto, segundo comunicação categórica do Palácio Piratini, para todo o Estado e País, sabe-se que o III Exército fez frente comum, na causa da legalidade”.³³⁶

³³³ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

³³⁴ *Idem*.

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

Aos poucos, *O Nacional* divulgava nomes de políticos e agremiações favoráveis à Legalidade, como o deputado Fernando Ferrari, o governador Cid Sampaio, de Pernambuco, Juracy Magalhães, governador da Bahia e Lauro Borges governador de Goiás e também, uma “Comunicação do comando do 2º Batalhão Policial”, uma entrevista com o prefeito de Porto Alegre, José Loureiro da Silva.

Na nota “Os acontecimentos em Passo Fundo”, é possível ver a crescente mobilização da população local, atendendo aos clamores de Brizola

Desde sábado, quando lançou sua proclamação ao povo, a Câmara de Vereadores tem estado em sessão permanente inclusive ontem, domingo, quando fez uma das mais importantes reuniões, perante grande número de assistentes que lotaram completamente o recinto, contando com a presença do prefeito municipal. Também desde sábado, as patrulhas do 2º Batalhão Policial (Brigada Militar), guarnecem todos os pontos estratégicos de Passo Fundo, notadamente as repartições públicas e jornais, reinando a mais absoluta ordem em toda [sic] a cidade. Sábado, ainda, realizou-se o comício da Federação Universitária Passofundense [sic], às 20:30 horas no Altar da Pátria, falando vários oradores, no sentido da posse do sr. João Goulart, de conformidade com a Constituição. [...]

Graças às medidas tomadas pelas autoridades militares e policiais, a cidade de Passo Fundo não registrou nenhuma anormalidade, havendo ordem nas ruas e nos lares, com todos confiantes nas forças das nossas autoridades.³³⁷

O *Diário da Manhã* de terça-feira, 29 de agosto de 1961, estampava a manchete “Terceiro Exército decide-se pela legalidade!”, trazendo como destaque a notícia:

O Rio Grande do Sul transforma-se no baluarte da defesa da Carta Magna da República – O Comandante do III.º Exército, General José Machado Lopes, recusou obediência às ordens do Ministro da Guerra – 5ª. Zona Aérea, sob o comando do Brigadeiro Passos, recusou-se a bombardear o Palácio Piratini – Noticiário geral sobre a situação em todo o país.³³⁸

Além de informar os fatos, o periódico elogiava a decisão de Machado Lopes, pois

Esta decisão, a única compatível com a dignidade, a honra e a consciência do dever de um chefe de um chefe militar, veio dar maior alento à causa do Rio Grande, estabelecendo um clima de confiança e fraudando as esperanças das forças que

³³⁷ *O Nacional*, 28 de agosto de 1961.

³³⁸ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

pensavam em concretizar, em tôda [sic] sua extensão, o golpe contra as instituições democráticas.³³⁹

E, que a decisão do gen. Machado Lopes havia produzido bons resultados e sua influência se fazia sentir em todo o Estado.

Assim que as fôrças [sic] federais sediadas no Estado tomaram posição firme em defesa da Constituição, as emissoras que não estavam transmitindo voltaram ao ar e formou-se uma grande cadeia radiofônica, integrada, também, com a maioria das emissoras do interior do Estado, transmitindo, ininterruptamente, todos os acontecimentos desta capital e definindo-se, francamente, pela defesa da legalidade.³⁴⁰

E, esta “corajosa decisão” refletiu-se em muitos outros Estados do país, como em Goiás, “Goiás com a legalidade”, e até mesmo no Rio de Janeiro, haviam ocorrido inúmeras “agitações”, conforme relatava a notícia veiculada pela A. P.

Ocorreram nesta cidade violentas manifestações estudantis contra o governador Carlos Lacerda e em favor da posição adotada pelo Governador do Rio Grande do Sul, que se dispõe a defender a legalidade, com o apôio [sic] das fôrças federais daquele Estado. A polícia foi forçada a intervir, efetuando várias prisões e dispersando os manifestantes com gás lacrimogêneo. O fato ocorreu na hora do “rush”, estabelecendo tremenda confusão.³⁴¹

A notícia da adesão do 2º Exército, publicada pelo *Diário da Manhã*, e veiculada também pela A. N., foi considerada um grande avanço:

O comandante do Segundo exército, general Oswaldo de Araújo Motta, declarou em comunicado que o Segundo Exército tomou tôdas as providências necessárias à perfeita manutenção da ordem em todo o território de sua jurisdição. As Fôrças [sic] Armadas estão coesas em respeito à Constituição. Reina a mais completa ordem. E absoluta calma em todo o Estado, é que há compreensão por parte do povo paulista neste transe difícil por que passa a nação, tendo, também, encontrado solidariedade e cooperação das autoridades estaduais e municipais.³⁴²

³³⁹ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁴⁰ *Idem.*

³⁴¹ *Ibidem.*

³⁴² *Ibidem.*

A atuação de Brizola mereceu reconhecimento, na reportagem reproduzida do *Diário de Porto Alegre*.

Na hora decisiva: dramático e impressionante pronunciamento do governador Leonel Brizola. A morte é melhor que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Suas últimas palavras foram: Adeus, Rio Grande, querido! Pode ser que seja, realmente, o nosso adeus!

[...]

Foi dramático e impressionante o pronunciamento do Governador Leonel Brizola, traumatizando a opinião pública e exacerbando o ânimo do povo, em defesa da legalidade.³⁴³

Quanto a João Goulart, a U. P., afirmava que “Dentro de 48 horas João Goulart promete estar no Brasil”.

O jornal “Última Hora”, desta capital, em edição extraordinária, divulgou, com grande destaque, na sua primeira página, a seguinte mensagem recebida do sr. João Goulart, vice-presidente da República:

- “Dentro de 48 horas estarei no Brasil para assumir o govêrno [sic] ou morrer!”

Os círculos políticos, admitem que o vice-presidente João Goulart regressará diretamente à Brasília, sede do governo, para assumi-lo em virtude da renúncia do presidente Jânio Quadros e de acôrdo [sic] com o que determina a Constituição da República.³⁴⁴

Apesar dos vários avanços, ainda havia muita oposição à posse de Jango, como fica claro na notícia “Ministros Militares não querem o regresso de Jango”, divulgada pela A. N. e reproduzida pelo *Diário da Manhã*:

O presidente Ranieri Mazzili dirigiu ao vice-presidente do Senado, senador Moura Andrade, a seguinte mensagem: “Tenho a honra de comunicar à V. Excia. que, na apreciação da atual situação política criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, os ministros militares, na qualidade de chefes das Fôrças [sic] Armadas, responsáveis pela ordem interna, manifestaram-me absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, o regresso ao país do vice-presidente João Goulart”.³⁴⁵

O editorial do dia tratava da “Ordem Legal”, prevista na Constituição, porém

³⁴³ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ *Ibidem*.

Lamentavelmente, isso não aconteceu. Os velhos e incorrigíveis golpistas tentaram e ainda tentam garrotear a Constituição, com objetivo de ocuparem o poder contra a vontade do povo, amparados pelo Direito da Força.³⁴⁶

A solução que se apresentou contra os “golpistas de plantão” se apresentou em uma pessoa: Brizola. “A reação do País a esses propósitos golpistas foi feita de imediato. O primeiro homem a ocupar-se a barricada da legalidade foi o Governador Leonel Brizola”.³⁴⁷

Seu posicionamento corajoso, além de várias outras qualidades, foram alvo de elogios, por meio do editorial do *Diário da Manhã*.

Tomou posição clara e definitiva, reagindo contra as manobras golpistas que visavam impedir, pela força das armas, a posse do Vice-Presidente da República no posto de primeiro mandatário da Nação. Passando da palavra à ação, o Governador do Rio Grande do Sul mobilizou as forças de opinião pública, dirigindo-se, de instante em instante, pelo rádio, ao povo brasileiro, cientificando-o que estava decidido a lutar pela preservação da Constituição e das Leis em vigor até o limite de suas forças, e pela causa da legalidade constitucional estava disposto ao sacrifício de sua própria vida.³⁴⁸

Entretanto, as atitudes dos militares eram analisadas com certa desconfiança, pois

os responsáveis pelos destinos das classes armadas, os mais ilustres chefes militares, receberam os propósitos golpistas do regime, com visível desconformidade. As primeiras reações dos chefes militares às manobras dos aventureiros já estão chegando ao conhecimento público, razão pela qual temos a impressão de que o país encaminha-se para a normalidade, o que ocorrerá logo que o Vice-Presidente da República chegue ao poder, ora ocupado por força da Constituição, pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

O que o periódico considera aceitável, não é outra coisa, senão a ordem legal, constitucional.

Nas eleições de 3 de outubro do ano passado, o povo brasileiro elegeu, livre e soberanamente, o Presidente e o Vice-Presidente da República.

³⁴⁶ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁴⁷ *Idem*.

³⁴⁸ *Ibidem*.

Com a renúncia do Presidente, por força da Constituição e pela vontade do povo, o Vice-Presidente é obrigado a assumir a Presidência e nela manter-se até o término do mandato popular.

Isso é o legal, o normal, o constitucional. Fora disso, é o golpe, a trapaça, o esbulho e a derrocada das instituições, o que levaria este país ao caos.

Precisamos preservar a ordem legal, sob pena de sermos indignos de nós mesmos, dos nossos antepassados e das nossas tradições de dignidade e altivez.³⁴⁹

Na visão do *Diário da Manhã*, “O Brasil não pode, de forma alguma, ser transformado em republiqueta sul-americana da última ordem, desprezível e desprezado pelo mundo civilizado”.³⁵⁰

G. R. Brown, autor da coluna “Em cinco minutos”, decidiu pronunciar-se favoravelmente à posse de Jango, e, ainda mais, ao posicionamento de Brizola

Acabamos de ouvir o corajoso, desassombrado, enérgico e heróico [sic] pronunciamento do Governador Leonel Brizola, às 11 horas e oito minutos desta manhã de segunda-feira, dia 29 de agosto. O Governador do Estado, considerando a atitude ditatorial e fascista do Ministro da Guerra, Sr. Ovídio Denny, afirmou que Denny é louco e desatinado.

Realmente, Denny só pode estar louco: quer lançar o país no caos total, na desgraça da guerra fratricida, que oferecer em holocausto ao Moloch da reação, que ele encarna no momento, o sangue do povo brasileiro!³⁵¹

E, o autor, ao que parece, como todo o Rio Grande do Sul, engajou-se na luta pela legalidade.

Mas, o que faremos nós diante disso? Ficaremos aqui, parados, passivos?

Não! A palavra de ordem dos verdadeiros patriotas dos verdadeiros brasileiros é a resistência aos inimigos do Brasil, representados, neste momento, pelo Ministro da Guerra.

Nosso lema, gaúchos, é um só: o Governador Leonel Brizola, por encarnar, neste momento, a ordem jurídica do país, - o Governador Leonel Brizola é intocável.³⁵²

Para G. R. Brown,

³⁴⁹ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁵⁰ *Idem*.

³⁵¹ *Ibidem*.

³⁵² *Ibidem*.

Qualquer atentado que se perpetrar contra o Governador do Estado, constituirá um atentado à Constituição, um atentado à dignidade nacional, uma bofetada na soberania nacional, porque nós todos sabemos que está por trás da crise criminosa a que o Brasil foi lançado: os interesses dos grupos econômicos internacionais e, mormente, dos Estados Unidos da América do Norte.³⁵³

Os contagiantes pronunciamentos de Brizola no rádio parecem ter, realmente, afetado todo o Estado, e suscitaram memórias de “outros tempos” de “luta contra a tirania”.

Nós não podemos capitular. A ação contra o Governador Leonel Brizola será contra todo o Rio Grande do Sul, contra todo o seu passado de glórias e contra o seu presente histórico e predestinado.

O povo do Rio Grande, todos nós, se ocorrer a hipótese brutal deste inominável crime, deste hediondo atentado, - tem o dever indeclinável de sair às ruas, de pegar em armas e reagir, banhando-se em sangue, mas morrendo com dignidade!³⁵⁴

O futuro era incerto, mas para o colunista, era necessário “obedecer a nossa consciência”, mas “ante a atitude de louco furioso, de traidor da democracia, de assassino da Constituição que assumiu o Sr. Odylio Denny, em má hora escolhido para posto chave de Ministro da Guerra, - ante esta atitude de louco furioso, só podemos responder de armas na mão!”³⁵⁵

Também na coluna semanal “Pílulas Políticas”, Brizola foi homenageado:

O Governador Leonel Brizola assumindo desassombradamente [sic] o comando da resistência legalista projetou-se no cenário federal, como o maior líder, credenciando-se sobremaneira no conceito de todos dos cidadãos.

Redimiu-se inteiramente de qualquer falha cometida pelo seu governo. Igualou-se em bravura e heroísmo com os antepassados farroupilhas e com seu feito passará à história para o engrandecimento da Pátria estremecida.³⁵⁶

E, segundo o *Diário da Manhã*, em Passo Fundo, predominava uma “Sensação de alívio e desafôgo [sic]”

³⁵³ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁵⁴ *Idem*.

³⁵⁵ *Ibidem*.

³⁵⁶ *Ibidem*.

Depois da dramática proclamação do Governador Leonel Brizola, às 11 horas e 8 minutos de ontem, ao Rio Grande do Sul e a todos o Brasil, a notícia de apôio [sic] do 3º Exército e da Quinta Zona Aérea à causa da legalidade trouxe uma sensação de alívio e desafôgo [sic] aos passofundenses [sic] e a todo o Rio Grande. O povo voltou a sorrir nas ruas e a palestrar animadamente. Desapareceu a terrível tensão que transtornava as fisionomias e crispava os nervos.³⁵⁷

O sentimento geral, seria era que se “estabeleceu a paz em tôdas [sic] as consciências e a forte esperança no desenrolar pacífico dos acontecimentos, sem ser necessário o derramamento de sangue”, tudo isso, graças a “liderança do governador Leonel Brizola”.³⁵⁸

Enquanto o *Diário da Manhã* preferiu descrever a situação em palavras, *O Nacional* optou por utilizar grandes fotos, para relatar a emoção do momento.

A primeira imagem tem o título “Desafio ao Bombardeio!”, e é seguida de uma legenda bastante emotiva: “Uma grande multidão manteve-se à frente do Palácio do Piratini, como que desafiando o cumprimento do bombardeio que estava sendo esperado contra a casa onde reside o comando das forças legalistas”.³⁵⁹ Esta manchete ecoava a edição da *Última Hora*, de Porto Alegre, “Sargentos da FAB impediram ontem o bombardeio do Palácio Piratini”.³⁶⁰ Segundo Barros

O advérbio de tempo – “ontem” – erro simplório no título de um jornal diário, sobretudo um jornal com texto tão moderno como UH, tinha uma decisiva razão informacional e política que o justificava e até o exigia. O fato não fora no domingo, quando Brizola anunciou a resistência e formou a Rede da Legalidade, mas na segunda-feira quando os militares golpistas tiveram certeza de não poder mais contar com as tropas do III Exército para a repressão golpista. A tentativa de usar bombardeios da FAB foi a confissão explícita do fracasso militar do golpe.³⁶¹

Um indício da clara sintonia entre *O Nacional* e *Última Hora*, ainda mais quando o periódico passo-fundense contava com um informante *in loco*: Tarso de Castro, filho de Múcio de Castro, dono de *O Nacional*, era repórter de *UH*, e acompanhava o desenrolar dos fatos diretamente do Palácio Piratini.³⁶²

A segunda imagem retrata Brizola no momento de seu apelo ao Gal. Machado Lopes, uma figura bastante ilustrativa do momento: Brizola praticamente em movimento, com um dedo em riste, o rosto cheio de emoção, alguém segura-lhe o microfone da rádio. O título

³⁵⁷ *Diário da Manhã*, 29 de agosto de 1961.

³⁵⁸ *Idem*.

³⁵⁹ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁶⁰ BARROS, Jefferson. *Golpe Mata Jornal*. 1ª edição. Porto Alegre: JÁ Editores, 1999, p. 103.

³⁶¹ *Idem*, p. 103.

³⁶² *Idem*, p. 90.

também não deixava a desejar: “à véspera de um ataque no Palácio Piratini”. A legenda afirmava que

Às 10 hs. [sic] da manhã de ontem confirmou-se a notícia! Foi determinado ataque aéreo ao Palácio Piratini. Brizola foi à sala onde funciona a Rádio da Legalidade e fez [sic] veemente pronunciamento, mostrando-se disposto a tudo a favor dos que lutam pela legalidade. Durante três horas todas as atenções voltaram-se para a casa do govêrno [sic] do RGS. O ambiente era de tensão e nervosismo. Todos, porém, permaneceram em seus postos.³⁶³

Além de divulgar as notícias nacionais e estaduais, *O Nacional* também reproduziu a notícia “O Brasil à margem da guerra civil!”, da AFP³⁶⁴, de Bogotá, dando ao leitor uma ideia de como estava sendo vista a crise sucessória brasileira: “Eis alguns títulos garrafais que se encontram na imprensa colombiana, quando à crise reinante no Brasil, face a renúncia de Jânio Quadros. ‘O Exército impedirá, no Brasil, a posse de Goulart’. ‘O regresso de Goulart pode ser a chispa que fará explodir o barril de pólvoras’.”³⁶⁵

A imagem seguinte é de Brizola e Machado Lopes, cercados de oficiais e membros do governo na sacada do Palácio Piratini, a manchete é “Contra o Golpe – A favor do povo!” e afirma que “após uma conferência na qual o chefe militar definiu a posição de seus soldados: contra o golpe e a favor do povo. Milhares de pessoas que se encontravam, na ocasião, em frente ao palácio, deliravam de alegria e aplaudiam grandemente o histórico encontro”.³⁶⁶

Havia ainda uma foto menor, encabeçada pelo título “Não cumpro ordens que impliquem em derramamento de sangue do povo”, a imagem mostrava um grupo de soldados e as cercas de arame farpado, utilizadas para guarnecer o prédio do 3º Exército:

Nas imediações do Quartel General do IIIº. Exército foram colocadas cercas de arame farpado como medida de segurança. Parte foi retirada quando o Comandante Machado Lopes foi conferenciar com Brizola depois de tomar conhecimento das intenções golpistas de grupos nacionais. “Não cupro ordens que impliquem em derramamento de sangue do povo” – esclareceu.³⁶⁷

³⁶³ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁶⁴ Agence France-Presse, agência de notícias francesa, fundada em 1835, em Paris.

³⁶⁵ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

Também na edição deste dia, *O Nacional* traz uma declaração de Luiz Carlos Prestes, na qual afirmava que Jânio Quadros “aos invés [sic] de resistir à pressão dos grupos golpistas e apoiar-se nas forças populares, haja preferido demitir-se”³⁶⁸, e também havia uma “conclamação do senador Juscelino Kubitschek”, alegando que “Todos os processos que conduzam para fóra [sic] da lei são extremamente perigosos!”³⁶⁹, tanto o líder comunista quanto o ex-presidente apoiavam a legalidade constitucional.

Além destas notícias, *O Nacional* trazia uma notícia informativa “aos pais de menores”, avisando que “às 11,05 [sic] horas, de ontem, o governador Brizola fez um apelo aos pais para que chamem seus filhos, que se encontram nos colégios, fazendo-os retornar aos lares”.³⁷⁰ Por causa disto, o “Secretário da Educação e Cultura do Estado, sr. Justino Quintana, determinou, na manhã de ontem, que as aulas nas escolas públicas sejam canceladas até ulterior deliberação, em face dos acontecimentos que estão ocorrendo”.³⁷¹

Na última página de sua edição de 29 de agosto, além de estampar pequenas notas como “Mazzili contrário ao regresso de Jango”, “Todas as emissôras [sic] com a legalidade”, *O Nacional* deu destaque a outras lideranças políticas gaúchas, em especial Fernando Ferrari, que teve dois pronunciamentos reproduzidos nas notas “O que importa mais que tudo é a legalidade – palavras do deputado Fernando Ferrari” e “Manifesto de Ferrari ao Rio Grande”, no qual reafirmava “sua fé na sobrevivência do regime”, nesta “hora de angústia”.³⁷² Além disto, a opção por reproduzir imagens nesta edição se mostra mais uma vez, ao incluir duas fotos do Palácio Piratini cercado por barricadas e soldados, sob o título “Barricadas em defesa da Legalidade”, demonstrando toda a tensão face ao iminente ataque aéreo.

As fotos registram aspectos da grande movimentação verificada nas últimas horas de ontem, junto ao Palácio Piratini, quando foi anunciado um ataque ao govêrno [sic]. Enquanto o povo, na rua, manifestava sua disposição de luta os soldados da Brigada Militar mantinham-se atentos a todos os movimentos armados o [sic] colocados junto aos sacos de areia.³⁷³

O Nacional também não deixou de noticiar os “Comentários nos círculos políticos norte-americanos”, segundo a AFP, “Caiu como uma “bomba” em Washington a notícia da demissão do presidente brasileiro Jânio Quadros”. E, até mesmo os “funcionários do

³⁶⁸ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁶⁹ *Idem*.

³⁷⁰ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁷¹ *Idem*.

³⁷² *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁷³ *Idem*.

Departamento de Estado encarregados das questões latino-americanas” haveriam se reunido “apressadamente em conferência para estudar as eventuais repercussões deste acontecimento”.³⁷⁴ Ainda, de acordo com a notícia, “o que constituiu o maior elemento de surpresa foi o momento escolhido pelo chefe de estado Brasileiro para renunciar as suas funções”. Os norte-americanos estariam

À espera de mais amplas informações sobre as causas profundas da sensacional demissão do Presidente Quadros, as esferas oficiais norte-americanas se limitam pelo momento a referir-se à campanha de imprensa desencadeada desde há várias semanas contra o chefe de estado, algumas de cujas iniciativas de aproximação com a URSS e a China Comunista haviam sido friamente acolhidas.³⁷⁵

A manchete do *Diário da Manhã* de 30 de agosto de era “Jango declara que assumirá, mas somente depois de um acordo com todas as forças responsáveis do país”. O subtítulo da matéria afirmava que o “vice-presidente João Goulart concedeu entrevista a imprensa em Paris” e que “Não poderá ser estabelecido govêrno [sic] algum a não ser através de um acôrdo [sic]”, e que “já partiu para a Europa o ex-presidente Jânio Quadros”.³⁷⁶

A segunda notícia com maior destaque na edição era “Comando do III Exército: Não aceitamos nenhuma solução fora da Constituição”, e afirmava que o “General Machado Lopes deixou absolutamente Lara a situação do III Exército pela defesa da Constituição”, havendo o “comandante do Exército legalista” enviado “radiograma aos I, II, IV e V Exércitos”. A campanha pela legalidade não estava mais restrita ao Rio Grande do Sul, pois “governadores do Ceará, Santa Catarina, Goiás, Piauí, Amazonas, Bahia e Espírito Santo apoiam o Estado do Rio Grande do Sul” haviam aderido ao movimento.

Segundo o *Diário da Manhã*, Carlos Lacerda havia “implantado o terror na Guanabara”, impondo “poderosa censura em jornais, emissoras, numerosas prisões e fugas revelam a ditadura do Governador guanabarino”.

A “posição do Rio Grande do Sul na defesa da legalidade” era “clara”, conforme a notícia “Governador Leonel Brizola lança veemente manifesto à Nação”.

O governador Leonel Brizola, na noite de hoje, depois de conceder entrevista coletiva a dezenas de jornalistas de todos os pontos do Brasil e do exterior, dirigiu a palavra ao povo do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil, através da Rêde [sic]

³⁷⁴ *O Nacional*, 29 de agosto de 1961.

³⁷⁵ *Idem*.

³⁷⁶ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

Radiofônica da Legalidade, explicando a posição exata do Rio Grande face à situação criada com a renúncia do presidente Jânio Quadros e a recusa dos Ministros militares de aceitar a posse do presidente constitucional do Brasil, sr. João Goulart.³⁷⁷

Durante a entrevista, Brizola disse que “gostaria que todo o povo brasileiro pudesse testemunhar o que se passa no Palácio Piratini, transformado em ‘cidadela da legalidade’”.³⁷⁸ E também,

Reafirmou que os que pretendem aplicar o golpe contra a Constituição são desatinados, insensíveis e inconscientes que só pensam na sua comodidade pessoal, esquecendo o povo brasileiro. Estão se conduzindo pelos seus caprichos e sentimentos inferiores e levando a Nação ao caos [sic], à desordem completa e ao desrespeito. Por isso o Govêrno [sic] e o povo do Rio Grande tomaram posição, resolvendo-se a lutar com tôdas [sic] as suas forças, até o fim, com o apôio do III Exército, pela manutenção da ordem jurídica, pelo respeito à Carta Magna da República.³⁷⁹

Segundo Brizola, “se os golpistas fecharem o Congresso, o povo reagirá”. E, fez questão de frisar que “a luta do Rio Grande não se dirige nem para Moscou, nem para Washington, mas para Brasília e para a preservação da ordem constitucional”³⁸⁰ concluído com um apelo “para todo o Brasil, lançando um manifesto veemente à Nação, para que se levante em defesa da legalidade, contra os golpistas, contra a ditadura”.³⁸¹

A estas alturas, havia o medo de que a “revolução” em curso pudesse “descambar” para uma “Revolução Vermelha”. Talvez pensando nisto, o *Diário da Manhã* tenha reproduzido a nota da A. N., do Rio de Janeiro, intitulada “Mensagem do Cardeal Motta”, na qual ele afirmava que

A situação criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, não deve servir para pretexto para qualquer alteração da ordem pública. A ordem deve ser conservada, assim como a tranquilidade da família e bem estar geral do povo [ilegível] brasileiros patriotas, devemos colocar a pátria acima dos interesses particulares.³⁸²

³⁷⁷ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁷⁸ *Idem*.

³⁷⁹ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁸⁰ *Idem*.

³⁸¹ *Ibidem*.

³⁸² *Ibidem*.

Ainda segundo o *Diário da Manhã*, o “povo da capital está se organizando em brigadas, a fim de reforçar o [ilegível] da legalidade. Até hoje, cerca de 40 mil voluntários se alistaram, sendo organizados em grupos de sobre-aviso [sic] para qualquer emergência”.³⁸³ O mais impressionante, segundo o Diário era que “esta força [sic] civil, que cresce a tódo [sic] momento”, e a cada dia “o povo formava um gigantesco Exército popular, para a defesa da legalidade”.³⁸⁴

No editorial do dia, “Agentes do Extremismo”, predominava a ideia de que “o regime democrático, quando bem compreendido, quando devidamente respeitado por todos, constitui a arma de que se utiliza o ser civilizado para enfrentar as ameaças dos extremistas, dos prepotentes e tiranos”.³⁸⁵

Para o *Diário da Manhã*, “inúmeras são as nações democráticas que mantêm relações diplomáticas e comerciais com países que ainda vivem sob o tacão da prepotência, sem que, todavia, corram o perigo de serem absorvidas e transformadas em senzalas de escravos”.³⁸⁶ E não haveria nisto perigo algum.

Podemos e devemos manter relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, desde que essas relações tragam benefícios ao Brasil e ao seu povo. Se a Rússia nos oferecer vantagens maiores que os norte-americanos ou ingleses, ou alemães, ou franceses, ou argentinos, vamos adquirir da Rússia o que necessitamos importar para o trabalho destinado a melhorar a condições de vida do nosso povo, visando, ainda, a independência econômica de nossa Pátria. Mas isso, dentro de uma condição: o Brasil, como Nação independente e soberana, não permite ingerência alguma de elementos ou potências estrangeiras na sua vida interna.³⁸⁷

E “para vencermos os extremistas”, que ameaçavam “o regime democrático” era necessário que “os nossos homens públicos, os nossos líderes, se conduzam nas posições de mando de maneira a dignificarem o regime, não decepcionando o povo e tornando-o ser civilizado com existência compatível com a dignidade humana”, pois

Num país onde existe Justiça Social, onde existe trabalho, onde existe progresso e desenvolvimento, onde não existe fome e nem miséria, onde não existe

³⁸³ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁸⁴ *Idem*.

³⁸⁵ *Ibidem*.

³⁸⁶ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁸⁷ *Idem*.

intranquilidade [sic] e apreensões, onde não existem oprimidos e opressores, jamais o comunismo ou outra ideologia extremista poderá vingar.³⁸⁸

Entretanto, afirma o editorial, “se atentarmos contra a Constituição, se desrespeitarmos a soberania popular, se violarmos as leis”, estaremos “abrindo as portas para a entrada do comunismo”, como “tentam fazer esses elementos golpistas que estão torturando e exacerbando a paciência do povo brasileiro”.³⁸⁹

G. R. Brown Palma, em sua coluna semanal, “Em cinco minutos”, escreveu uma crítica “O povo deve organizar-se”, desta vez, a crítica era dirigida a Ranieri Mazzili.

O Presidente interino do Brasil, deputado Ranieri Mazzili, demonstrou, claramente, que tem intenção de ficar no poder. Vejam só quem pretende, por uma circunstância do acaso, servir-se do poder: o sr. Ranieri Mazzili, o mesmo deputado que no período governamental de JK ocupou a Presidência por alguns dias e ficou completamente doido [sic]. Correu o Brasil de Norte a Sul, oferecendo-se banquetes a si mesmo, recebendo homenagens, inflando-se, inchando como o sapo da fábula. Ora, vejam a que extremos de calamidade chegamos!...³⁹⁰

Para o columnista “as únicas fôrças [sic] militares legais no Brasil, neste momento, são as do Rio Grande do Sul, representadas no 3.º [sic] Exército e na Brigada Militar do Estado” e, o “resto das Fôrças [sic] Armadas está fora da Lei, porque se recusa a cumprir sua missão, isto é, a defesa da legalidade democrática, a manutenção da Carta Magna, da Lei Maior da Constituição do Brasil”.³⁹¹

O clima de luta havia contagiado a todos e a legalidade era motivo mais do que justo para lutar

É por isso que a população civil não pode ficar de braços cruzados. É por este motivo que as autoridades civis devem arregimentar o povo para que êste [sic] povo lute, como militar, substituindo os militares traidores, ao lado dos militares verdadeiros, ao lado do 3.º [sic] Exército.³⁹²

³⁸⁸ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁸⁹ *Idem*.

³⁹⁰ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁹¹ *Idem*.

³⁹² *Ibidem*.

Toda a população deveria ser convocada e preparada para a luta, e eras das autoridades civis do Estado o

dever de formar brigadas populares, de organizarem o povo, estudantes, operários, tôda [sic] a população civil e até as mulheres voluntárias para lutar pela legalidade democrática, a legalidade da Constituição (não a ordem e a legalidade falsas que muitos inimigos do povo já estão espalhando para dividir a opinião pública).³⁹³

Atendendo aos apelos do governador e, seguindo o exemplo de Porto Alegre, o *Diário da Manhã* publicou uma pequena nota, na qual instruía a população quanto ao alistamento voluntário “Aberta inscrição de Voluntários em Passo Fundo; Prefeito Benoni Rosado requisitou o prédio onde funciona o Armazém SAPS”.³⁹⁴ Também foi criado o “Comité [sic] Feminino de P. Fundo Pró-Legalidade”.³⁹⁵ Apesar do clima crescente de tensão, haviam propagandas de filmes em cartaz nos cinemas de Passo Fundo.

A edição de *O Nacional* de 30 de agosto, novamente optou por incluir várias fotografias, além das reportagens. Entre as manchetes, encontramos “III Exército, coeso, não acatará ordens do Mal. Denys!”, “Inquietação na Guanabara!”, “Graves determinações do Min. da Guerra”, sobre a “exoneração dos comandos militares do 3º. Exército”, por parte do presidente “em exercício”, além de uma “veemente mensagem do escritor Érico Veríssimo ao Comandante do III Exército”, e o maior destaque da edição era a reprodução de uma imagem de João Goulart. A notícia afirmava “Jango rumará a B. Aires”

Substituto legal de Jânio, Jango vem observando atentamente a evolução da violenta crise política irrompida em sua Pátria. As notícias da última noite assinalam que o sr. João Goulart procura buscar uma fórmula para que se estabeleça um conagraamento das forças do país, de modo que s. Excia. [sic], como Presidente de direito, como presidente constitucional, assumo o poder da República, dentro de um clima de paz, ordem e tranquilidade, sem desavenças de ordem política, nem antagonismos. Só com um panorama assim reinante, João Goulart poderá conduzir o país ao seu supremo destino de nação democrática, livre e independente. As últimas notícias adiantam que Jango chegou a New York, procedente de Paris, devendo rumar, em seguida, via aérea, para Buenos Aires (Argentina)³⁹⁶

³⁹³ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁹⁴ *Idem*.

³⁹⁵ *Diário da Manhã*, 30 de agosto de 1961.

³⁹⁶ *O Nacional*, 30 de agosto de 1961.

A nota “Complô Reacionário do Brasil” – Comentários da Rádio de Moscou, afirmava que

Washington organizou o complô reacionário do Brasil, - comentou a Rádio de Moscou, referindo-se à atual crise brasileira. O comentarista abordou ainda a “impressionante e curiosa urgência” com que o Departamento de estado procurou desmentir a acusação de que estava comprometido com a demissão do sr. Jânio Quadros e a atual oposição do Exército em dar posse ao vice-presidente João Goulart.³⁹⁷

Ainda, segundo a Rádio “Mais de cem golpes de Estado na América Latina encontram explicação nos arquivos do Departamento de Estado e do Serviço Secreto Norte-Americano, onde se refletem as maquinações dos trustes e monopólios internacionais”. E, “depois de fazer alusão às circunstâncias que determinaram o suicídio do presidente Vargas, a Rádio de Moscou conclui dizendo: “Novamente uma mão estranha colocou-se em ação, fôrças [sic] hostis à independência e soberania do povo brasileiro”.³⁹⁸

A notícia “Defendendo a sede do Govêrno!” [sic], contava com a imagem de um soldado, postado à frente do Palácio Piratini, armado de um fuzil. A legenda da foto demonstrava a gravidade do momento: “Metralhadora na mão, os soldados da Brigada Militar estiveram a postos durante todos os instantes, nos últimos dias, em defesa do Palácio Piratini contra o qual se voltam as fôrças [sic] golpistas e reacionárias do Brasil”.³⁹⁹

O PDC de Passo Fundo foi mencionado na nota “PDC de Passo Fundo quer a Legalidade com a volta de Jânio Quadros”⁴⁰⁰, relatando esta que “Em data de ontem [sic], o dr. Anildo Sarturi, presidente do Partido Democrata Cristão, de Passo Fundo, enviou a seguinte mensagem ao deputado estadual Mario Mondino, líder da bancada pedecista na Assembléia [sic] Legislativa do Estado”:

Neste momento dramático de nossa história política, democratas-cristão da região serrana, aplaudem discurso ilustre deputado, sentido retornar legalmente ao Poder Jânio Quadros, síntese da esperança da maioria absoluta dos brasileiros, que, em flagrante desrespeito à Constituição, foi coagido à renúncia. Retorno à legalidade significa para nós o retorno de Jânio Quadros ao Poder. Abraços pedecistas, Anildo Sarturi.⁴⁰¹

³⁹⁷ *O Nacional*, 30 de agosto de 1961.

³⁹⁸ *Idem*

³⁹⁹ *Ibidem*.

⁴⁰⁰ *O Nacional*, 30 de agosto de 1961.

⁴⁰¹ *Idem*.

Também nesta edição, encontramos menção a diversos grupos favoráveis à Legalidade, entre eles: a “Igreja Metodista de P. Fundo”, “Liga de Defesa Nacional”, “Loja Maçônica Concórdia do Sul”, “LBA e Associação das Ex-Alunas do Notre Dame” e o “Comitê Feminino da Legalidade”.⁴⁰²

Assim como no *Diário da Manhã* de 30 de agosto, mantiveram-se os tradicionais anúncios de cinemas, com os filmes em cartaz na data.

Em 31 de agosto de 1961, a principal manchete do *Diário da Manhã* era “Terceiro Exército não recebe mais ordens do Ministro da Guerra”:

A enérgica atitude do comandante do III Exército, rompendo definitivamente com o titular da Guerra, para permanecer em defesa do regime vigente, está causando profunda repercussão nesta capital, entre civis e militares, que exaltam com entusiasmo a firme e resoluta atitude do ilustre soldado que tanto está honrando e dignificando o glorioso Exército de Caxias.⁴⁰³

O *Diário da Manhã* também noticiou que os “Jornais cariocas publicados em branco”, devido à censura imposta por Lacerda, e que “Lacerda foi expulso da Associação Brasileira de Imprensa”, “JK chama a Brasília vários governadores para exame da situação”, o ex-presidente estaria tentando unir “esforços para encontrar uma solução”. Mas as duas notícias de maior impacto eram sobre os ministros militares e o retorno de João Goulart ao Brasil. “Os Ministros Militares lançam manifesto contra a posse de João Goulart”, afirmava que

O manifesto dos três ministros militares foi enviado ao atual presidente da República e ao Congresso Nacional. Os ministros acusam o sr. João Goulart de simpatizante do comunismo e alegam que a sua presença no govêrno [sic] constitui perigo às instituições do Brasil. O documento, hoje divulgado em Brasília, está destinado a causar grande reação em todo o país, de vez que é evidente o propósito dos seus autores de subverterem a ordem legal do país.⁴⁰⁴

A informação mais aguardada era sobre o retorno de Goulart ao Brasil, reproduzida a partir da agência de notícias U. P. I., a reportagem afirmava que “O vice-presidente brasileiro

⁴⁰² *O Nacional*, 30 de agosto de 1961.

⁴⁰³ *Diário da Manhã*, 31 de agosto de 1961.

⁴⁰⁴ Idem.

foi recebido com honras de Chefe de Estado em Nova York”⁴⁰⁵ e que o “avião em que viaja o presidente constitucional do Brasil fará escalas no México, Panamá e em Buenos Aires, chegando ao término da viagem em Montevideú”. O mais interessante, porém, são as afirmações atribuídas a Kennedy: “mostra-se profundamente preocupado com a situação reinante no Brasil, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, ante a ameaça de desrespeito a Constituição. Afirmou Kennedy que a implantação de uma ditadura no Brasil deterioraria as relações entre os dois países”⁴⁰⁶.

O editorial do dia, “O dever do ex-presidente”, era bastante crítico a respeito da renúncia de Jânio Quadros, pois a “carta renúncia que o Presidente mandou entregar ao Congresso, não esclarece nenhum motivo forte, fazendo apenas referências ligeiras às “forças terríveis” que haviam se movimentado contra o primeiro magistrado da Nação”.⁴⁰⁷ O principal questionamento do texto era relativo à identidade das tais “forças terríveis”: “porventura, os chefes militares teriam exigido o afastamento do Sr. Jânio Quadros da Presidência?” O editor considerava que Jânio Quadros “está em dívida com a Nação e o povo brasileiro e deve-lhes uma explicação da inesperada atitude que tomou, abandonando o poder da República”, caso contrário sua “carreira política deve ser considerada definitivamente encerrada, e muito mal encerrada”.⁴⁰⁸

O *Diário da Manhã* também reproduziu uma nota curta do jornal *New York Mirror*, na qual este afirmava que

O Presidente Quadros procurou fazer extorsão com os Estados Unidos, no sentido de que carresse enormes donativos para o Brasil, formando uma associação com Fidel Castro e adotando progressivamente, uma política de neutralidade semelhante a de Nehru e Nasser. O Governo de Kennedy não se deixou extorquir. Quadros não pode encontrar solução para os problemas financeiros da Nação e, simplesmente, fugiu do cargo. Um homem sem coragem.⁴⁰⁹

Esta nota, publicada logo abaixo do editorial poderia ser o motivo do tom desaprovador do editor, uma vez que, ridicularizando o Jânio Quadros consequentemente o estaria fazendo também ao Brasil.

⁴⁰⁵ *Diário da Manhã*, 31 de agosto de 1961.

⁴⁰⁶ *Idem*.

⁴⁰⁷ *Diário da Manhã*, 31 de agosto de 1961.

⁴⁰⁸ *Idem*.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

A coluna “Em cinco minutos”, de G. R. Brown Palma, claramente sofreu a influência dos pronunciamentos e ideias de Brizola, ao denominar seu texto de “Solução radical”, o colunista liga Jânio Quadros e Getúlio Vargas, afirmando que ambos, em seus textos de despedidas tem “o mesmo tom, quase as mesmas palavras e fazem idêntica denúncia: a interferência dêstes [sic] grupos econômicos na alta administração do país e o cerceamento que fazem a tôdas as iniciativas que visem a libertação econômica do Brasil”.⁴¹⁰

Mas, segundo G. R. Brown Palma, nós

do Brasil, que estamos atingindo a idade adulta, não podemos continuar escravos dos interêsses [sic] dêstes grupos. Precisamos ter a coragem de denunciá-los também, de público; de combatê-los de frente, - não temendo a pecha de esquerdista que, automaticamente [sic], êstes grupos estrangeiros e os seus aliados internos (traidores do Brasil) nos lançam.⁴¹¹

Para o colunista, a verdade, agora, era clara: “o Presidente Getúlio Vargas foi assassinado, não por adversários políticos, mas pelos grupos econômicos dos Estados Unidos”.⁴¹² A partir daquele momento as “acusações puerís [sic]” como “ser classificado como agitador de esquerda, agente subversivo a soldo de Moscou, aliado de Fidel Castro” não mais surtiriam efeito, era necessário “combater de frente, sem reservas, os trustes, os monopólios estrangeiros que nos escravizam, que impedem o nosso progresso, que esmagam a nossa soberania”, pois a “solução radical para o Brasil reside na expulsão dos grupos econômicos que nos escravizam”.⁴¹³

Outro fato interessante a respeito desta edição é que apenas um dos cinemas da cidade manteve o anúncio dos filmes em cartaz, ao contrário do dia anterior, quando a maioria o fez.

O periódico *O Nacional*, mais uma vez, optou por incluir diversas imagens em sua edição de 31 de agosto.

A primeira grande imagem (aprox. 10cm x 08cm) da edição mostrava soldados com metralhadoras, no telhado do Palácio Piratini. A manchete era “Armas anti-aéreas [sic] para defesa do Palácio do Governo”. A legenda explicava que

⁴¹⁰ *Diário da Manhã*, 31 de agosto de 1961.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² *Diário da Manhã*, 31 de agosto de 1961.

⁴¹³ Idem.

Ontem, era previsto para qualquer momento um ataque aéreo ao Palácio Piratini! Em razão de tal fato inúmeras armas anti-aéreas estão instaladas na casa do govêrno gaúcho, conforme se verifica pela foto. Na noite de ontem – saliente-se – o Palácio ficou totalmente às escuras por um longo tempo, chegando-se a considerar certo um ataque antes do amanhecer.⁴¹⁴

Um fato curioso, em relação às tão famosas metralhadoras foi revelado em uma entrevista de Lemyr Martins a Cláudio Fachel Dias (2009), fotógrafo do Palácio Piratini, durante o governo de Brizola as “metralhadoras eram fotogênicas, mas elas não funcionavam, foram compradas pelo Flores da Cunha na Tchecoslováquia”.⁴¹⁵ A missão da fotografia neste momento era demonstrar que “os gaúchos estavam preparados para defender a causa da Legalidade, e que estavam fortemente armados – mesmo que as metralhadoras não funcionassem efetivamente, como imagem eram eficazes”.⁴¹⁶

A segunda imagem de maior destaque tinha o título “Exaltação do povo ao Gal. Machado Lopes” e tinha como foco a multidão em frente ao Palácio Piratini

Cêrca [sic] de quarenta mil pessoas estiveram reunidas na noite de ontem em frente ao Palácio Piratini, a fim de aplaudirem a tomada de posição do General Machado Lopes e protestar contra o ato de Mazzilli ao tentar afastar aquêle [sic] militar do comando do III^o. Exército. Machado prometeu ao povo: Se Cordeiro de Faria chegar a Pôrto Alegre será preso.⁴¹⁷

Uma pequena imagem de Brizola mostrava-o em um de seus discursos emocionados, na sacada do Palácio Piratini, “Brizola, ao lado de sua espôsa[sic], fala ao povo concentrado em frente à casa do Govêrno [sic], esclarecendo que não dará o primeiro tiro: ‘Quando formos atacados será a revolução!’”⁴¹⁸ Outra imagem, “Povo atento na salvaguarda das instituições!”, mostrava uma pequena multidão, no centro de Porto Alegre “em diversos locais da cidade de Pôrto [sic] Alegre, populares realizam comícios chamando o povo à luta em favor da legalidade”.⁴¹⁹

Apesar da intensa mobilização da sociedade, as notícias refletiam a crescente tensão, focalizando a possibilidade, cada vê mais real de um confronto militar “Proibidos vôos [sic]

⁴¹⁴ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴¹⁵ DIAS, Cláudio Fachel, História e fotojornalismo nas páginas do jornal Última Hora (RS): imprensa e política na crise da legalidade (1961). Porto Alegre, 2009, p. 88.

⁴¹⁶ REIS, Daniela Gôrgen dos. O Poder das imagens e as imagens do Poder: A representação política de Leonel Brizola, no episódio da Legalidade (1961).

⁴¹⁷ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴¹⁸ *Idem*.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

para o sul! - Por determinação do Departamento da Aeronáutica Civil, foram proibidos, agora à tarde, todos os vôos [sic] de aviões comerciais, de passageiros, para o sul do país”,⁴²⁰ e também na nota “Nave de Guerra ruma ao Rio Grande do Sul! - Notícias de última hora anunciam que, por ordem do Ministério da Marinha, acaba de partir, para o sul, “para impor a ordem”, a Força Tarefa, número 14, da Marinha de Guerra do Brasil”.⁴²¹ Segundo *O Nacional*, “Os comandos militares” tratavam “os gaúchos como REBELDES!”⁴²², de acordo com “os telegramas de São Paulo e Rio de Janeiro”, seria realizada, pelo “Ministério da Guerra”, uma “operação combinada da Fôrça [sic] aérea, Segundo Exército e Marinha” a fim de “desalojar os rebeldes do Rio Grande do Sul”.⁴²³ E, ainda de acordo com o Ministério da Guerra, a “rebeldia do Rio Grande do Sul é influenciada pelos Comunistas, e adeptos, do regime ditatorial de Fidel Castro” e que “a nossa formação cristã não pode conceber uma ditadura comunista que é contra os nossos mais sagrados princípios”.⁴²⁴

Esta edição de *O Nacional* trazia também a repercussão da renúncia na imprensa internacional, para o “*New York Times*”, “Jânio devia conservar-se no poder”. Segundo *O Nacional*, o “jornal norte-americano de hoje publica um editorial”, no qual afirmava que a “renúncia do Presidente Jânio Quadros nos traz rapidamente as implicações perigosas que eram de temer. Resulta difícil não compartilhar as críticas publicadas pelos jornais brasileiros. Jânio Quadros desertou de seu pòsto [sic]”.⁴²⁵ O periódico acrescentou ainda que “[...] Um presidente forte – e Jânio Quadros foi considerado um dêles [sic] – faria frente e superaria tais obstáculos. Não fugiria. É impossível não chegar à conclusão de que Jânio Quadros fêz [sic] um mau serviço a seu país”⁴²⁶, finalizando suas declarações o editorial declarava que “Goulart pode ser demasiado esquerdista para o gôsto, porém que um golpe militar para impedir que um vice-presidente devidamente eleito assumira a presidência, de nenhuma maneira constitui uma solução ideal”.⁴²⁷ A opinião do jornal “*New York Post*” também ganhou espaço, ao afirmar, em um editorial, que “a dramática renúncia do Presidente do Brasil... reflete a enorme dificuldade dos problemas que a América Latina deve resolver” para lograr os objetivos da “aliança para o progresso”.⁴²⁸ E que,

⁴²⁰ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴²¹ *Idem*.

⁴²² *Ibidem*.

⁴²³ *Ibidem*.

⁴²⁴ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴²⁵ *Idem*.

⁴²⁶ *Ibidem*.

⁴²⁷ *Ibidem*.

⁴²⁸ *Ibidem*.

apesar de que Washington estar intranqüila [sic] pela política exterior de Quadros, que incluía o reconhecimento da Rússia, o intercâmbio comercial com o bloco comunista e a amizade com Cuba, os Estados Unidos aceitaram acordar-lhe um empréstimo de dois bilhões de dólares para ajudá-lo a reestabelecer a estabilidade econômica em seu país.⁴²⁹

Até mesmo uma poesia, intitulada “Lapucha! Que diversão!”, escrita por Inharandú Chaves, fazia parte da edição de 31 de agosto de *O Nacional*. Os primeiros versos nos remetem à situação de incertezas e confusão, devido à renúncia de Jânio Quadros: “A bagunça está formada! Gritamos Cha-ra-chá-chá! Esse “Briza” é uma parada! Quem iria “imaginá [sic]”?!”. A seguir, o autor relata que “Há tempo eu vinha dizendo, Que o “negócio” ia ferver... Meus palpites escrevendo, Mas em mim, quem ia crer?!”. O principal personagem da poesia logo aparece, sendo caracterizado como “um “piá”, que nasceu ontem,” e que “Foi a nossa Salvação!”. Este herói, embora ainda jovem, demonstrou qualidades valiosas: “... Bem precisava o Brasil!, Que aparecesse “um leão”, Líder jovem e varonil”.⁴³⁰ Em contrapartida, a liderança militar ganha uma conotação negativa: “O Dennis “Já estava enchendo”, De dar golpes “no rasilho [sic]”! O quarto já está valendo! Contando o do Café Filho”. Ao que parece, este, porém, não contava que “... o Rio Grande “mui mudo”, Desde o último caudilho, Apresentou “um peitudo”, Que desafiou “o sarrilho”. Seus atributos eram nobres, “Nasceu de peito saliente, Guapo, agil [sic], varonil, E “sólito”, minha gente, Levantou o meu Brasil!” até mesmo sua origem humilde era vista como uma vantagem “Gaúcho “desabotinado”!, Desta nova geração, Enfrentou um potentado, Só com tal de “microfonão”!⁴³¹

O mais curioso, porém, é o encerramento dos versos, quando o autor diz que “E eu que nem “ia”, com o “Briza”, Por quinzina e má afeição... A razão já me organiza, E vou até de coração”. Ao que parece, todos estavam realmente prontos para um enfrentamento, “Amanhã tem treinamento, De garrucha e de facão... Lapucha! Que diversão!”. E, enquanto os altos comandos militares não eram dignos de confiança, os militares gaúchos e também os que tinham a sede de seu destacamento na região Sul, eram alvo de homenagens: “Salve a Brigada Gloriosa!, Salve Exército (Terceirão)!, Salve “Aeronáutica” briosa!, Salve o nosso pelotão!”⁴³²

⁴²⁹ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴³⁰ *Idem*.

⁴³¹ *Ibidem*.

⁴³² *Ibidem*.

Várias entidades demonstraram seu posicionamento público à “Rede da Legalidade”, publicando notas de apoio, como o “CTG Lalau Miranda”, “CTG Getúlio Vargas” e os “Funcionários do Banco do Brasil”. Outro apoio importante foi a nota publicada por Dom Cláudio Colling, Bispo de Passo Fundo, na qual afirmava que

Nesta hora conturbada da nossa amada Pátria, plenamente identificada com os sentimentos de dolorosa apreensão dos nossos amados filhos, queremos fazer eco às palavras serenas e oportunas de Sua Excia. Dom Vicente Scherer, e conclamar a todos para em oração fervorosa e confiante, aguardarem a feliz superação da grave crise político-administrativa era que nos encontramos.⁴³³

Através do comunicado, Dom Cláudio⁴³⁴ garantia ainda que “Como guia espiritual de nossa grei, asseguramos a todos a perfeita assistência espiritual em qualquer eventualidade, contando para isso com o oferecimento espontâneo de diversos sacerdotes”.⁴³⁵

O momento era de gravidade, porém Dom Cláudio não esqueceu de louvar e apoiar, “dentro de nossas possibilidades”, a “generosa iniciativa de um grupo de senhoras de nossa melhor sociedade”, sob a presidência da “exma. sra. Dona Irma Helena Salton”, uma dama “mui digna representante da LBA em nossa cidade, tomou a si a espinhosa e caritativa tarefa de providenciar assistência às famílias passofundenses [sic] que eventualmente necessitarem”.⁴³⁶ A nota relatava ainda que “iniciativas dêsse [sic] gênero, inspiradas na mais lídima caridade cristã, contarão sempre com a nossa incondicional solidariedade e sincero apoio”, e pedia que “Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil e da nossa amada Diocese, nos proteja nesta hora difícil e faça voltar a paz e a tranquilidade a todos os lares de nossa estremecida Pátria”, sendo assinada por “Dom Cláudio Colling, Bispo de Passo Fundo”.⁴³⁷

Também a “Mocidade gaúcha” estava “de pé pela legalidade”, como mostrava uma grande foto, na contracapa de *O Nacional*. A legenda afirmava “a juventude de Pôrto [sic] Alegre está empenhada na grande campanha que o estado do Sul sustenta em favor da legalidade”, e os “estudantes fundam comités [sic] nos principais pontos da cidade, ao mesmo tempo em que atendem o movimento ao interior”.⁴³⁸

⁴³³ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴³⁴ Embora favorável à posse de João Goulart em 1961, mais tarde, em 1964, Dom Cláudio Colling seria um dos apoiadores do golpe civil-militar, em 1964.

⁴³⁵ *O Nacional*, 31 de agosto de 1961.

⁴³⁶ *Idem*.

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ *Ibidem*.

Segundo Kuhn, neste mesmo dia, às 14h45min, “O vice-presidente desembarcou de um voo da Panagra em Buenos Aires, sob um forte esquema de segurança. O aeroporto de Ezeiza estava tomado por barreiras policiais, obrigando-o a ficar por três horas retido no hotel dentro do aeroporto”.⁴³⁹ Ninguém pôde aproximar-se de Jango ou de sua comitiva, pois o presidente Arturo Frondizi “tentava, com isso, evitar declarações polêmicas do vice-presidente e acalmar os meios militares de seu país, que duas semanas antes haviam manifestado irritação com a visita do líder revolucionário Ernesto Che Guevara”.⁴⁴⁰ Finalmente, às 18h05min, o “avião DC-3 da Transcontinental decolou rumo a Montevidéu, última escala antes de ingressar no Brasil”.⁴⁴¹

Na sexta-feira, 1º de setembro, o *Diário da Manhã*, estampou o retorno de Goulart em letras garrafais, em sua manchete de capa: “Hoje: João Goulart em P. Alegre!”. Segundo o *Diário*, o “Presidente Constitucional do Brasil é aguardado desde a meia noite”.⁴⁴² A edição traz as “declarações de João Goulart aos jornalistas que o aguardavam em Montevidéu”, quando afirmou: “Estou regressando ao país para assumir a presidência da República, de acordo [sic] com o que determina a Constituição e a vontade dos brasileiros que me elegeram vice-presidente”.⁴⁴³ Em relação a Jânio Quadros, João Goulart afirmou:

[...] Lamento, como brasileiro, o afastamento do meu ilustre patrício da primeira magistratura da minha Pátria. Quando deixei o Brasil, para cumprir uma missão no exterior, por solicitação do presidente, nada de anormal existia que pudesse denunciar a tempestade que desabou sobre [sic] o Brasil. Na presidência não pouparei esforços para conjurar a crise e corresponder a confiança da Nação.⁴⁴⁴

A seguir, o periódico trazia um “Pronunciamento de Leonel Brizola”, quando “através da Rêde [sic] Radiofônica da Legalidade”, Leonel Brizola fez “uma clara exposição da situação”. Iniciou “dizendo que ainda hoje de madrugada espera manter contato telefônico com o sr. João Goulart, que se encontra em Montevidéu e deverá vir a Pôrto [sic] Alegre dentro das próximas horas”. Assim, “quando clarear o dia de hoje, Jango poderá já estar em Pôrto Alegre”.⁴⁴⁵

⁴³⁹ KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004, p. 40.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Ibidem.

⁴⁴² *Diário da Manhã*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ Ibidem.

Brizola abordou, outros assuntos “da presente conjuntura nacional: o Congresso luta pela sua sobrevivência, encontrando-se sob forte coação dos três ministros militares”. A isto chamou de “pressão do poder armador sôbre [sic] o poder civil, desarmador [sic]”, o manifesto dos três ministros “repugna a consciência livre do povo brasileiro”.

Acusação de comunista lançada contra o movimento legalista do Rio Grande do Sul, é simplesmente ridícula. Se é comunista o movimento, então todo o povo do Brasil é comunista e são comunistas os bispos e cardeais que se manifestam a favor da legalidade. Acusação ridícula e infame, que constitui uma tentativa de justificativa do golpe. Pensaram que o golpe seria dado pelo telefone, como tantas vezes aconteceu. Mas tiveram a surpresa [sic], os golpistas, de ver que o povo na aceitou a farsa e reagiu, mostrando-se disposto até a derramar o sangue para defender a ordem e a legalidade.

Quanto a qualificarem o ínclito general José Machado Lopes e a êle [sic], Governador Brizola, como inocentes úteis, é um absurdo e um deboche. O gal. Machado Lopes e o Governador gaúcho são conscientes úteis pela legalidade, pela ordem, pelo Brasil.⁴⁴⁶

A seguir, elevando o tom, Brizola fez um “Apêlo [sic] aos soldados”, dizendo que “é grave a notícia da aproximação de tropas da fronteira do Rio Grande do Sul, sob o pretexto de que aqui, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, existe desordem”.⁴⁴⁷ Esta “afirmação de desordem, é para justificar o crime de agressão”. O governador gaúcho afirmou sua “... certeza de que os militares não massacrarão a população civil nem lutarão contra seus irmãos de armas”. E classificou as ordens dos ministros militares de “criminosas” e “desatinadas”.⁴⁴⁸

O apelo era dirigido também “aos operários de São Paulo e da Guanabara”, afirmando que “as fôrças [sic] legalistas não darão o primeiro tiro”, mas que “quando as fôrças da agressão derem o primeiro tiro contra os soldados do III Exército e a população civil, será êste o sinal para a deflagração de uma gigantesca greve geral”, pois “com tudo paralizado [sic], nenhuma ditadura poderá resistir”, Brizola estava “certo de que eles não falharão na greve e que conta com eles”.⁴⁴⁹

Quanto aos ministros, uma nota afirmava que “aceitaram estabelecimento da República Parlamentar”, mas que a “emenda Parlamentar” era a “Palhaçada do Congresso”.⁴⁵⁰

⁴⁴⁶ *Diário da Manhã*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁴⁷ *Idem*.

⁴⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Ibidem*.

O editorial do dia, “Manifesto impertinente”, relativo ao pronunciamento dos três ministros militares, era considerado um evidente e “irretorquível menosprezo à soberania do povo brasileiro”. E afirmava que “Nikita Kruschew”, por certo “exultará de satisfação pelo surgimento neste recanto do mundo, de correligionários tão ajustados à linha rígida do comunismo de Stalin”, visto que este era “considerado o mais enérgico carrasco das liberdades públicas”.⁴⁵¹

Segundo o *Diário da Manhã*, “a nação esperava que a mudança de administrador se processasse de modo natural, dentro da mais compreensível normalidade constitucional e de acordo com a preferência da vontade da maioria do eleitorado”.⁴⁵² Entretanto, “de modo insólito e desrespeitoso ao regime e à Carta Magna, os três ministros militares insurgiram-se e resolveram vetar a posse do vice-presidente”, alegando a sua “simpatia pelo comunismo e a sua influência no seio das classes trabalhadoras do Brasil”.⁴⁵³

O editorial afirma ainda que

A prevalecer do ponto de vista dos ministros militares; se a Constituição vier a ser violada; se o direito da força anular a força do Direito; não precisaremos mais de Justiça Eleitoral e nem realizaremos novas eleições, porquanto a posse do direito fica sempre na dependência da concordância ou não de um ministro militar; principalmente do ministro da Guerra, que representa o papel de pretoriano do poder.⁴⁵⁴

O colunista G. R. Brown Palma, ocupa-se, em sua coluna, “Em cinco minutos”, da repercussão na “imprensa londrina”. Segundo G. R., o “jornal ‘Evenning Standart’ diz que a partida de Jânio Quadros como Presidente foi ‘um desastre para o Ocidente’”.⁴⁵⁵ E que,

Agora o Brasil se precipita no caos. Com sua riqueza e simples extensão, Quadros poderia tê-lo convertido no primeiro grande êxito da história da América Latina, um bastião contra o fidelismo e o comunismo. Sua queda parece indicar que não existe posição intermediária entre uma ditadura comercial da direita ou violento confisco da esquerda. Isto é trágico, pois se ocorre um choque entre duas forças tais, existem poucas dúvidas sobre qual delas sairá vitoriosa. De fato o homem que mais desfrutará com a eliminação de Quadros é o próprio Fidel Castro.⁴⁵⁶

⁴⁵¹ *Diário da Manhã*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁵² *Idem*.

⁴⁵³ *Diário da Manhã*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁵⁴ *Idem*.

⁴⁵⁵ *Ibidem*.

⁴⁵⁶ *Ibidem*.

G. R. Brown afirma que o jornal londrino parece “esquecer” que “que Jânio poderia, realmente, ter convertido o Brasil num verdadeiro colosso se os trustes norte-americanos não tivessem deposto o Presidente brasileiro, assim como armaram a mão que matou Vargas”.⁴⁵⁷ E que “finge ignorar ou não sabe que o Brasil e toda a América Latina não passam de escravos do poder econômico, do império econômico dos Estados Unidos”. Suas afirmações, parecem ecoar a influência dos discursos de Brizola, quando diz que “qualquer providência, qualquer medida, qualquer plano que um governante brasileiro ou de qualquer outro país latino-americano, tente pôr em prática para a libertação econômica de sua nação, - é imediatamente esmagado: ou morte ou renúncia”.⁴⁵⁸ E, de acordo com o colunista, “esta é a amarga verdade, a crua realidade, a incontestada desgraça que, por todos os meios, se procura ocultar do povo, inventando mil e uma mentiras. Mentiras que a poderosa imprensa, generosamente comprada, impinge ao povo”. Entretanto, “o despertar da consciência nacional está se aproximando”.

O Nacional, em sua edição 9.859, de sexta-feira, 1º de setembro de 1961, estampa a manchete “Conselho de Governadores apela para que ministros militares salvem o Brasil da guerra civil, empossando o Presidente constitucional João Goulart!”.⁴⁵⁹ A reportagem era ilustrada com uma imagem de Goulart, e afirmava que “Ainda não se tem fixada a hora da chegada de Jango ao país, nem se sabe o local que s. excia. [sic] desembarcará”, além disso,

Os 3 Ministros militares estiveram reunidos esta madrugada, no Ministério da Guerra, participando da reunião o gal. Osvaldo Cordeiro de Faria e vários Governadores de Estado, entre os quais os srs. Magalhães Pinto (Minas Gerais), Carvalho Pinto (São Paulo), Carlos Lacerda (Guanabara), Cid Sampaio, Celso Peçanha e outros.⁴⁶⁰

A segunda imagem de maior destaque nesta edição era a de um soldado, montando guarda no topo do Palácio Piratini, binóculos em punho, observando atentamente o céu da cidade. Intitulada “Vasculhando o Espaço”, a legenda afirmava:

⁴⁵⁷ *Diário da Manhã*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁵⁸ *Idem*.

⁴⁵⁹ *O Nacional*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁶⁰ *Idem*.

O ataque virá do céu! – esta é a impressão geral das pessoas que permanecem junto ao Palácio Piratini. A foto registra um quadro que se tornou comum na casa do Executivo: um tenente da Brigada, observava atentamente o céu, esperando, a qualquer minuto, localizar algum aparelho sobrevoando Pôrto [sic] Alegre.⁴⁶¹

Uma pequena nota informava aos leitores da “interdição da Última Hora” carioca, e dos “25 mil exemplares editados”, com “amplo noticiário fotográfico do dia de ontem”, apenas “14 mil chegaram a ser distribuídos entre as bancas”.⁴⁶² Havia a menção de “um telegrama com mais de cem assinaturas parlamentares” que teria sido “dirigido ao general Machado Lopes, comandante do III Exército”, apoiando e louvando “atitudes corajosas em defesa da Constituição”.⁴⁶³ Outras pequenas notas, como a “chegada de Jango a Buenos Aires” e “Jango pisará hoje em território do Brasil”, eram dadas “pelo telefone”, já que o repórter da *Última Hora*, Tarso de Castro, juntamente com outros colegas, haviam sido mandados a Montevideú, para “cobrir” a viagem de Jango a Porto Alegre.⁴⁶⁴

A reportagem mais extensa desta edição, era um texto, assinado por Raul Pilla e datado de 17 de agosto, explicando “Como Funciona O Parlamentarismo”. Segundo o autor, “Erro dos mais comuns, [...] é supor seja o governo exercido pelo parlamento”, e “Sabendo-se que o governo é uma unidade e decisão, como poderia ser bom o governo de uma assembléia heterogênea e numerosa? Logo o sistema parlamentar não serve e muito menos a nós, com o Congresso que temos”.⁴⁶⁵ Para Raul Pilla,

Não há, pois, motivo para temores quanto à eficácia do governo. O sistema parlamentar, consagrado pela prática universal, melhora grandemente o poder executivo pela efetiva responsabilidade a que o sujeita e pela seleção que naturalmente opera entre os homens públicos.
[...] por graves que sejam os defeitos do atual Congresso daria muito melhores resultados, outro seria, se passasse a funcionar no sistema parlamentar. A gente não mudará, mas mudariam as condições do trabalho.⁴⁶⁶

Embora a *Última Hora* porto-alegrense tenha noticiado o “fechamento da barra do porto de Rio Grande”⁴⁶⁷, *O Nacional* não mencionou o ocorrido, e o *Diário da Manhã* o fez

⁴⁶¹ *O Nacional*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁶² *Idem*.

⁴⁶³ *O Nacional*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁶⁴ BARROS, Jefferson. Golpe Mata Jornal. 1ª edição. Porto Alegre: JÁ Editores, 1999, p. 104.

⁴⁶⁵ *O Nacional*, 1º de setembro de 1961.

⁴⁶⁶ *Idem*.

⁴⁶⁷ BARROS, Jefferson, 1999, p. 104.

apenas em sua edição de 02 de setembro, cuja manchete de capa era “Estrondosa manifestação a João Goulart”, seu texto afirmava que

A mais espetacular manifestação registrada na história do Rio Grande foi tributada em P. Alegre ao Presidente Constitucional do Brasil, sr. João Goulart. Mais de cem mil pessoas ovacionaram Jango, Brizola, Carlomagno e o Gal. Machado Lopes, Comandante do III Exército. O povo vibrou de alegria nas ruas depois de 8 dias de tensão e angústia.⁴⁶⁸

A edição do dia ainda trazia as manchetes “Brizola dirige apêlo [sic] público às Forças Armadas” e “Bancada do PTB vai torpedear a emenda parlamentarista”, na qual o “líder Almino Afonso declara que o povo deve ser ouvido e isto agora não é possível porque o país está praticamente em estado de sítio”.⁴⁶⁹

O editorial do dia, intitulado “Vítima da ordem”, elogiava o “Marechal Henrique Teixeira Lott, por ter se manifestado partidário da ordem constitucional, contrário ao golpe de Estado planejado por oportunistas” que “terminou preso, por trinta dias, ordem do atual Presidente da República, deputado Ranieri Mazzilli”.⁴⁷⁰ Para o editor, era “lamentável é que neste país um cidadão tenha que sofrer as sanções da Lei por defendê-la. Isso é estranho, incompreensível, absurdo”.⁴⁷¹ Na verdade, o Marechal Lott, foi o verdadeiro exemplo a ser seguido, por seus “inestimáveis serviços ao regime Democrático, preservando-o do golpe engendrado”, foi ele o “precursor” da legalidade, a quem imitaram o “ilustre Comandante do III Exército” e “demais ramos das classes armadas”. E por encontrava-se “preso, por determinação da prepotência”, por isto, esta prisão deveria “ser considerada honrosa à vítima da ordem”.⁴⁷²

Um manifesto dos “Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica” ratificou “a posição assumida dias atrás”, de que as “Fôrças [sic] Armadas sob seu comando consideravam inconveniente o regresso ao Brasil do sr. João Goulart para assumir a Presidência da República”. O motivo alegado seria de que “o sr. João Goulart tem demasiados vínculos com os comunistas, e que levaria o país a um sangrento torvelinho”.⁴⁷³ Várias acusações eram dirigidas a Jango, como a promoção de “agitações com evidentes objetivos políticos, nocivos

⁴⁶⁸ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁶⁹ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁷⁰ *Idem*.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² *Ibidem*.

⁴⁷³ *Ibidem*.

para as classes trabalhadoras”, a infiltração de “conhecidos e ativos comunistas no Ministério do Trabalho e nos sindicatos”, e, na Vice-Presidência da República, “é sabido que sempre usou de sua influência para estimular e aprovar ostensivamente greves promovidas por conhecidos agitadores”.⁴⁷⁴ Mas o fato mais grave seria que “em sua recente visita à União Soviética e à China Comunista, manifestou-se, clara e evidentemente, sua admiração por êstes [sic] países, elogiando os êxitos de seu regime”, além disso,

como Presidente da República, João Goulart se converteria, sem a menor dúvida, no incentivo mais evidente para todos os que querem ver o país cair no caos [sic], na anarquia e na luta civil. E ainda que, sob o comando de João Goulart, as Fôrças Armadas converter-se-iam em uma simples milícia popular.⁴⁷⁵

O colunista G. R. Brown de Palma utilizou-se de uma “anedota”, “Pegando Raiva”, para tentar explicar a situação política do país. “Um homem tinha um inimigo e resolveu matá-lo. Contratou, então, um bandido profissional para liquidar seu inimigo. Pagou o bandido adiantadamente e disse-lhe: “Olha, daqui há vinte dias você mata o homem”.⁴⁷⁶

Entretanto, ao se passar o período combinado, o mandante havia mudado de ideia, e, ao falar com o bandido contratado, este mostrou-se muito contrariado.

Ah! Isso é que não. Agora eu já peguei raiva do homem e tenho que matá-lo de qualquer maneira. Devolvo até o dinheiro que o senhor me deu, pago o que quiser, mas não posso mais deixar de matá-lo. Passei 19 dias cuidando o tipo e “agarrei raiva dele”.⁴⁷⁷

Segundo a anedota, o homem acabou executado, pois o bandido tinha “pegado raiva”. Ao finalizar a história o jornalista afirma que, “fazendo as diferenças e transportando a anedota para a atual situação”, “pode-se dizer que agora a turma “pegou raiva” e não existe outra fórmula possível a não ser esta, a inicial, aquela cujo mandante é a consciência nacional, o direito, a justiça, a Constituição: a posse de Jango”.⁴⁷⁸

Faz mais de uma semana que estamos “pegando raiva”, raiva cívica, revolta contra os desafetos do povo brasileiro, - os golpistas. Agora nada mais resolve. Só a posse de Jango, Dentro da Constituição vigente, porque o ridículo Ato Adicional à

⁴⁷⁴ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁷⁵ *Idem*.

⁴⁷⁶ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁷⁷ *Idem*.

⁴⁷⁸ *Ibidem*.

Constituição, verdadeira afronta ao legítimo Parlamentarismo, nós também não aceitamos.⁴⁷⁹

E a indignação do colunista era evidente quando afirmou que,

Não tem mais arreglo. Não tem mais fórmula de traição. Não tem mais voltar atrás. “Pegamos raiva” aos golpistas e aos inimigos do Brasil. Nossa consciência nos contratou, com o salário ideal, para que forcemos o cumprimento da Lei Maior.⁴⁸⁰

O Nacional de 02 de setembro trouxe a manchete “Jango sucessor legítimo de Jânio”, relatando a aprovação da Câmara dos Deputados, “por 233 a 55 votos”, a “reforma da Constituição brasileira, adotando a forma parlamentarista de governo”, no que o periódico denominou como a “4ª República” ou “República Parlamentarista”, da qual João Goulart seria o “primeiro presidente, sendo empossado segunda-feira às 15 horas”.

A crítica se fez sentir acidamente em toda esta edição, nas críticas a Carlos Lacerda, “A Atuação de Carlos Lacerda na Guanabara revolta a opinião pública equilibrada”⁴⁸¹ e “A expulsão de Carlos Lacerda da ABI”,⁴⁸² e na pequena charge do dia “- O sistema parlamentarista que estão “fabricando” é clássico?...” e a resposta “- Não. É Parlamentarismo “a jato”...”⁴⁸³

Embora não traga a palavra “editorial”, a última página do exemplar de *O Nacional* de 02 de setembro traz o texto “Força de Direito!”, sua redação nos leva a crer que se trata do posicionamento do editor, ao afirmar que os “ministros militares” “rebelaram-se contra a Constituição, buscando impedir a posse do Sr. João Goulart, diante da renúncia do Sr. Jânio de Quadros”, e “impuseram ao povo brasileiro, livre e soberano, o direito da força, num país que, pelas suas tradições, [...] pugnou pela implantação da “força do direito”, consagrada pelos princípios da Justiça, entre os grandes povos do mundo”.⁴⁸⁴

Além disso, o povo rio-grandense “numa demonstração de fé nos postulados da liberdade e do direito, levanta-se como um gigante, à face de todo o País”, e com base num direito autêntico, afirmava que “Nós gaúchos, não permitiremos a conspurcação da lei, mas sua intangibilidade, e para defender tais princípios, estamos dispostos a sacrificar a própria

⁴⁷⁹ *Diário da Manhã*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁸⁰ Idem.

⁴⁸¹ *O Nacional*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁸² Associação Brasileira de Imprensa.

⁴⁸³ *O Nacional*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁸⁴ Idem.

vida!”⁴⁸⁵. A conclamação do autor finalizava-se afirmando que “Os gaúchos mais uma vez estão de pé pelo Brasil!”, e mantinha a certeza de que “os brasileiros, de todos os recantos da Pátria, saibam também cumprir o seu dever, defendendo os direitos inalienáveis do povo!”⁴⁸⁶

Em 03 de setembro, um domingo, o periódico *Diário da Manhã* era o único “circulando” em Passo Fundo, em razão da folga semanal dos trabalhadores de *O Nacional*.

Duas manchetes dividiam espaço na primeira página, a primeira era “João Goulart assumiu a Presidência da República”.

Devido à impossibilidade de se transportar para Brasília, por absoluta falta de garantias, o vice-presidente da República, sr. João Goulart, de acôrdo [sic] com o artigo 79 da Lei Maior, em virtude da renúncia do sr. Jânio Quadros, acaba de assumir a presidência da República.⁴⁸⁷

A notícia afirmava que a posse de Goulart, havia sido

amplamente divulgada pelas emissoras da “Rêde Nacional da Legalidade”, cujos locutores leram, sucessivamente, o texto de um radiograma que o Gal. José Machado Lopes, Comandante em Chefe do III Exército, dirigiu às Fôrças [sic] Armadas de todo o país anunciando que o sr. João Goulart assumira a Presidência da República de acôrdo [sic] com o artigo 79 da Constituição.⁴⁸⁸

Além disso, o agora “Presidente Constitucional do Brasil”

sr. João Goulart, dirigiu ao povo mensagem ao povo brasileiro, enaltecendo a consciência cívica de tôda a Nação e a “incomparável generosidade” do povo gaúcho. Acentuou que estamos vivendo momentos decisivos da nacionalidade, frisando, mais adiante que é escravo da Lei que jurou cumprir, mas que também é escravo da vontade popular. Prosseguindo, disse que jamais se curvará à prepotência; não desertará nem renunciará. Cumprirá o mandato popular e ficará sempre ao lado do povo, entregando sua decisão ao povo. Implorou a Deus que conserve a Pátria unida e livre de lutas fratricidas.⁴⁸⁹

⁴⁸⁵ *O Nacional*, 02 de setembro de 1961.

⁴⁸⁶ *Idem*.

⁴⁸⁷ *Diário da Manhã*, 03 de setembro de 1961.

⁴⁸⁸ *Idem*.

⁴⁸⁹ *Ibidem*.

A mensagem de Goulart “foi transmitida apenas uma vez pelas emissoras gaúchas da legalidade”, embora fosse anunciado “que se tratava de uma gravação feita momentos antes da partida do sr. João Goulart para Brasília”.⁴⁹⁰ O jornal passo-fundense esclareceu que o “noticiário referente à mensagem e à posse do sr. João Goulart foi confuso e contraditório, deixando ainda o povo em expectativa”.

A segunda manchete principal da edição foi sobre a emenda constitucional: “Aprovada pelo Parlamento a famosa emenda parlamentarista”, relatando que “no Senado, apenas 4 senadores votaram contra a emenda, entre eles o ex-presidente Juscelino”.⁴⁹¹ As duas manchetes dividiam espaço com uma imagem de um aperto de mão entre Jango e Dennys, datado de 31 de janeiro, poucos meses antes. A foto, acompanhada de uma legenda repleta de críticas, visava fortalecer a imagem de Dennys como golpista, pois este cumprimentava Jango “sorridente, por ocasião da sua diplomação” e “agora volta-se contra o sr. João Goulart, arbitrariamente [sic] estarecendo a Nação”.

Outras notícias abordavam o “boletim noticioso da *Agência Nacional ‘A Voz do Brasil’*, que vinha sendo “sendo usado criminosamente pelos agentes do golpismo que pretendem usurpar mais uma vez do Poder”, implantando “uma ditadura militar disfarçada no país”. A indignação da edição dá o tom da notícia, ao afirmar que

As notícias sôbre o movimento legalista do Rio Grande do Sul são cinicamente deturpadas, apresentando os fatos sob um aspecto completamente falso e irreal. Para os agentes do golpismo que usam “A Voz do Brasil”, a campanha cívica liderada pelo Rio Grande do Sul, com o apoio total do povo brasileiro, é um movimento comunista, quando, na verdade, é a manifestação unânime de todos os partidos políticos, de todo o povo gaúcho, catarinense, paranaense e das demais unidades da Federação, tendo, aqui, a pública solidariedade do Arcebispo católico, do Bispo protestante e de todos os católicos e demais correntes religiosas e filosóficas.

[...]

Com deslavadas mentiras e falsidades do quilate das que são transmitidas pela “Voz do Brasil”, os inimigos da liberdade, da ordem e da lei só fazem perder mais e mais terreno, à medida que se aproxima o momento crítico da crise que êles [sic] mesmos provocaram.⁴⁹²

O editorial do dia, “Manifesto dos Ministros”, afirmava que o texto divulgado pelos ministros era “pobre de conteúdo lógico e altamente agressivo à Constituição da República”, o editor considera que a “argumentação dos autores do manifesto é realmente infantil, e não

⁴⁹⁰ *Diário da Manhã*, 03 de setembro de 1961.

⁴⁹¹ *Idem*.

⁴⁹² *Diário da Manhã*, 03 de setembro de 1961.

podia mesmo impressionar o povo que não é tão parvo como julgam certos “iluminados” que de tempo em tempo surgem neste país, como charlatões, prometendo salvar as almas padecentes”⁴⁹³, e que “os chefes militares, principalmente o Ministro da Guerra, são incorrigíveis os golpeadores [sic] de Presidentes”. Para a “alegria da pátria”, entretanto, “uma apreciável parcela das Forças Armadas repeliu o mandonismo de seus chefes supremos, decidindo-se pela legalidade, em defesa da Constituição”.

Um pequeno artigo, da revista *Newsweek*, intitulado “Washington e a crise brasileira”, afirmava que “os funcionários do Governo norte-americano, em Washington”

tinham esperanças de que o Governo que sucedesse ao de Quadros pusesse fim a tendência neutralista do país, que começou a pender excessivamente para a esquerda. Porém realizaram que João Goulart na Presidência possivelmente conduziria o Brasil ainda mais para a esquerda. Por outro lado, os Estados Unidos não apreciarão a derrubada da Constituição por um golpe militar. Ainda mais importante, os Estados Unidos depositaram grande confiança na política doméstica de Quadros. Uma junta de generais, segundo temores do Departamento de Estado, pouco faria a respeito do progresso social ou no sentido de uma reforma econômica.⁴⁹⁴

Uma notícia do *New York Mirror* disse que “a presente revolução no Brasil é devida a péssimas condições econômicas daquele país, originadas na inflação”, e que Jânio Quadros teria tentado “fazer chantagem com os Estados Unidos, obrigando o Governo norte-americano a conceder grandes somas ao seu país, pela formação de uma associação com Castro e pela adoção de uma política exterior progressivamente neutralista, semelhante à de Nehru e Nasser”. Porém, a “administração do Presidente Kennedy não se sujeitou a manobras de chantagem e Quadros não conseguiu encontrar outra solução para os problemas financeiros de seu país”.⁴⁹⁵

G. R. Brown Palma, em sua coluna, neste dia denominada “A continuidade do Golpe”, criticou a emenda parlamentarista, dizendo que “constitui uma afronta à dignidade do povo brasileiro, tantas vezes [sic] ofendido pelos agentes do golpismo e dos trustes”, não dando-lhe a devida importância, como “uma espécie de puxado na Constituição, algo como um quarto de hóspede improvisado numa casa de campo para uma temporada de veraneio”, o colunista

⁴⁹³ *Diário da Manhã*, 03 de setembro de 1961.

⁴⁹⁴ *Idem*.

⁴⁹⁵ *Ibidem*.

conclui ainda que “a imoral manobra parlamentarista, que deve, inclusive, repugnar à própria consciência do sr. Raul Pilla, o Apóstolo do Parlamentarismo no Brasil”.

Em 04 de setembro, *O Nacional* era o único periódico em circulação em Passo Fundo, pois o *Diário da Manhã*, tradicionalmente, não circulava neste dia da semana. Sua principal manchete, era sobre o deslocamento de tropas, comandadas pelo gen. Cordeiro de Farias em direção ao Sul, para “conter os rebeldes”, além de “rumores que circulam entre as autoridades”, de que Jânio teria “sido deposto e obrigado a deixar o país”.

A notícia mais aguardada, porém, era sobre a posse de João Goulart, que “foi adiada para amanhã, para onde o vice-presidente deverá viajar amanhã”, segundo “informações do senador Auro de Moura Andrade, na madrugada de hoje”, esta notícia apresenta como fonte a Agência Nacional, bem como a breve nota “os três ministros militares concordaram que a solução para a crise que ora atravessamos é a República Parlamentarista”.⁴⁹⁶

Contrariando o *Diário da Manhã* do dia anterior, *O Nacional* publicou o comunicado “João Goulart desmentiu que tivesse assumido o Governo [sic] na cidade de Pôrto Alegre”. Dividindo espaço com a este comunicado, estava uma imagem de Dom Cláudio Colling, na qual conclamava “os fiéis” a orar, “pedindo a Deus que a Paz reine, exortando a todos para que colaborem no sentido da tranquilidade do Brasil e dos brasileiros”.

A edição contava ainda com uma grande imagem de Brizola, mais precisamente a imagem oficial do governador do RS, com cerca de 10 cm x 08 cm, para ilustrar a reportagem “Germe da Infidelidade aos Princípios Democráticos!”, que registrava a indignação de Brizola, em duas páginas do jornal. Para Brizola, os “poderes da República foram pressionados pelos Ministros”, e a emenda parlamentarista era a “deformação total e completa do regime”, esta decisão era “inoportuna e anormal, embora revestida de constitucional”. O resultado do episódio seria o “desprestígio do Congresso”, que “com a situação abalada”, “enxovalhou-se como representação do povo brasileiro”.⁴⁹⁷

Ecoando as palavras de Brizola, neste dia foi publicada a coluna “ineditoriais”, assinada por J. E. Cafruni, editor de *O Nacional*. Segundo ele, o

Congresso Nacional, no justo anseio de evitar uma guerra civil, catastrófica para o País, decidiu-se, à última hora, pela adoção pura e simples do parlamentarismo. Com isto – dizem os congressistas – foi encontrada, enfim, uma fórmula legal, visando a solução do problema brasileiro.⁴⁹⁸

⁴⁹⁶ *O Nacional*, 04 de setembro de 1961.

⁴⁹⁷ Idem.

⁴⁹⁸ Ibidem.

A medida não poderia ser aceita porque João Goulart “foi eleito pela maioria do povo brasileiro, em memorável pleito, para Vice-Presidente, isto é, para o caso em que havendo impedimento ou vaga, viesse a ocupar a Presidência da República”. Para Cafruni, a população “está alerta. Não se conformará com emendas e nem remendos... Não aceitará golpes de qualquer natureza, nem mesmo do Congresso”, pois, nesta situação “aceitar o parlamentarismo, nesta eventualidade, será a convulsão em todo o País”.⁴⁹⁹

Em 05 de setembro, o *Diário da Manhã* parece considerar o Parlamentarismo inevitável, embora não se demonstre conformado com isto.

A manchete principal “Nos bastidores: Ministros Militares escolhem o Primeiro Ministro”, tendo como fonte a *Agência Nacional*, afirmava que “um grupo, liderado pelos três ministros militares, deseja assegurar que o sr. João Goulart não forme um gabinete que reflita, unicamente os seus pontos de vista”.⁵⁰⁰

A crítica à maneira pela qual foi feita a emenda parlamentarista foi ainda mais visível na notícia “Projeto de anistia para os que defenderam a Constituição”, já que o “projeto de anistia para todos os militares e civis que aderiram ao movimento pró legalidade, de respeito à Constituição, constitui uma legítima inversão dos papéis”, era “evidente”, para o leitor, que “se se deseja [sic] perdoar alguém, êste perdão deveria ser endereçado aos Ministros Militares que provocaram tôda a situação, declarando e usando a fôrça para que o sr. João Goulart não fôsse [sic] empossado na Presidência da República de acôrdo com o Artigo 79 da Constituição”.⁵⁰¹ E, como forma de dar-lhes um “tapa de luva de pelica”, pois eram os “responsáveis por tudo o que aconteceu”, a anistia caberia “aos três Ministros Militares e somente aos três Ministros Militares se aplicaria [sic]”.

Conforme *O Nacional* já noticiara no dia anterior, Brizola não ficou nada satisfeito com a atitude conciliatória de Goulart, e o *Diário da Manhã* publicou o “discurso proferido pelo Chefe do Executivo gaúcho, através da Rêde da Legalidade”, pois na “madrugada de sábado, o Presidente João Goulart lançou uma proclamação ao povo brasileiro”, manifestando “o seu propósito de acatar a decisão do Congresso Nacional, que momentos antes havia aprovado a mudança do regime presidencial para o parlamentar”.⁵⁰²

⁴⁹⁹ *O Nacional*, 04 de setembro de 1961.

⁵⁰⁰ *Diário da Manhã*, 05 de setembro de 1961.

⁵⁰¹ *Idem*.

⁵⁰² *Ibidem*.

Usando o rádio, Brizola “dirigiu-se ao povo brasileiro, manifestando a sua desconformidade com o ato do Congresso Nacional, aprovando a ‘toque de caixa’ a mudança do regime, ato que praticou a revelia do povo, com o objetivo de salvaguardar a ordem pública e aos interesses de grupos políticos que rondam o poder”.⁵⁰³ Segundo o Diário, o pronunciamento “do Governador Leonel Brizola, contra a decisão do Congresso, foi acolhido com os aplausos populares”, pois “sob a pressão do terror e da violência foi mudado o regime no Brasil”, várias “passeatas e manifestações em São Paulo” foram “dissolvidas a cacetadas pela polícia”.

O editorial do dia, “escrito na noite de sábado”, quando “os acontecimentos políticos ainda davam a impressão de que evoluiriam para a ação militar”, criticou Jânio Quadros, que “ao abandonar o poder, revelou-se impatriota [sic] e covarde”. Após a renúncia, a revelação dos “propósitos golpistas dos três Ministros Militares”, o povo gaúcho decidiu “montar guarda à Constituição”. Mas,

Decorridos vários dias de intensa expectativa pelo regresso do Vice-Presidente ao país, a fim de assumir a responsabilidade do poder, [...] o sr. João Goulart foi obrigado a assumir a Presidência da República, em Porto Alegre, por ausência completa de garantia à sua investidura no poder em Brasília, cuja Capital foi submetida ao regime de prepotência a que meia dúzia de desvairados pretendem implantar neste país, com a supressão das liberdades públicas, por força da substituição da Democracia pela Ditadura.⁵⁰⁴

Para o editor era clara a posição do Rio Grande do Sul, que “está totalmente mobilizado, aguardando, apenas a ordem de marcha e ação”, acompanhados por “Santa Catarina e Paraná, que também marcham rapidamente para a mobilização total em defesa da Constituição da República”. O estado gaúcho tinha “um papel de alta relevância a cumprir e por certo o cumprirá de modo digno e altivo” e, se caso fosse “abandonado pelos demais Estados da Federação, [...] que saiba ser digno de seus antepassados e preserve a sua soberania e a dignidade e honra de sua gente”.⁵⁰⁵

O editor finalizava afirmando que “para muitos este artigo está desatualizado, mas para nós, cujo passado de lutas tem sido pautado por uma coerência, este ponto de vista continua sendo atual”.

⁵⁰³ *Diário da Manhã*, 05 de setembro de 1961.

⁵⁰⁴ *Idem*.

⁵⁰⁵ *Ibidem*.

A coluna “Em cinco minutos”, neste dia trazia o título “Covardes!”, e, igualmente, pregava contra a emenda parlamentarista, ao afirmar que “cobriu-se de lama o Congresso Nacional, provando ser um reduto de velhos em deterioração física e moral e de homens mais moços covardes ou vendilhões do Brasil”. Tanto a Câmara quanto o Senado “aprovaram, também, por maioria de votos podres, a emenda parlamentarista ditada pelos três Ministros Militares”, que não era outra coisa senão “a continuidade do golpe”. G. R. Brown de Palma escolhe vários adjetivos para qualificar os políticos brasileiros:

Covardes, totalmente sem vergonha, deslavados, os deputados e governadores aprovaram o golpe, isto é, a emenda. Na verdade, os deputados e senadores não escapam disso: ou são poltrões inqualificáveis ou foram comprados pelos dólares dos trustes, responsáveis pelos dias dramáticos que o Brasil está atravessando. Covardes ou vendidos, eis o que são os representantes do povo brasileiro.⁵⁰⁶

Uma entrevista, com o prefeito Benoni Rosado foi veiculada, o qual analisou a “atitude do Congresso e a posição do Sr. João Goulart”, dizendo que a “reforma da Constituição deveria ser feita num clima de ordem e tranqüilidade [sic]”.⁵⁰⁷ O prefeito passofundense afirmou também que a “decisão do Congresso produziu profunda decepção e repulsa” entre o povo brasileiro.

O Nacional estampou uma grande imagem de “João Goulart aclamado pelo povo”, pois a edição de 05 de setembro era voltada para a figura do “Presidente Constitucional” do Brasil, explicando os rumores de uma “Rebelião parcial da FAB para impedir a viagem e a posse de João Goulart”, na chamada “Operação Mosquito”, elaborada por um “grupo de oficiais da Aeronáutica” e, haveria inclusive a possibilidade de Jango tomar posse em Pôrto Alegre, com garantias do “senador Auro de Moura Andrade”.⁵⁰⁸

Estava na cidade, alojado na “sede do 1/20º R. C.”, o “Esquadrão do 4º Regimento de Cavalaria, de Santiago”, dando “prosseguimento à movimentação de tropas, determinada pelo gal. José Machado Lopes”, o grupo era constituído de “90 homens, sendo 9 oficiais e 81 praças”, sob as ordens do “major Gilson Castro Correa”,⁵⁰⁹ sendo “ovacionados pelo povo, em sua chegada”.

⁵⁰⁶ *Diário da Manhã*, 05 de setembro de 1961.

⁵⁰⁷ *Idem*.

⁵⁰⁸ *O Nacional*, 05 de setembro de 1961.

⁵⁰⁹ *Idem*.

Enquanto o *Diário* publicara um editorial contra a emenda parlamentarista, *O Nacional* decidiu publicar o editorial “Nosso dever”, o qual bradava contra a “continuidade do desmando, da arrogância e do desrespeito, naquilo que temos de mais sagrado: a intangibilidade das instituições democráticas, a garantia das prerrogativas constitucionais, o direito de liberdade e de segurança nacional”.⁵¹⁰

O texto era especialmente dirigido ao filho de Cafruni, que estava em Porto Alegre, realizando o “curso de cadete, na heróica [sic] Brigada Militar”. O apelo do editor era para que seu filho, “que está convocado, cumpra seu dever, honrando as tradições do Rio Grande”, e, para que “ele, se necessário, saiba tombar com bravura, em defesa do regime e dos sagrados direitos do nosso povo”.

A edição ainda abriu espaço para oferecer seus “melhores encomios [sic]” ao “magnífico trabalho desenvolvido [...] pelas coordenadoras dos Sub-Comités [sic] pró Legalidade” que haviam distribuído, cerca de “mil pacotes [de mantimentos] aos soldados do Exército que passavam para tomar posição de resistência em defesa da Legalidade”.⁵¹¹

A despeito da movimentação de tropas, trincheiras e posições sendo estabelecidas na região, a coluna “Registro Social”, contendo os aniversariantes e os nascimentos do dia, bem como as propagandas dos filmes em cartaz nos cinemas locais, foram publicadas normalmente.

Uma grande foto de Goulart e a manchete “Presidente João Goulart chegou ontem à noite à Brasília”, encabeçavam a edição de 06 de setembro do *Diário da Manhã*. A nota afirmava que “Mazzilli foi o primeiro a abraçar o Presidente Constitucional”, e que “nenhum Ministro Militar compareceu ao aeroporto da nova capital”.⁵¹²

A seguir, uma ampla explanação de Brizola, por meio da “Rêde da Legalidade”, dominava a página, “agradecendo a todos quantos colaboraram na jornada cívica que empolgou o país nos últimos dias”. Brizola reiterou que “o Brasil possui um grande povo, capaz de realizar a luta decisiva pela sua libertação”.

A partir de agora, era necessário obter a “verdadeira liberdade”, para o povo brasileiro: “a libertação da miséria, do analfabetismo, dos grilhões do subdesenvolvimento e da espoliação; esta liberdade o povo precisa alcançar, ao lado da liberdade política”.

Sobre o presidente, afirmou que Goulart “agora, lá está em Brasília, depois desta luta gigantesca que mobilizou a consciência nacional”. Para Brizola, o golpe foi a tentativa de

⁵¹⁰ *O Nacional*, 05 de setembro de 1961.

⁵¹¹ *Idem*.

⁵¹² *Diário da Manhã*, 06 de setembro de 1961.

um grupo militar [que] desejou impor a sua vontade ao povo brasileiro que significava deformação do regime, e talvez sob inspiração de alguns círculos. Todavia, quando o povo reagiu e o processo dessa reação caminhava para a reafirmação da vontade popular, o grupo reagiu e operou uma transformação substancial no regime, para manter o programa traçado pelas velhas estruturas econômicas do país. Operou a transformação do regime, onde as velhas estruturas econômicas ficam representadas: latifundiários, grupos financeiros nacionais e estrangeiros, associados, mistos, etc.⁵¹³

E a mudança na Constituição não passava de um engano, “o povo não se iluda com as transformações de regimes. Estas transformações não resolvem a situação básica do povo”, pois o que este país precisava eram “reformas de base. Reformas que não sigam figurinos nem de Nova Iorque, nem de Moscou, mas que se inspirem na capacidade realizada do nosso povo e sejam próprias nossas”.⁵¹⁴

A “centelha libertária” havia sido acesa nos corações do povo, e, falando deste sentimento disse que “quem quiser ignorá-lo que o ignore”, pois o “povo brasileiro não deixará de realizar seus destinos”, e descreveu a si mesmo como “voluntário nessa luta que o povo brasileiro inicia pela sua libertação”.⁵¹⁵

Uma nota da *Agência Nacional*, datada do dia anterior, 05 de setembro, afirmava que num “último ato de seu governo, Ranieri Mazzilli exonerou diversos generais que exerciam funções de comando no III Exército”, além de uma “nota oficial”, por meio da qual os ministros militares “davam todo o apoio ao Congresso Nacional”, asseguravam “as garantias necessárias ao desembarque”, “permanência e investidura do sr. João Goulart na Presidência da República”.⁵¹⁶

Para G. R. Brown Palma, “Brizola, a tôdas estas, assume estatura nacional. Surgiu, afinal, o grande líder que o Brasil estava procurando. Ninguém mais deterá o gaúcho másculo que marcou encontro com o destino”.⁵¹⁷

O Nacional de 06 de setembro trazia duas grandes imagens, a primeira era entrevista coletiva que havia “concedido a jornalistas brasileiros e estrangeiros”, na qual “fez uma ampla exposição em torno da crise político-militar e a oposição assumida pelo Rio Grande do Sul”; a segunda imagem era de Jango e Brizola, juntos quando este desembarcou em Porto Alegre, a

⁵¹³ *Diário da Manhã*, 06 de setembro de 1961.

⁵¹⁴ *Idem*.

⁵¹⁵ *Ibidem*.

⁵¹⁶ *Ibidem*.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

legenda da fotografia afirmava “Jango, no poder da República, pedirá uma consulta plebiscitária ao Congresso”.⁵¹⁸

O jornal também informava que em Porto Alegre tudo “retoma seu ritmo normal de vida”, mas havia, ainda, “falta de combustível, escassês [sic] de água e de trigo”, o “tráfego aéreo e ferroviário” havia sido “reestabelecido”, embora ainda houvessem “tropas acampadas nos arredores de Pôrto Alegre”, prontas para “qualquer emergência na manutenção da ordem e no respeito à Constituição”.⁵¹⁹

Em Passo Fundo, no dia seguinte, seria realizada “uma missa, na Catedral, em honra à Pátria”, visando “a paz e a unidade nacional”, além do tradicional desfile cívico, haveria também um “desfile militar”, contando com “os contingentes presentes na cidade” e “representantes da Cruz Vermelha”.⁵²⁰

O *Diário da Manhã* de quinta-feira, 7 de setembro, trazia a manchete “Hoje, às 15 horas, João Goulart empossado na Presidência da República”, o texto da reportagem afirmava ainda que havia “grande expectativa acerca do pronunciamento que o presidente João Goulart fará na ocasião”. Além disso, “Voluntários da legalidade realizarão gigantesca passeata em P. Alegre”, em “homenagem ao 7 de Setembro”.⁵²¹

O editorial do dia, bastante sugestivo, tinha o título “O Congresso deu o golpe!”, afirmava que a “Nação foi advertida logo após a renúncia do Sr. Jânio Quadros, que os Ministros Militares, [...] estavam procurando golpear as instituições, esperando-se que este voltaria a bater com os costados num regime discricionário”. O resultado, porém, não saiu conforme o esperado já que “ergueu-se o povo e ergueu-se parte das Forças Armadas, numa ampla mobilização de forças a caminho da reação pelas armas em defesa do regime e da Carta Maior da República”.⁵²²

O mais curioso, porém, segundo o jornal, é que “os congressistas, unidos em tórno [sic] do poder, vigilantes na defesa dos seus interesses [sic] pessoais, grudados às cadeiras, que lhes rendem duzentos e sessenta mil cruzeiros mensais, mandaram o povo às favas e proclamaram-se senhores absolutos da vontade de setenta milhões de brasileiros”.⁵²³ Eles, “aproveitando-se do clima de confusão reinante no país”, [...] “se anteciparam e vibraram na Nação o golpe que a Nação estava esperando vindo [sic] de outro setor”, na verdade, “ganharam a parada e terminaram embrulhando os velhos e incorrigíveis golpistas, que

⁵¹⁸ *O Nacional*, 06 de setembro de 1961.

⁵¹⁹ *Idem*.

⁵²⁰ *O Nacional*, 06 de setembro de 1961.

⁵²¹ *Diário da Manhã*, 07 de setembro de 1961.

⁵²² *Idem*.

⁵²³ *Ibidem*.

também caíram no conto do apêndice parlamentarista grudado com fita durex no corpo da Constituição Republicana”, o verdadeiro prejuízo, de acordo com o *Diário*, recaiu sobre o povo brasileiro, mais uma vez.

Mais do que uma manifestação popular, o movimento da Legalidade foi uma demonstração da força política de Brizola e da sua capacidade de mobilização, já à época, tão reconhecida. “As contradições de Brizola formaram-se e consolidaram-se na argamassa de sua vivência política e administrativa”.⁵²⁴

Entre os primeiros dias de agosto e os primeiros de setembro de 1961, o país conheceu de perto a possibilidade da guerra civil.⁵²⁵ De um lado, o governador Brizola, da ala mais radical do trabalhismo e do outro, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que dava apoio total ao golpe militar.

Frente à reação popular alavancada por Brizola, os militares não tiveram coragem de prosseguir com o golpe e acabaram admitindo a posse de Jango. A legalidade venceu.

A campanha da legalidade conferiu a Brizola, principalmente no Rio Grande do Sul, o status de político perfeito, quase um “santo”. Aldo Pinto, líder estudantil que participou da campanha assim descreveu o Brizola da Legalidade: “... um homem que está anos à frente de todos nós, pela sua intuição, pela sua competência, pela sua sensibilidade. O Brizola era moço ousado. Era um homem que não tinha medo de absolutamente nada”.⁵²⁶

Embora toda a força mobilizada por Brizola não tenha se manifestado em 1964, como veremos em capítulos posteriores, quando o golpe militar foi desferido, aquela demonstração de poder e persuasão alçaram-no a voos mais altos na política brasileira. Após aqueles dias de forte resistência, Brizola foi reconhecido como um dos maiores líderes latino-americanos.⁵²⁷

A imprensa regional manteve-se ao lado de Brizola, enquanto este defendeu a Legalidade, retratando-o como um jovem líder comprometido com a lei e a ordem constitucionais. Mas, de que forma esta mesma imprensa regional descreveria as ações deste mesmo Brizola, numa cena política diferente?

⁵²⁴ LEITE FILHO, F. C., 2008, p. 67.

⁵²⁵ FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

⁵²⁶ Aldo Pinto. “Os estudantes na legalidade”. *Nós e a legalidade. Depoimentos*, op. Cit. P. 49.

⁵²⁷ **Ribeiro**, Darcy. Leonel Brizola - Um típico filho do povo. *Fundação Leonel Brizola Alberto Pasqualini*. Disponível em: < <http://www.flb-ap.org.br/leonel-brizola/>>. Acesso em: 08. Ago. 2012.

4 BRIZOLA APÓS A LEGALIDADE: A IMPRENSA NO ATAQUE

Para muitos pesquisadores, o governo Brizola representa um momento de ruptura, utilizado para caracterizar a própria gestão do ex-governador. De acordo com Bemfica, Brizola

teria rompido com práticas políticas que visavam beneficiar aos setores mais conservadores, instaurando projetos voltados para a distribuição de renda e o desenvolvimento com base em investimentos em infra-estrutura e alterações na matriz produtiva do Estado.⁵²⁸

As ações promovidas durante seu governo repercutiram imensamente e teriam até mesmo “provocado tanto a desaprovação como a reação dos chamados setores conservadores, cujos representantes, inclusive no Parlamento gaúcho, gradativamente foram atribuindo ao governador trabalhista, objetivos que incluíam a desestabilização da ordem vigente”.⁵²⁹ Outro motivo que o caracterizaria como um momento de ruptura seria a partir da Legalidade, quando Brizola “teria alterado não só a composição política do governo, mas também dado início a iniciativas realmente identificadas com as propostas defendidas pelos setores ‘de esquerda’ de um modo geral, entre eles os comunistas”.⁵³⁰

4.1 Brizola: pós Legalidade na imprensa de Passo Fundo (1961)

Conforme observamos ao longo do trabalho, *O Nacional* e *Diário da Manhã* eram periódicos de orientação política distinta, embora ambos tenham manifestado posições convergentes no episódio da Legalidade.

Nos primeiros dias da Legalidade, ambos os periódicos, assim como toda a imprensa do país, mostraram-se atônitos, ante a renúncia de Jânio, sendo que a campanha pela legalidade foi amplamente retratada a partir do dia 28 de agosto, durando até a posse de Jango em 07 de setembro e daí em diante, gradualmente, os jornais retornam à normalidade.

⁵²⁸ BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. Governo Leonel Brizola do Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, 2007, p. 09.

⁵²⁹ Idem.

⁵³⁰ Ibidem.

Ao longo desta pesquisa notamos a crescente evolução da figura de Brizola na imprensa passo-fundense, por meio dos periódicos *Diário da Manhã* e *O Nacional*. Mas como explicar que, de político promissor e potencial candidato à sucessão de Jango, Brizola passaria a ser apontado por setores da política nacional como “um dos principais responsáveis pelo acirramento de posições que culminou com o 1º de abril de 64”?⁵³¹

Embora *Diário da Manhã* e *O Nacional* houvessem deixado suas pequenas disputas de lado e se mostrado “favoráveis à posse de Jango, ao Movimento deflagrado por Brizola no Rio Grande do Sul e contrários à forma arbitrária de implantação do sistema parlamentarista no Brasil”, eram “favoráveis a esse tipo de regime político”.⁵³²

Os periódicos não tardaram em retornar aos seus posicionamentos anteriores à Legalidade, ou seja, no caso de *O Nacional*, apoio, ainda que moderado, à Brizola e o *Diário da Manhã*, de desaprovação aos seus modos “exaltados e ameaçadores”,⁵³³ além de criticar as ações de seu governo. Passemos então, à análise dos exemplares.

O requisito utilizado para inclusão de uma notícia ou nota na pesquisa dos periódicos em nosso estudo foi a menção do nome de Brizola; para a classificação das reportagens utilizamos a seguinte avaliação:

Conceitos:	Classificação:
+++	Muitíssimo positiva
++	Muito positiva
+	Positiva
N	Consideravelmente neutra
-	Levemente negativa
--	Muito Negativa
---	Muitíssimo Negativa

Antes de 1961, as menções à Brizola estão assim distribuídas em *O Nacional*:

Data da notícia:	Classificação:
31/12/1946	+
06/12/1950	+
28/12/1955	+
28/02/1958	+
29/03/1958	+
09/04/1958	+

⁵³¹ BEMFICA, Flávia Cristina Maggi, 2007, p. 13.

⁵³² BENVENEGÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. Dissertação (Mestrado em História) - UPF, 2006, p. 174.

⁵³³ BEMFICA, Flávia Cristina Maggi, 2007, p. 13.

23/04/1958	+
03/05/1958	+
21/05/1958	+
13/06/1958	+
28/08/1958	+
30/08/1958	++
1º/09/1958	+
16/06/1958	+
04/07/1958	++
07/07/1958	++
08/07/1958	++
17/07/1958	++
22/09/1958	++
02/10/1958	+++
04/10/1958	+
12/05/1959	+
1º/06/1959	N
02/02/1960	---
1º/03/1961	--
13/03/1961	--
11/04/1961	--
30/06/1961	--
17/08/1961	--
18/08/1961	-
19/08/1961	N

Conceitos:	Classificação:	
+++	Muitíssimo positiva	01
++	Muito positiva	06
+	Positiva	15
N	Consideravelmente neutra	02
-	Levemente negativa	01
--	Muito Negativa	05
---	Muitíssimo Negativa	01
Total		31

E, no *Diário da Manhã*:

Data da notícia:	Classificação:
29/08/1958	N
29/09/1958	+
02/09/1958	--
19/09/1958	--
24/09/1958	-
23/09/1958	-
21/09/1958	--
27/09/1958	--

09/10/1958	-
12/05/1959	+
14/05/1959	N
15/05/1959	--
17/05/1059	---

Conceitos:	Classificação:	
+++	Muitíssimo positiva	Zero
++	Muito positiva	Zero
+	Positiva	02
N	Consideravelmente neutra	02
-	Levemente negativa	03
--	Muito Negativa	05
---	Muitíssimo Negativa	01
Total		13

E, durante a Legalidade em *O Nacional*:

Data da notícia:	Classificação:
24/08/1961	Não há menção a Brizola
25/08/1961	Não houve publicação neste dia
26/08/1961	N
27/08/1961	Não houve publicação neste dia
28/08/1961	++
29/08/1961	++
30/08/1961	Não há menção a Brizola
31/08/1961	+++
1º/09/1961	++
02/09/1961	++
03/08/1961	Não houve publicação neste dia
04/09/1961	++
05/09/1961	+
06/09/1961	++
07/09/1961	Não houve publicação neste dia
08/09/1961	+
09/09/1961	Não houve publicação neste dia
10/09/1961	Não houve publicação neste dia

Conceitos:	Classificação:	
+++	Muitíssimo positiva	01
++	Muito positiva	06
+	Positiva	02
N	Consideravelmente neutra	01
-	Levemente negativa	Zero
--	Muito Negativa	Zero
---	Muitíssimo Negativa	Zero
Não há menção a Brizola		02
Total		12

E no *Diário da Manhã*, durante a Legalidade:

Data da notícia:	Classificação:
24/08/1961	Não há menção a Brizola
25/09/1961	Não há menção a Brizola
26/08/1961	N
27/08/1961	+
28/08/1961	Não houve publicação neste dia
29/08/1961	+++
30/08/1961	+++
31/08/1961	++
1º/09/1961	++
02/09/1961	++
03/09/1961	+
04/08/1961	Não houve publicação neste dia
05/09/1961	++
06/09/1961	++
07/09/1961	+
08/09/1961	Não houve publicação neste dia
09/09/1961	+
10/09/1961	---

Conceitos:	Classificação:	
+++	Muitíssimo positiva	02
++	Muito positiva	05
+	Positiva	04
N	Consideravelmente neutra	01

-	Levemente negativa	Zero
--	Muito Negativa	Zero
---	Muitíssimo Negativa	01
Não há menção a Brizola		02
Total		15

Através das análises quantitativas realizadas, verifica-se que, enquanto *O Nacional*, antes da Legalidade retratou Brizola *positivamente*, na maioria de suas edições, o *Diário da Manhã*, antes do referido período, o representou de forma *negativa* ou *muito negativa*.

Durante o período, mostraram-se indubitavelmente favoráveis à Legalidade; e quanto à Brizola, de forma *muito positiva* em *O Nacional* e *muito positiva* no *Diário da Manhã*. Isto deve-se, em grande parte, à forma diferenciada com que cada periódico interpretou a Legalidade: enquanto o *Diário da Manhã* ateve-se à manutenção da ordem, visando a democracia, o bem estar social, ainda que sem grandes mudanças, para *O Nacional* a Legalidade poderia revestir-se de uma ocasião para a implementação das reformas sociais.

Após a Legalidade, pouco a pouco, os periódicos vão alterando seus posicionamentos políticos em relação à Brizola. O *Diário da Manhã* de 10 de setembro de 1961, na coluna “Em cinco minutos”, de G. R. Brown de Palma, ainda defende Brizola das primeiras acusações após a Legalidade. Segundo ele, alguns “indivíduos, aqui mesmo em Passo Fundo”, que com “[...] uma visão estreita, curtíssima”, “[...] tacharam o movimento cívico de todo o povo, de movimento comunista”.⁵³⁴ O colunista é enfático:

podem [...] dizer o que bem entendem, podem expelir seu abastecimento como melhor lhes aprouver: não conseguirão, nunca, tirar a glória de que se revestiu o Governador Leonel Brizola que, como autêntico líder, no momento decisivo agiu com precisão e energia.

Definiu-se, tomou uma atitude corajosa e heróica [sic], sozinho no início: eu não... Posto, só me levam morto daqui; permaneceréi no Governo até a morte, aqui no Palácio defendendo os direitos do povo, defendendo a Constituição.

E o povo do Rio Grande e do Brasil, [...] compreendeu o sentido da mensagem cívica do Sr. Leonel Brizola, que se tornou o autêntico e legítimo líder nacional, porque o povo esteve e está a seu lado.⁵³⁵

⁵³⁴ *Diário da Manhã*, 10 de setembro de 1961.

⁵³⁵ *Idem*.

Para G. R. Brown de Palma, a ação de Brizola contra o “golpe” não ficaria impune e certamente o político sofreria “uma campanha de descrédito, com o auxílio sempre comprado na chamada ‘imprensa sadia e boa’, entretanto, “não conseguirão divorciá-lo da afeição e da liderança do povo que começou, efetivamente, a lutar pela verdadeira libertação”.⁵³⁶

Progressivamente, o *Diário da Manhã* alterna entre acusação e defesa da administração de Brizola, conforme seus próprios interesses, conforme verificaremos a seguir.

Em sua coluna “No Zigue-Zague da cidade”, o jornalista C. P. Camargo, traça uma crítica indireta a Brizola, que vinha pronunciando-se contra o Parlamentarismo:

Vejam vem o gabarito dos políticos que estão levantando suas vozes contra o Parlamentarismo.

São, sem dúvida, os que só podem viver à sombra do mandonismo e do poder pessoal do Presidencialismo. São os que só vencem eleições num regime apodrecido e inaptado [sic] aos dias atuais.⁵³⁷

Enquanto isto, a primeira menção à Brizola, após a Legalidade, em *O Nacional*, aparece apenas em 19 de setembro, quando Anildo Sarturi, autor da matéria “Revolução de Microfone”, afirmou que durante a Legalidade, a “única coisa que me punha inquieto era o histerismo do noticiário radiofônico”.⁵³⁸ Ele dizia ainda que “em tempos de revolução, vale tudo. São ditas as maiores heresias, as maiores loucuras, e, tudo passa como o vento,”⁵³⁹ porém, “a única loucura de que gostei foi a do Congresso, aprovando a emenda parlamentarista”, pois para Sarturi, o “Congresso tinha poderes para votar o Ato Adicional, e fez muito bem, salvando o país de uma guerra civil”.⁵⁴⁰ A posição de *O Nacional*, por tanto, era favorável ao Parlamentarismo, algo que já havia demonstrado em sua edição de 1º de setembro, conforme mencionamos anteriormente, ainda que não se mostrasse completamente satisfeito com a maneira pela qual isto ocorreu.

Na edição deste mesmo dia, *O Nacional* publicou o texto “Dramático apêlo [sic]”, de Nicolau Martinowsky, no qual afirmava ser “calamitosa a situação dos soldados da Brigada Militar”, justo eles que “cerraram fileiras em defesa da legalidade, [...] estão reduzidos à mais humilhante situação: 4 meses sem receber os vencimentos”.⁵⁴¹ Declarando que tal fato seria

⁵³⁶ *Diário da Manhã*, 10 de setembro de 1961.

⁵³⁷ *Diário da Manhã*, 15 de setembro de 1961.

⁵³⁸ *O Nacional*, 19 de setembro de 1961.

⁵³⁹ *Idem*.

⁵⁴⁰ *Ibidem*.

⁵⁴¹ *O Nacional*, 19 de setembro de 1961.

“uma injustiça revoltante”, o autor questiona: “Não foi prevista no orçamento do Estado a despesa para pagamento dos milicianos?”⁵⁴² A crítica é dirigida tanto ao governador quanto aos deputados estaduais, que deveriam “adiantar-se [nas viagens de campanha] para o interior, pois se o deixarem para a época das eleições, será um pouco tarde”.⁵⁴³

Em 20 de setembro, o *Diário da Manhã* anunciou a que Brizola viajaria “ainda esta semana para o Rio”, como “convidado especial, vai participar do Congresso Nacional de Jornalistas, a ser instalado no próximo dia 21, na cidade de Nova Friburgo no Estado do Rio”, depois o “governador Leonel Brizola prosseguirá sua viagem à Brasília, a fim de conferenciar com o presidente João Goulart, sobre diversos assuntos do interesse do Rio Grande do Sul”. A edição também informava que ele havia sido “recebido com uma salva de 21 tiros de canhão, em Santiago”, “[...] quando foi receber o título de “Cidadão Santiaguense”, distinção que lhe foi conferida pela atitude tomada em defesa da Constituição”.⁵⁴⁴

Pouco a pouco, as acusações de infiltração comunista surgem e se intensificam, partindo de diversos setores da sociedade. Em 21 de setembro, o deputado do PRP, Afonso Anschau, “em mensagem enviada ao premier Tancredo Neves, denunciou a infiltração comunista no Rio Grande do Sul”, informando que “os “vermelhos” estão agindo livremente no interior do Estado”.⁵⁴⁵ E, ao que parece, os vencimentos do funcionalismo público continuavam atrasados, pois os “funcionários estaduais vão se reunir no sábado e exigir pagamentos atrasados”.⁵⁴⁶

O *Diário da Manhã* informou que o “Secretário da Fazenda está prometendo colocar em dia os vencimentos do funcionalismo público do Estado, com o empréstimo de cinco bilhões de cruzeiros” que o Govêrno [sic] em breve conseguiria, e a manchete fazia votos de que “ele não chegue tarde, para o resguardo do bom nome da administração riograndense [sic] e para a paz de espírito e tranquilidade de seus servidores”.⁵⁴⁷ Na mesma edição, os “deputados integrantes da Ação Democrática Parlamentar, liderada pelo sr. João Mendes”, prometiam “denunciar na Câmara Federal a infiltração comunista nas Fôrças Armadas e policiais com a penetração de elementos esquerdistas ou simpatizantes do comunismo”.⁵⁴⁸

Em sua edição de mesma data, o colunista João Vieda de *O Nacional*, menciona apenas que “neste nosso parlamentarizado torrão já mais ou menos feito do susto da

⁵⁴² *O Nacional*, 19 de setembro de 1961.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ *Diário da Manhã*, 20 de setembro de 1961.

⁵⁴⁵ *Diário da Manhã*, 21 de setembro de 1961.

⁵⁴⁶ Idem.

⁵⁴⁷ *Diário da Manhã*, 23 de setembro de 1961.

⁵⁴⁸ Idem.

‘brizolada’ (um dos apelidos que o vulgo deu à resistência democrática dirigida pelo governador Brizola), as coisas estão se aquietando”.⁵⁴⁹

O *Diário da Manhã* ainda ecoava elogios à Brizola, por conta da Legalidade, em suas edições de 26 e 27 de setembro, “Brizola recebeu, de todo o país, a maior demonstração de aplausos até agora conhecida – Cerca de cem mil telegramas recebeu o governador riograndense pela sua atitude legalista”,⁵⁵⁰ e o “Governador Leonel Brizola presidiu a sessão de encerramento do Congresso Nacional de Jornalistas”, proferindo um “discurso altamente expressivo”, “[...] dizendo, entre outras coisas, que o povo brasileiro precisa tomar consciência da realidade e que o Brasil precisa emancipar-se economicamente”, o qual foi “aplaudido com entusiasmo pelos jornalistas, que prestaram as mais expressivas homenagens ao sr. Leonel Brizola”.⁵⁵¹

Após uma “troca de farpas” entre Brizola e Lacerda, em 28 de setembro, quando Brizola deu “declarações a uma emissora [sic] de televisão da Guanabara”, acusando Lacerda e Carvalho Pinto de “omissão no caso do golpe” e de serem contrários “à Legalidade e à democracia”,⁵⁵² a resposta de Lacerda apareceu na edição de 04 de outubro, quando afirmou que o “governo está esquerdizado [sic]”,⁵⁵³ o que deu início a uma série de declarações de infiltração comunista no governo gaúcho.

A denúncia seguinte ocorreu em 09 de outubro, e partiu de D. Vicente Scherer. Conforme *O Nacional*, “elementos do Governo favorecem a mobilização subversiva no RS”.⁵⁵⁴ Ao que parece, dias antes, o arcebispo havia concedido entrevista à *Folha da Tarde* e denunciado a forte “presença de elementos comunistas no governo do Estado”, ao que Brizola teria respondido, com um ofício afirmando que já havia “determinado as providências necessárias” e, na edição do dia 09, D. Vicente mais uma vez afirmava a presença de comunistas no governo. Como a opinião pública não se mostrasse satisfeita com as poucas explicações dadas, Brizola prometeu que falaria novamente sobre o tema, o que ocorreria em 13 de outubro.

O editorial do dia 13, do periódico *Diário da Manhã*, “Os responsáveis pela infiltração vermelha”, apressou-se a defender Brizola, ainda que indiretamente:

⁵⁴⁹ *O Nacional*, 23 de setembro de 1961.

⁵⁵⁰ *Diário da Manhã*, 26 de setembro de 1961.

⁵⁵¹ *Diário da Manhã*, 27 de setembro de 1961.

⁵⁵² *O Nacional*, 28 de setembro de 1961.

⁵⁵³ *O Nacional*, 04 de outubro de 1961.

⁵⁵⁴ *O Nacional*, 09 de outubro de 1961.

[...]

Os que se mostram alarmados com a infiltração comunista no Brasil precisariam realizar alguma coisa de positivo em benefício das classes desprotegidas da fortuna, inclusive o de privar-se de certas ostentações de grandeza natural a uma Nação rica, mas tão chocante aos sentimentos de uma coletividade que luta, desesperadamente, sem conseguir, todavia, os recursos que lhes assegure existência compatível com a dignidade da pessoa humana.⁵⁵⁵

E em 14 de outubro, o *Diário da Manhã* publicou parte de um “Incisivo pronunciamento do Governador Leonel Brizola, ontem à noite”, quando o “Chefe do executivo falou no Colégio Estadual Júlio de Castilhos”.

[...]

interrompido seguidamente por entusiásticos aplausos e aclamações o Governador do Estado analisou a situação econômica do país, denunciando a ação espoliativa dos trustes e monopólios, afirmando serem estes os responsáveis juntamente com as corporações econômicas nacionais que a eles se ligam, pela miséria do Brasil e da América Latina, em geral. Afirmou serem necessárias reformas de base; mas, paralelamente, cumpre deter o processo espoliativo das corporações econômicas. Acentuou que até há pouco tempo falar em socialismo constituía verdadeiro tabú [sic]; mas, que atualmente o obscurantismo desapareceu. Que ninguém deve confundir suas idéias [sic] com extremismo, pois, frisou, é contra todo o tipo de extremismo, da esquerda ou da direita. Disse que chegou a hora de encararmos a realidade e deixarmos de fantasias e divagações. A nossa inquietação é a mesma de todos os povos latino-americanos. Precisamos de soluções brasileiras para os problemas brasileiros.⁵⁵⁶

Na ocasião, Brizola afirmou que já estava “acostumado a ser qualificado de comunista, desde o início de sua carreira política, quando deputado, por ter se colocado ao lado dos trabalhadores da Carris. Entretanto, nunca deu importância a esta, assim como a outras acusações e segue o seu destino. O povo gaúcho, acentuou, é muito mais esclarecido do que muita gente pensa”.⁵⁵⁷

Em 11 de outubro, *O Nacional* havia afirmado que vários deputados confirmavam a “denúncia sobre a infiltração Comunista”, entre eles, Luciano Machado e José Zacchia que afirmou que “é público e notório que, com o beneplácito de determinados setores da administração pública do Estado, os comunistas vem usufruindo de posições e regalias vantajosas, que possibilitam seu proselitismo”⁵⁵⁸ e Paulo Brossard chegou a dizer que

⁵⁵⁵ *Diário da Manhã*, 13 de outubro de 1961.

⁵⁵⁶ *Diário da Manhã*, 14 de outubro de 1961.

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ *O Nacional*, 11 de outubro de 1961.

“ninguém ignora que dentro do Palácio do Govêno vicejam elementos sabidamente vermelhos e que outra coisa não fazem senão política, ganhando pelo Plano de Obras, e tendo um tratamento pecuniário especialíssimo e que recebem até mais que os desembargadores!”.⁵⁵⁹

Em sua coluna “Acontecimentos da Semana”, publicada em *O Nacional* de 12 de outubro, João Vieda comentou a denúncia de Dom Vicente, com seu habitual humor irônico, pois este havia dito “que o tal movimento de resistência democrática, que tantos louvores mereceu por aqui, serviu de disfarce à ação subversiva e desagregadora de notórios comunistas que nele se infiltraram à socapa, dêle [sic] se valendo como quizerem [sic]”. Vieda aproveita para fazer uma crítica, bem ao seu estilo, pois uma vez que D. Vicente “viu de perto as atividades dos comandos legalistas” e “foi uma das primeiras personalidades gaúchas a levar solidariedade aos heróis da resistência democrática, decerto só mais tarde é que percebeu a infiltração comunista que vem denunciar”.⁵⁶⁰

A crise tomou um novo panorama, com o pedido de demissão do secretário Alberto Hoffman⁵⁶¹, “em caráter irrevogável”, em 15 de outubro, mas, ao que parece a crise no governo gaúcho só aumentou, uma vez que D. Vicente continuou reafirmando a existência da infiltração comunista, como se vê em 17 de outubro, *O Nacional* reproduziu um pronunciamento do arcebispo, no qual, “falando à imprensa e rádio da capital do Estado”, reafirmou que “o bom católico não pode ser um bom socialista”, pois aos católicos, “a doutrina do socialismo é estranha [sic] e exdrúxula [sic]”,⁵⁶² a notícia ecoava uma “denúncia formulada sôbre [sic] a infiltração comunista no Rio Grande do Sul” pois “os Comitês da [ilegível] são dirigidos por elementos do partido comunista”.⁵⁶³ E, em 18 de outubro, João Vieda afirmou que “aqui no Rio Grande não dá prá falar em comunismo”, pois “um secretário já foi degolado. Ou melhor, degolou-se... Engraçado! Embora a época freudiana já tenha passado, as psicoses ainda estão na moda”, e que, aqui, no Rio Grande “a gente não pode, querendo, ser simplesmente da esquerda”.⁵⁶⁴

Em 21 de outubro, Brizola declarou a jornalistas que “considerou as afirmações de Dom Vicente Scherer, ‘precipitadas’[...] Negou Brizola que existisse comunismo ou comunistas no Rio Grande do Sul, reafirmando mais uma vez ‘desconhecer o fato’”.⁵⁶⁵ A

⁵⁵⁹ *O Nacional*, 11 de outubro de 1961.

⁵⁶⁰ *O Nacional*, 12 de outubro de 1961.

⁵⁶¹ *Diário da Manhã*, 15 de outubro de 1961.

⁵⁶² *O Nacional*, 17 de outubro de 1961.

⁵⁶³ *Idem*.

⁵⁶⁴ *O Nacional*, 18 de outubro de 1961.

⁵⁶⁵ *O Nacional*, 21 de outubro de 1961.

questão chegou a afetar até mesmo a arrecadação de tributos no Estado, conforme afirmou Gabriel Obino, Secretário da Fazenda, “estou convencido de que Dom Vicente Scherer, arcebispo metropolitano, pelas declarações que vem prestando à imprensa sôbre [sic] a infiltração comunista, vem contribuindo para a violenta queda de arrecadação que se verifica no Estado, principalmente nas últimas semanas”.⁵⁶⁶

Brizola ainda recebeu várias outras críticas como “esquecer-se que é Governador do Estado”,⁵⁶⁷ e “Brizola na campanha política prometeu concluir a hidráulica nesta cidade, mas até agora nada...”,⁵⁶⁸ mas também recebeu elogios, por estar “fazendo o que a maioria dos brasileiros realmente brasileiros têm vontade de fazer: denunciar, corajosamente, os responsáveis pela nossa miséria e atraso”, ou seja “declarar guerra ao imperialismo econômico arrostando tôdas as consequências. Mostrar como somos espoliados fria e metodicamente pelos grupos econômicos estrangeiros, mistos, etc”.⁵⁶⁹

Para fins de análise, no período pós-Legalidade, em relação à Brizola as notícias foram classificadas da seguinte forma, no período *Diário da Manhã*:

Diário da Manhã			
	1961	Classificação	Menção à Leonel Brizola
Setembro	10	++	Direta
	12	+	Direta
	14	N	Direta
	15	-	Indireta
	16	-	Direta
	20	+	Direta
	21	-	Indireta
	23	-	Indireta
	26	+	Direta
	27	+	Direta
28	N	Direta	
Outubro	05	+	Direta
	07	+	Direta
	10	N	Direta
	13	+	Direta
	14	+	Direta
	15	-	Indireta
	20	N	Direta
	25	N	Direta
	28	--	Direta

⁵⁶⁶ *O Nacional*, 31 de outubro de 1961.

⁵⁶⁷ *Diário da Manhã*, 28 de outubro de 1961.

⁵⁶⁸ *Diário da Manhã*, 02 de novembro de 1961.

⁵⁶⁹ *Diário da Manhã*, 29 de outubro de 1961.

	29	++	Direta
Novembro	02	--	Direta
	09	N	Direta
	23	N	Direta
	25	+	Direta
	26	N	Direta
Dezembro	02	+	Direta
	14	N	Direta
	17	-	Direta
	19	+	Direta

De setembro à dezembro de 1961, foram publicadas 30 notícias sobre Brizola no *Diário da Manhã*, sendo consideradas:

Conceitos:	Classificação:
Zero	Muitíssimo positiva
02	Muito positiva
11	Positiva
9	Consideravelmente neutra
06	Levemente negativa
02	Muito Negativa
Zero	Muitíssimo Negativa

A partir disto, podemos concluir que o posicionamento do periódico *Diário da Manhã*, no período pós-Legalidade era, em sua maior parte, *positivo* à Brizola, mas, *levemente negativa* ao seu governo do Rio Grande do Sul.

Em *O Nacional*, as notícias/menções à Brizola, entre setembro-dezembro de 1961, estão distribuídas da seguinte forma:

O Nacional			
	1961	Classificação	Menção à Leonel Brizola
Setembro	19	-	Direta
	23	N	Indireta
	25	N	Indireta
	26	N	Indireta
	27	N	Indireta
	28	+	Direta
Outubro	02	N	Indireta
	04	+	Indireta
	06	-	Direta
	09	-	Direta
	11	--	Indireta
	12	+	Indireta

	13	N	Direta
	16	N	Indireta
	17	-	Indireta
	18	+	Indireta
	21	++	Direta
Novembro	06	--	Indireta
	07	--	Indireta
	11	N	Indireta
	18	--	Indireta
	20	--	Indireta
Dezembro	12	+	Direta
	18	-	Indireta
	30	--	Indireta

No intervalo entre setembro e dezembro de 1961, foram encontradas 25 notícias mencionando Brizola ou seu governo, no jornal *O Nacional*, que foram classificadas da seguinte forma:

Conceitos:	Classificação:
Zero	Muitíssimo positiva
1	Muito positiva
5	Positiva
8	Consideravelmente neutra
5	Levemente negativa
6	Muito Negativa
Zero	Muitíssimo Negativa

Das 25 notícias obtidas a partir da pesquisa em *O Nacional*, 18 referiam-se à Brizola de forma indireta e apenas 07 à figura de Brizola diretamente. Em uma análise do conteúdo das notícias, verificou-se que 07 delas mencionavam diretamente Brizola, a minoria, ou seja, 03, eram negativas, o que confirma a divisão existente no PTB local; quanto às notícias indiretas, 07 delas estavam ligadas ao Governo Brizola e seus atos.

4.2 Brizola no Diário da Manhã: 1962-1963

No periódico *Diário da Manhã*, pesquisamos o intervalo entre janeiro de 1962 a março de 1963.

Diário da Manhã			
1962		Classificação	Menção à Leonel Brizola
Janeiro	09	--	Direta
	10	N	Direta
	13	+	Direta
	14	--	Direta
	16	---	Direta
	20	-	Direta
	21	--	Direta
	24	---	Direta
	25	-	Direta
	27	--	Direta
	31	--	Direta
Fevereiro	02	---	Indireta
	03	-	Direta
	04	+	Direta
	07	+	Direta
	09	--	Indireta
	17	-	Indireta
	18	N	Indireta
	20	--	Direta
	21	+	Direta
	22	-	Direta
	24	--	Direta
	25	--	Direta
Março	02	+	Direta
	04	--	Indireta
	11	-	Indireta
	17	---	Indireta
	20	---	Indireta
	30	--	Direta
Abril	07	-	Direta
	08	---	Direta
	13	--	Direta
	15	---	Direta
	18	--	Direta
	19	+	Indireta
	20	--	Direta
	24	-	Direta
29	--	Indireta	
Maió	03	--	Direta
	09	---	Indireta
	11	-	Indireta
	13	--	Direta
	20	-	Direta
	29	--	Indireta
	30	---	Indireta
J u n h o	05	--	Indireta

	07	--	Indireta
	08	-	Indireta
	15	--	Indireta
	16	---	Indireta
	21	---	Indireta
	29	--	Indireta
Julho	07	-	Direta
	18	++	Direta
Agosto	18	+	Direta
	21	--	Indireta
	29	+	Indireta
Setembro	20	+	Direta
Outubro	06	--	Indireta
	13	+	Direta
	14	N	Direta
	25	--	Indireta
	26	--	Indireta
Novembro	09	--	Indireta
	11	---	Direta
Dezembro	23	---	Direta

Diário da Manhã			
1963		Classificação	Menção à Brizola
Janeiro	01	--	Direta
	25	N	Direta
Fevereiro	09	++	Direta
Março	05	--	Direta
*** ⁵⁷⁰			

No espaço entre janeiro de 1962 a março de 1963, foram encontradas 70 notícias mencionando Brizola direta e indiretamente nas páginas do *Diário da Manhã*.

Conceitos:	Classificação:
Zero	Muitíssimo positiva
02	Muito positiva
10	Positiva
4	Consideravelmente neutra
12	Levemente negativa
29	Muito Negativa
13	Muitíssimo Negativa

⁵⁷⁰ ***Os arquivos do jornal *Diário da Manhã* de abril de 1963 a abril de 1964 não estavam disponíveis para pesquisa, devido à necessidade de reencadernação, causada pela manipulação constante do material, o que, infelizmente, contribuiu para a relativa parcialidade dos dados apurados.

Das 70 notícias encontradas, 43 eram menções diretas à Brizola, e, destas, a maioria, isto é, 16 eram muito negativas; dentre as 27 menções indiretas à Brizola, ou seja, ligadas à sua administração, 13 eram muito negativas, 07 muitíssimo negativas, 04 negativas, 01 neutra e 02 levemente positivas. De acordo com os dados apurados, podemos concluir que o *Diário da Manhã*, retratou tanto a figura de Brizola quanto sua administração de maneira muito negativa.

Outro dado apurado no decorrer da pesquisa é a associação do nome de *Brizola* e o número de vezes em que este apareceu ligado às palavras *comunista/comunismo*: 15 vezes, quer entre as manchetes, quer entre as notícias distribuídas no interior dos exemplares. Dentre estas 15 vezes, 13 delas de forma indireta e apenas duas de forma direta, o que demonstra que, mesmo que não pudesse identificar, efetivamente, Brizola como um comunista, o *Diário da Manhã* acabou associando o nome *Brizola* e a palavra *comunismo*.

O medo do comunismo e, sobretudo, dos comunistas infiltrados na sociedade, prontos para desferir o golpe de misericórdia nas democracias estabelecidas em qualquer lugar do mundo, era fortemente explorado pelos órgãos da imprensa⁵⁷¹, esmerados em incutir no imaginário popular a ideia de que o comunismo era “*O mal*”, criando elos com a figura do diabo.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem à mesma sociedade, mas definem também, da forma mais ou menos precisa, os meios inteligíveis das suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições sociais, etc. O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo do controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder.⁵⁷²

O comunismo sempre foi visto com desconfiança pela Igreja Católica, que lançou o ataque frontal a esta doutrina com a encíclica *Divini Redemptoris*, publicada pelo Papa Pio XII, em 1953 e que via nesta ideologia um perigo iminente por destruir os fundamentos da sociedade, subverte a ordem social, que não reconhece a verdadeira origem, natureza e fim do

⁵⁷¹ De acordo com o artigo do Jornal do Dia (13.03.50), justificava-se para que houvesse a “distinção moral entre o lícito e o ilícito, o bem e o mal, o falso e o verdadeiro”. In: RODEGHERO, Carla Simone. O diabo é vermelho: imaginário anti-comunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 25.

⁵⁷² BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: Enciclopédia Einaudi (Antropos-Homem). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, v.5.

Estado; que rejeita enfim e nega os direitos, a dignidade e a liberdade da pessoa humana.⁵⁷³ De fato, a encíclica considerava-se um verdadeiro farol na orientação dos fiéis (...) pois afirmava que os cristãos são “filhos da luz” ao passo que os comunistas são “filhos das trevas.”⁵⁷⁴

O Brasil, de uma forma geral, sempre foi fortemente influenciado pelas doutrinas católicas, já que o número de adeptos do catolicismo sempre foi predominante sobre o de outras religiões.⁵⁷⁵

4.3 Brizola em O Nacional: 1962-1964

No jornal *O Nacional*, pesquisamos o intervalo de tempo entre janeiro de 1962 a abril de 1964.

O Nacional			
	1962	Classificação	Menção à Brizola
Janeiro	02	-	Indireta
	06	--	Indireta
	17	+	Direta
	18	--	Indireta
	19	-	Indireta
	20	-	Indireta
	22	--	Indireta
	23	--	Indireta
	24	--	Direta
	27	--	Indireta
29	+	Indireta	
Fevereiro	01	--	Indireta
	02	---	Direta
	06	+	Direta
	07	++	Direta
	08	-	Indireta
	09	+	Indireta
	10	++	Direta
	27	N	Direta

⁵⁷³ *Divini Redemptoris* é uma carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI em 19 de março de 1937, sobre o comunismo ateu. VER: PIO XII. *Divini Redemptoris* – sobre o comunismo ateu. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1953.

⁵⁷⁴ RODEGHERO, Carla Simone, 1998, p. 25

⁵⁷⁵ Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1955. Rio de Janeiro: IBGE, V. 16, 1955.

Março	02	+	Direta
	05	++	Direta
	08	+++	Direta
	14	++	Direta
	16	+	Indireta
	17	+	Indireta
	19	++	Direta
	22	-	Direta
Abril	04	++	Indireta
	07	+	Indireta
	09	++	Direta
	14	+	Direta
	15	++	Direta
	19	+	Direta
Maió	11	+	Direta
	28	++	Direta
Junho	08	--	Indireta
	18	+++	Direta
Julho	27	++	Direta
	28	+	Direta
Agosto	1°	--	Indireta
	28	+	Direta
Setembro	06	---	Direta
	08	--	Direta
	24	---	Direta
	25	---	Direta
Outubro	08	--	Indireta
Novembro	1°	N	Indireta
	09	--	Indireta
	28	+	Direta
Dezembro	17	--	Indireta
	28	+++	Direta
	29	+++	Direta

O Nacional			
	1963	Classificação	Menção à Brizola
Janeiro	02	-	Direta
	05	++	Direta
	08	+	Direta
	19	-	Indireta
	21	+	Direta
	24	++	Direta
	25	++	Direta
	30	+	Direta
	31	++	Direta
Fevereiro	04	---	Direta
	07	N	Direta
	14	--	Direta

	21	-	Direta
Março	1°	-	Direta
	02	+	Direta
	05	+	Direta
Abril	06	+	Direta
	27	-	Direta
Mai	09	--	Direta
	12	---	Direta
	18	--	Direta
	20	--	Direta
	25	--	Indireta
	29	--	Direta
Junho	1°	---	Direta
	07	--	Direta
	20	---	Indireta
	27	--	Direta
Julho	02	++	Direta
	05	+	Direta
	13	--	Direta
Agosto	23	N	Direta
	30	--	Direta
Setembro	04	+	Indireta
Outubro	21	N	Direta
	24	+	Direta
Novembro	04	+	Direta
	05	+	Direta
	13	--	Direta
Dezembro	26	--	Direta
	30	--	Direta

O Nacional			
	1964	Classificação	Menção à Brizola
Janeiro	09	---	Direta
	11	--	Indireta
	25	--	Indireta
Fevereiro	15	--	Direta
	21	N	Direta
	22	N	Direta
	28	---	Direta
	26	---	Direta
	07	--	Indireta
Março	14	-	Direta
	26	-	Direta
	28	--	Indireta
	02	-	Direta
Abril	11	---	Direta
	20	--	Direta

Conceitos:	Classificação:
04	Muitíssimo positiva
15	Muito positiva
25	Positiva
07	Consideravelmente neutra
13	Levemente negativa
32	Muito Negativa
12	Muitíssimo Negativa
108	Total

Durante o período pesquisado, foram encontradas 108 notícias referentes à Brizola, em sua maioria, 32, eram *muito negativas*. Das 108, 79 faziam menção direta à Brizola e 29 de maneira indireta; dentre as 79 notícias que se referiam especificamente à figura de Brizola, 18 o fizeram de maneira positiva, 16 de maneira muito negativa, 15 de forma muito positiva, 11 de forma muitíssimo negativa e 04 de forma muitíssimo positiva. Se somarmos as notícias positivas, sem importar-nos quanto ao seu “grau” de classificação, chegaremos ao número de *44 notícias positivas*. Se fizermos a mesma soma em relação a todas as notícias negativas, considerando os mesmos fatores, o resultado serão *57 notícias negativas*. A partir disto, é possível afirmar que, em *O Nacional*, a *figura de Brizola foi retratada de maneira negativa*.

Outro dado apurado durante a pesquisa, e que reforça a tese de que Brizola foi retratado, *majoritariamente de forma negativa* em *O Nacional*, foi a utilização de imagens que o periódico empregou para ilustrar as notícias envolvendo Brizola. Entre janeiro de 1962 e abril de 1964, a imagem de Brizola apareceu 27 vezes nas páginas de *O Nacional*. A imagem de Brizola utilizada nas reportagens que o retratavam dependia “do tom” que o editor desejava reproduzir.

Sabemos que

A imagem pode fortalecer ou até mesmo criar identidades, forjando representações com o objetivo de dar significados de acordo com os interesses de quem a reproduziu ou de quem as manipulou, modificando o seu sentido original. A importância da análise de sua circulação não está somente em encontrar significado na imagem, mas também em saber como este significado é usado pelos meios de comunicação visual (o uso social desta imagem e com que intuito ela foi utilizada).⁵⁷⁶

⁵⁷⁶ Reis, Daniela Górgen dos. O poder das imagens e as imagens do poder: a representação política de Leonel Brizola, no episódio da Legalidade (1961). Disponível em: http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279477187_ARQUIVO_DanielaGorgendosReis.pdf

No caso das imagens de Brizola reproduzidas em *O Nacional*, verificamos que, quando o editor falava de maneira positiva, favorável, a imagem utilizada tentava transmitir seriedade, confiança e competência, utilizava-se então a imagem oficial, produzida durante o período em que Brizola esteve à frente do Governo do Rio Grande do Sul.

Se o tom da matéria era mais descontraído, relatando viagens, inaugurações de obras, os feitos da administração de Brizola, a imagem tentava transmitir ao leitor a ideia de um governador dinâmico, em movimento, porém elegante, o legítimo representante do povo gaúcho, bem trajado, bem apessoado, distinto.

Entretanto, quando a matéria trazia críticas à Brizola ou ao seu governo, se relatava suas posições radicais, a imagem utilizada era uma caricatura, transmitindo o deboche, desleixo, sua feição mais cômica, a fim de ridicularizá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que o estudo da sociedade implica na compreensão dos processos de transformação, mudança, “crise e ruptura”, bem como as permanências, e que, toda permanência ou transformação é fruto do agente humano, da sociedade, foi que empreendemos a análise dos reflexos da ação política de Brizola na imprensa regional, entre 1961 e 1964.

Nossas conclusões, entretanto, apontaram outro sentido, conforme os dados foram sendo apurados: não houve radicalização ou mudança de posicionamento político de Brizola, em relação aos seus ideais. A bibliografia e as fontes verificadas demonstraram que sim, Brizola “tomou de empréstimo bandeiras (como a reforma agrária) e ações (como a encampação de empresas multinacionais) de outros grupos e agentes políticos, e que traduziam expectativas de parcelas da população”, agregando a isso prioridades próprias, como as melhorias nas condições de ensino, e que estas “bandeiras” foram acompanhadas de ações e planejamentos, que resultaram em seu relativo sucesso, conferindo à sua gestão, à frente do governo do Estado do Rio Grande do Sul um status quase mítico, na lembrança da população gaúcha.

É, por tanto, impossível não reconhecer as conquistas do governo de Brizola à frente do Executivo gaúcho, ainda que um tanto quanto exageradas, assim como é também impossível não reconhecer que sua atuação e articulação foram decisivas para a Campanha da Legalidade, em 1961. Entretanto, ao completar este estudo, não poderíamos nos deixar levar pelo que parte da bibliografia e das correntes do pensamento político *sugeriam*. Brizola foi, sim, um político importante no cenário da política nacional, mas não foi o único. Averiguamos que ainda predominam duas correntes, relacionadas à atuação de Leonel Brizola na política nacional. A primeira, o culpa pela ditadura, porque “não promoveu um expurgo das pessoas, deixando-as no poder, nos cargos, no palácio, as quais conspirariam contra ele depois”, e que sua influência “radical” sobre Jango teria sido decisiva nas atitudes deste, o que teria levado a uma *natural reação* do grupo político oposto. O que realmente verificamos é que Brizola e seu grupo parecem não ter sido capazes de *conduzir* a situação após a Legalidade, mas daí a apontá-lo como culpado por um regime ditatorial que vigorou por mais de vinte anos no país, seria apresentar um argumento muito *simplista*. A outra corrente argumenta que as reformas pregadas por Brizola, poderiam ter ocorrido de forma mais

pacífica, ou seja, o regime em vigor a partir de março de 1964 “teria ocorrido devido à falta de talento de um único indivíduo”. Verificamos, em nossas pesquisas através da imprensa passo-fundense, que Brizola não *se tornou radical*. Seus posicionamentos políticos não mudaram entre 1961 e 1964. Brizola *era radical*. O que aconteceu é que a projeção nacional, advinda da Campanha da Legalidade, contribuiu para que Brizola mostrasse seu posicionamento mais abertamente para a sociedade em geral, através da mídia (jornais, rádio e televisão), e para os grupos políticos brasileiros. Se considerarmos a situação da perspectiva de um jovem político, buscando os votos dos eleitores, buscando construir alianças, para com isto conseguir afirmar-se, talvez tenhamos um pálido retrato do cenário no qual Brizola estava situado.

Durante suas campanhas políticas, Brizola sempre afirmou que a “Carta Testamento”, o “maio legado do presidente Vargas” era o seu princípio norteador. Como um defensor das “classes populares”, acusador das “bombas de sucção norte-americanas” que impediam o desenvolvimento do Brasil, Brizola conquistou o seu eleitorado.

Entendemos que não é novidade que, antes de ocuparem cargos, a classe política tenha um discurso mais moderado, e a partir do momento em que desempenham uma função pública mostrem suas reais intenções. Brizola *sempre* pregou a reforma agrária, a educação como uma prioridade e a necessidade de regular a influência estrangeira na economia brasileira. Será que ninguém o ouvira? A verdade neste caso, talvez seja bem mais simples. Todos o ouviram, mas poucos lhe deram crédito. Afinal, quantos políticos prometiam tudo a todos, e não conseguiam cumprir as famosas “promessas de campanha”?

Somente a partir da Legalidade, Brizola teve a certeza do apoio da sociedade. A população seguiu ouvindo seus discursos, elegendo-o deputado da Guanabara, tão longe de sua terra natal a ponto de fazê-lo perguntar-se até onde iria sua influência, caso seu discurso de “defesa das riquezas brasileiras” alcançasse o país inteiro?

De fato, apenas a partir da Campanha da Legalidade é que a figura de Brizola assumiu destaque na cena política nacional. Antes disto, ele era “apenas um populista” ou mesmo “o cunhado do vice-presidente”.

Entretanto conforme seu discurso foi encontrando espaço e repercutindo nos mais diversos setores da sociedade, também aumentou consideravelmente o número de críticos à sua “postura radical”. Assim como a acusação de *ser comunista* não era nenhuma novidade para ele, o que verificamos através da pesquisa de fontes, a acusação de *ser um radical*, sempre o acompanhou, até os últimos dias de sua vida.

Se suas afirmações encontraram espaço e apoio entre a sociedade e os grupos políticos, isto não se deveu à uma mudança de posicionamento, mas, a verdade é que as ideias pregadas por Brizola eram um eco do pensamento de parte das esquerdas brasileiras, não uma cópia.

Não foi nossa pretensão, nesta pesquisa, analisar toda a vida política de Brizola, ou explicar a situação que culminou no golpe civil-militar, até porque outros teóricos, muito melhor capacitados, fizeram e fazem uma análise da complexa situação do Brasil em 1964 de forma muito mais abrangente do que seríamos capazes de realizar. Nossa intenção era analisar seus discursos antes, durante e após a Legalidade, ou seja, entre 1961 e 1964, e verificar *se houve ou não* uma *radicalização*, proposta defendida pela maioria dos analistas políticos, além, é claro, de investigar de que forma a imprensa regional repercutiu seus pronunciamentos e ações, com isso construindo uma imagem de Brizola na área de influência destes periódicos.

Apesar de encontrarmos dificuldades em relação à bibliografia existente sobre Brizola, campo fértil tanto à defesa apaixonada quanto ao desprezo mais profundo, e em relação à falta de material disponível para pesquisa do período, como no caso da reencadernação dos exemplares do *Diário da Manhã*, também nos deparamos com a grata surpresa da digitalização de parte dos periódicos de *O Nacional* utilizados neste estudo, que embora esteja sendo feita de forma gradual, pela equipe do Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo, muito contribuiu para efetuar a análise das centenas de exemplares do jornal, do qual examinamos de forma mais detida aproximadamente 296 edições, e 146 edições do *Diário da Manhã*, empregadas na composição final desta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.

ABREU, A. A. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.

ALVES, Eduardo Silva. *Projeto História*. São Paulo, n. 36, p 405-411, jun. 2008.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação). Passo Fundo, 2011.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.

AMARAL, Anselmo F. *Brizola e a legalidade*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Rígel, 2009.

ASTURIAN, Marcos Jovino. *Em busca do convencimento: disputas político-eleitorais entre pessedistas e petebistas no Rio Grande do Sul (1945-1954)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo, 2011.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5 Antropos - homem. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os grupos de onze? - Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai - RS*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____, Luiz Alberto Moniz. *Fórmula para o Caos: a Derrubada de Salvador Allende*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

_____, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BASSANI, Paulo. *Frente Agrária Gaúcha e Sindicalismo de Trabalhadores Rurais*. Londrina: Eduel, 2008.

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. *Governo Leonel Brizola do Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos*. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, 2007.

BENVEGNÚ, Sandra Mara. *Décadas de poder: o PTB e a ação política de César Santos na metrópole da serra: 1945-1967*. (Dissertação Mestrado em História) - UPF, 2006.

BERTRAND, Claude-Jean. *O arsenal da democracia: sistemas de responsabilização da mídia*. Bauru: Ed. Universidade do Sagrado Coração, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRAUN, Cláudio Damião. *Todos Contra o PTB: disputas políticas no norte do Rio Grande do Sul (1961-1964)*. Programa de Pós-Graduação em História. UPF (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo, 2006.

Brizola Tempos de Luta. Diretor: *Tabajara Ruas*. Rio de Janeiro: Walper Ruas Produções, 2008. 1 DVD (93 min).

BRIZOLA, Leonel de Moura. *Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)* / Leonel de Moura Brizola; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. Perfis Parlamentares.

CARRION, Jr. *Brizola: momentos de decisão*. Porto Alegre: L & PM Editores, 1989.

CASALLI, Jairo Antônio. *Memórias de Brizola: o guerreiro do povo brasileiro*. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1996.

FELIZARDO, Joaquim José. *A legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1988.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JORGE, V. L. *Os meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais*. Comunicação & Política, Rio de Janeiro, v. 4.

COELHO, Edmundo C. *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. 2ªEd. Rio de Janeiro: Record, 2000.

DA SILVA, Juremir Machado. *Vozes da Legalidade – Política e imaginário na era do rádio*. 4ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

DALL'AGNOL, Flávio. *Brizola: Esperança de um Povo*. Porto Alegre: Espece Gráfica, 1979.

DIEHL, Astor Antônio (Coord.). *Passo Fundo: uma história, várias questões*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981.

DULLES, John W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1922.

FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P.; SILVA JR., Adhemar L. da (Coord.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

FELIZARDO, Joaquim José. *A Legalidade: o último levante gaúcho*. Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1988.

FERREIRA, Jorge (Coord.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____, Jorge. Panfleto - as esquerdas e o jornal do homem da rua. *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 26, p. 619-638, 2010.

_____, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Coord.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____, Jorge. *A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961*. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg3-7.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C.; “O Sistema partidário – a redemocratização (1945-1964)”. In: GERTZ, René. *HISTÓRIA geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985); v. 4. p. 770.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTZ, René. *HISTÓRIA geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006-2009. República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985); v. 4.

GOULART, João Belchior Marques. *Parlamentares gaúchos – João Goulart: Perfil, discursos, depoimentos (1919/1976) / João Goulart; coord. Kenny Braga, João B. de Souza, Cleber Dioni e Elmar Bones*. – Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

GUARAGNA, João Carlos. *Brizola: histórias de um pombo-correio: a revoada do exílio*. 1ª edição. Porto Alegre, 1992.

HEINZ, Flávio M. *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

IANNI, Octávio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

_____, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

KUHN, Dione. *Brizola: da legalidade ao exílio*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LABAKI, Amir. *1961: A crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

_____, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

LEITE FILHO, F. C. *El caudillo: Leonel Brizola: um perfil biográfico*. São Paulo, Aquariana, 2008.

LUSTOSA, I. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MEDEIROS, Benício. *A rotativa parou! Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado*. Nossa História. Rio de Janeiro, nº19, p.72-25, maio, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. *Entre o individual e o coletivo: carisma, memória e cultura política*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2001.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Leya, 2011.

NERY, Sebastião. *Folclore Político: 1950 histórias*. São Paulo, Geração Editorial, 2002.

NOLL, Maria Izabel (et. al.) *O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política*. Porto Alegre: Webprint, 2011.

Nós e a Legalidade: depoimentos. Porto Alegre: IEL; AGE, 1991.

PADRÓS, Enrique Serra (Coord.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Vol. 1: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964.2 Ed. Porto Alegre: CORAG, 2010.

PARKER, Phyllis R. *1964: O papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de março*. Porto Alegre: Civilização Brasileira, 1977.

PEREIRA, Bernard José Alves. *A política agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: governo, legislação e mobilização*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, J. *Bilhetinhos de Jânio*. São Paulo: Editora MUSA, 2ª ed., 1959.

PINTO, Aldo. “Os estudantes na legalidade”. Nós e a legalidade. Depoimentos, op. Cit. P. 49.

PIO XII. *Divini Redemptoris* – sobre o comunismo ateu. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1953.

POERNER, Arthur. Brizola – Um guerreiro indomável. *O Pasquim 21*, Rio de Janeiro, setembro de 2002, edição n.º 30.

QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2002.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 443.

RIBEIRO, Darcy. *Leonel Brizola - Um típico filho do povo*. Fundação Leonel Brizola Alberto Pasqualini. Disponível em: < <http://www.flb-ap.org.br/leonel-brizola/>>. Acesso em: 08. Ago. 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anti-comunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

SCHILLING, Paulo. *Como se coloca a direita no poder?* São Paulo: Editora Parma Ltda, 1981.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *A Renúncia 1961*. São Paulo: Editora Três, 1975.

SILVA, José Wilson da. *Afinal quem é Brizola? Amigo ou Inimigo?* Porto Alegre: 1989.

SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de; MANSAN, Jaime Valim; SHMIDT, Benito Bisso (Coord.). *História e ideologia: perspectivas e debates*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

SILVEIRA, Norberto C. G. da. *Reportagem da Legalidade 1961-1991*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação Ltda., 1991.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos de onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____, Nelson Werneck. *O governo militar secreto*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SOUZA, Sérgio. Patriotismo não me falta. *Caros Amigos*. São Paulo, ano VIII, n.º 88, p. 07-11, julho de 2004.

SPINDEL, Arnaldo. *O que é comunismo?* 10^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SZATKOSKI, Elenice. *Os grupos de onze: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: UPF, 2003.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, John. B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 2^a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe 64*. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Depois de Leonel Brizola*. São Paulo: Caros Amigos Editora, 2008.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. 8^a Ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

ZIGON, Carlos. *Jânio Quadros não renunciou*. Porto Alegre: K & M, 1990.